

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE DARCY RIBEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS DO HOMEM - CCH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS SOCIAIS – PPGPS

PATRIMÔNIO INDUSTRIAL: UM OLHAR SOBRE A PAISAGEM CULTURAL
AGROINDUSTRIAL DO DISTRITO DE SANTO EDUARDO EM CAMPOS DOS
GOYTACAZES/RJ

MAYARA SILVA PINTO

CAMPOS DOS GOYTACAZES/RJ
MARÇO/ 2021

**PATRIMÔNIO INDUSTRIAL: UM OLHAR SOBRE A PAISAGEM CULTURAL
AGROINDUSTRIAL DO DISTRITO DE SANTO EDUARDO EM CAMPOS DOS
GOYTACAZES/RJ**

MAYARA SILVA PINTO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Políticas Sociais do Centro de Ciências do Homem da
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro.

Orientador(a): Prof^ª. Dr^ª. Simonne Teixeira

CAMPOS DOS GOYTACAZES/RJ

MARÇO/ 2021

**PATRIMÔNIO INDUSTRIAL: UM OLHAR SOBRE A PAISAGEM CULTURAL
AGROINDUSTRIAL DO DISTRITO DE SANTO EDUARDO EM CAMPOS DOS
GOYTACAZES/RJ**

MAYARA SILVA PINTO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Políticas Sociais do Centro de Ciências do Homem da
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro.

Orientador(a): Prof.^a. Dr.^a. Simonne Teixeira

Aprovada em 09 de março de 2021.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Simonne Teixeira (Orientadora)

Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro - UENF

Prof.^a Dr.^a Aline dos Santos Portilho

Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro - UENF

Prof.^a Dr.^a Geovana Tabachi Silva

Universidade federal Fluminense - UFF

Prof. Dr. Paulo Marcelo de Souza

Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro - UENF

Prof. Dr. Ronaldo Guimarães Vicente Filho

Universidade Estadual Fluminense Darcy Ribeiro - UENF

Prof. Dr. Ronaldo André Rodrigues

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - PUC Minas

AGRADECIMENTOS

Não se vive de forma plena quando se está sozinho. Afinal, o melhor do caminho são as pessoas que encontramos nele. Com elas aprendemos que, apesar da finitude da vida e a falta de lógica de alguns acontecimentos durante o seu percurso, ainda vale muito a pena caminhar. A todos, minha sincera gratidão. Vocês são tesouros no mundo.

Por este motivo:

São muitos os nomes que deveriam estar aqui. Alguns me acompanham desde o início, sendo essenciais para o meu ingresso no curso. A estes, meu eterno carinho e agradecimento.

A minha família: mãe e irmãs, com apoio imensurável (e sempre será). Ao meu parceiro na vida, por toda atenção. Todos contribuem para a minha formação como pessoa e enquanto profissional. Aproveito para também agradecer ao meu afilhado que, aos dois anos e dois meses, enche a minha vida de alegria e fôlego, aliviando o peso que é estudar as complexas ações do homem no espaço.

A minha querida orientadora (no sentido literal da palavra). Jamais me esquecerei de suas leituras cuidadosas, ricas contribuições e conselhos (para a academia e vida): “Mayara, lembre-se sempre de que uma pessoa da Finlândia pode estar lendo o seu trabalho, logo, você deve o deixar muito bem situado quanto ao que você está dizendo e de onde está falando”, no caso, do Distrito de Santo Eduardo.

Aos professores, agradeço pelas trocas.

Agradeço aos meus amigos de curso: toda a minha turma do mestrado. Vocês foram extremamente importantes durante a caminhada - antes e depois da pandemia.

As pessoas que, muito dispostas, compartilharam comigo suas histórias e lembranças. Suas vozes foram fundamentais para a construção desta dissertação.

A FAPERJ, que agenciou os anos de curso.

RESUMO

A presente dissertação buscou atrelar os conceitos de paisagem cultural e patrimônio industrial, fazendo uma reflexão sobre o Distrito de Santo Eduardo, localizado ao Norte do Município de Campos dos Goytacazes-RJ. Enquanto temática, o patrimônio industrial, palco de disputas dos grupos que o compartilham, representa especificidades de determinado contexto, desde características sociais até a técnica que se fazia presente. Representado, neste trabalho, pela usina canavieira Santa Maria, possui capacidade de documentar história de lugares, cujas paisagens apresentam-se como resultado deste processo. Deste modo, a paisagem cultural reflete essas marcas da ação humana, agindo como um espelho das dinâmicas culturais. No século XX, a atividade açucareira consolidou-se e desenvolveu no distrito tanto em grandes latifúndios como em pequenas propriedades, expandindo-se. Santo Eduardo, criado no ano de 1861, esteve em constante mudança com a força do açúcar, que passou a se sobressair na sua paisagem local. A Usina Santa Maria foi instalada no distrito no ano de 1960, encerrando suas atividades no ano de 1990. Sua leitura e interpretação permite compreender que a localidade em questão passou a apresentar em sua paisagem componentes urbanos e rurais, advindo da lógica econômica açucareira: plantações de cana-de-açúcar, comércios, cinemas, escola, posto de saúde e demais espaços de socialização. Esses elementos, ainda presentes independente de seu estado de conservação, fazem referência a um período de intenso dinamismo econômico, apontados pelos entrevistados como referenciais do contexto da usina. Isto é, analisando a relação entre os conceitos em questão, foi possível identificar evidências do contexto que se fez presente neste período, narrando uma configuração social no que tange aos seus traços culturais, técnica, economia e organização produtiva. De maneira geral, o trabalho refletiu sobre o Distrito de Santo Eduardo a partir de sua paisagem cultural agroindustrial do que possui vínculo com o empreendimento do patrimônio industrial sucroalcooleiro Santa Maria. Para realizar esta reflexão, o trabalho foi construído, inicialmente, com revisão bibliográfica sobre as temáticas abordadas, tais como patrimônio industrial, paisagem cultural, atividade sucroalcooleira no Município de Campos dos Goytacazes, ou seja, sobre os aspectos teóricos que dão corpo a pesquisa, destacando a área do distrito, que pouco se apresenta na bibliografia disponível. Também se utilizou de materiais iconográficos, *sites*, blogs. Em conformidade com as possibilidades do acesso à tecnologia e respeitando o contexto de pandemia e compondo o segundo momento, foram realizadas entrevistas, com roteiro semiestruturado, a fim de contribuir para a elucidação do cenário de pesquisa a partir da perspectiva dos que não detêm o poder. Foi demonstrado que todo o material consultado converge no sentido de que a discussão proposta não significa resumir-se à preservação de forma material, mas não isento de despertar interesses das entidades responsáveis. A construção em si está em ruínas e com a função de servir de base para construção de residências. A representação imaterial da usina se faz presente na percepção dos entrevistados, que enxergam a mesma como elemento simbólico para o local, cuja importância, a identificação e valorização da indústria e suas derivações foram apontadas. Portanto, sabe-se que o patrimônio industrial Santa Maria engendrou alterações e reordenamentos espaciais, cujos traços culturais plasmados nas paisagens possuem valor para determinado grupo, enxergando ambas as categorias enquanto parte de sua existência.

Palavras-chave: Patrimônio Industrial; Paisagem Cultural; Usina de cana-de-açúcar; Santo Eduardo; Patrimônio cultural

ABSTRACT

This dissertation sought to link the concepts of cultural landscape and industrial heritage, reflecting the district of Santo Eduardo, located on the north of Campos dos Goytacazes/RJ. As a theme, industrial heritage, stage of disputes by groups that share it, represents specificities of a certain context, from social characteristics to the technique existing by that time. Represented, in this research, by the Santa Maria Sugar Cane Mill, has the capacity of documenting history of territories, whose landscapes present as a result of this process. Thus, the cultural landscape reflects human's action marks, being a mirror of the cultural dynamics. In the 20th century, sugar activity was consolidated and developed in the district, both in large estates and in small properties, expanding. Santa Maria Sugar Cane Mill was established in the district in 1960, ending its activities in 1990. Santo Eduardo, founded in 1861, has been constantly mutating with the strength of sugar, which has come to stand out in its local landscape. Its analyses and interpretation allow us to comprehend that the locality, object of this dissertation, started to present urban and rural components in its landscape, resulting from the sugar economic logic: sugarcane plantations, commerce, cinemas, schools, health centers and other socializing spaces. These elements, still present regardless of their state of conservation, refer to a period of intense economic dynamism, pointed out by the interviewees as references in the context of the Mill. That is, by analyzing the relationship between the concepts object of this research, it was possible to identify evidence of the context that was present in this period, presenting a social configuration with regard to its cultural, technical, economic and productive organization features. In general, the work reflected on the District of Santo Eduardo based on its agro-industrial cultural landscape, which is linked to the enterprise of the sugar and alcohol industrial heritage Santa Maria. To carry out this reflection, the work was initially built with a bibliographic review on the topics covered, such as industrial heritage, cultural landscape, sugar and alcohol activity in Campos dos Goytacazes, that is, on the theoretical aspects that give shape to the research, highlighting the area of the district, which is little presented in the available bibliography. Iconographic materials, websites, blogs were also used. In accordance with the possibilities of access to technology and respecting the pandemic context and composing the second moment, semi-structured interviews were conducted in order to contribute to the elucidation of the research scenario from the perspective of those who do not have power. It was demonstrated that all the material consulted converges in the sense that the proposed discussion does not mean summarizing the preservation in a material way, but not exempt from arousing the interests of the responsible entities. The building itself is in ruins and serves as a basis for building homes. The immaterial representation of the Mill is present in the perception of the interviewees, who see it as a symbolic element for the place, whose importance, the identification and valorization of the industry and its derivations were pointed out. Therefore, it is known that the Santa Maria industrial heritage has led to spatial changes and rearrangements, whose cultural features shaped in the landscapes have value for a certain group, seeing both categories as part of their existence.

Keywords: Industrial Heritage; Cultural Landscape; Sugar Cane Mill; Santo Eduardo; Cultural Heritage.

Lista de figuras

Figura 1 A estação em 1915.	75
Figura 2 A estação de Santo Eduardo, em novembro de 1982.....	76
Figura 3 Mapa de Localização da Usina Santa Maria	79
Figura 4 Praça Nilo Peçanha, em 1971.	80
Figura 5 Igreja-matriz, em 1971.....	81
Figura 6 Posto de saúde Celso Peçanha, em 1971.....	81
Figura 7 Centro de Santo Eduardo em 2019.....	85
Figura 8 Córrego Santo Eduardo em 2019.	85
Figura 9 Sala de cinema em 2019.....	86
Figura 10 Sala de cinema em 2019.....	86
Figura 11 Área de interferência da Usina Santa Maria em relação aos Municípios de Bom Jesus do Itabapoana e Campos dos Goytacazes.....	90
Figura 12 Estrutura da Usina Santa Maria LTDA. Fonte: Blog Geonline	92
Figura 13 Usina Santa Maria em funcionamento.	92
Figura 14 Destilaria (prédio na vertical).....	93
Figura 15 Destilaria, 2019.	95
Figura 16 Chaminé, 2019.	96
Figura 17 Ruínas da usina.	96

Lista de tabelas

Tabela 1 Definição e exemplos de paisagens culturais	40
Tabela 2 Classificação de Patrimônio Industrial	50
Tabela 3 Alguns exemplares industriais brasileiros, tombados pelo Iphan(federal).....	60

Lista de Gráficos

Gráfico 1 Importância da Usina Santa Maria para Santo Eduardo.....	99
Gráfico 2 Elementos que referenciam o período açucareiro.	100

Lista de abreviaturas e siglas

CFC	Conselho Federal de Cultural
CNRC	Centro Nacional de Referência Cultural
COPERFLU	Cooperativa Fluminense dos Produtores de Açúcar e Álcool
COPPAM	Conselho de Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural de Campos
IAA	Instituto do Açúcar e do Álcool
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBRAM	Instituto Brasileiro de Museus
ICOMOS	Conselho Internacional de Monumentos e Sítios
INEPAC	Instituto Estadual do Patrimônio Cultural
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
MTCI	Meio Técnico-Científico-Informacional
SPHAN	Secretaria do Patrimônio Histórico Artístico Nacional
PAC	Plano de Ação Cultural
TICCIH	Comissão Internacional para a Conservação do Patrimônio Industrial
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas

Sumário

Resumo

Abstract

Introdução 12

Capítulo 1 - Conceituação e classificação de paisagem: delimitação de paisagem cultural e sua salvaguarda..... 15

1.1 As políticas sociais e sua interlocução com as políticas culturais 15

1.2 O patrimônio e as políticas brasileiras de preservação 20

1.3 A paisagem 26

1.4 O desenvolvimento do conceito 28

1.5 A paisagem cultural 33

1.6 A conservação da paisagem 37

Capítulo 2 - O Patrimônio industrial: delimitação de uma temática 47

2.1 O patrimônio industrial: posturas conceituais 47

2.2 O patrimônio industrial e sua defesa: moções normatizadoras 53

2.3 Singularidades do patrimônio industrial brasileiro 56

2.4 As usinas de cana-de-açúcar dentro do campo do patrimônio industrial 61

Capítulo 3 – O Patrimônio industrial sucroalcooleiro enquanto componente da paisagem cultural agroindustrial de Santo Eduardo 65

3.1 – Percurso metodológico da pesquisa 65

3.2 Uma questão prévia: O seguimento industrial açucareiro no escopo da representatividade do patrimônio cultural no conselho do Conselho de Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural de Campos (COPPAM) 66

3.3 Percursos da atividade agroindustrial canavieira no Município de Campos dos Goytacazes: Breves considerações 69

3.4 O Distrito de Santo Eduardo: um sobrevoo sobre a sua paisagem 73

3.5 A Usina Santa Maria LTDA: (trans) formação 87

3.6 Correlação entre Santo Eduardo e a unidade industrial Santa Maria: Análise das entrevistas	97
4 - Conclusões.....	104
Referências Bibliográficas	107
Anexo.....	10

Introdução

Os lugares apresentam narrativas, narrativas essas imbuídas de processos humanos, impressos em suas paisagens. Sabendo disso, deve-se permitir que o passado narre acerca das dinâmicas corporificadas e configuradas no espaço e em constantes alterações. A partir dos vestígios tangíveis e intangíveis plasmados no território é possível ouvir o que se fala, a fim de interpretações, com ouvidos atentos aos sons silenciados, muitas vezes. As antigas usinas agro açucareiras situadas no norte do estado do Rio de Janeiro podem ser um destes locais em que se pode distinguir estas vozes.

Sob esta ótica, ao deambular pela localidade de Santo Eduardo, enquanto moradora, alguns elementos emblemáticos eram percebidos na paisagem: trilhos ferroviários, prédio da estação, denominação do Bairro Departamento (do café), casas com arquitetura e datas de período distintos e antigos, idosos saudando o período pretérito do açúcar. Ouvia histórias de pessoas que moravam no distrito desde muito tempo, narrativas de suas vidas, de vozes que não possuíam força para serem documentadas por estarem do lado oposto dos detentores das forças motrizes. Pessoas essas que participaram veementemente do contexto açucareiro e que viram a decadência econômica da localidade, sendo os protagonistas deste processo. Deve-se levar em conta que a invisibilidade face ao abandono sofrido pela comunidade, a exemplo de implementação de políticas públicas, é inegavelmente percebido, e de suas histórias e memórias, mais ainda.

Com isso, a escolha em me debruçar sobre a paisagem do distrito ocorreu, a princípio, por questões de vivência no local e interesses pessoais. O interesse era o de compreender como aqueles elementos, de momentos distintos, compartilhavam uma mesma paisagem. E se era a mesma paisagem. Toda essa experiência acarretou inquietações, implicando na busca por saberes científicos, problematização e possíveis contribuições a respeito da localidade, que carece de informações em materiais documentados, impossibilitando a recolha de suas memórias e impedindo que sejam preservadas e propagadas. O desejo por saber de forma mais profunda os motivos que levaram Santo Eduardo, que era tão dinâmico, a chegar na sua situação pacata, encontrava o impasse da inexistência de bibliografias.

Considerarei que as mudanças socioeconômicas e culturais sofridas por Santo Eduardo podiam ser estudadas a partir do patrimônio agroindustrial Santo Eduardo e toda a sua ligação com o distrito, presente em uma paisagem, que ditam questões de direcionamentos políticos, interesses dos grupos que regem o espaço, bem como as regras capitalistas que se fazem presentes e materializadas, muitas vezes, em uma determinada edificação.

No caso examinado, aqui representado pelas usinas de cana-de-açúcar, o patrimônio agroindustrial tornou-se elemento constituinte da paisagem cultural da localidade de Santo Eduardo, situado ao norte do Município de Campos dos Goytacazes (ao Norte do Estado do Rio de Janeiro, distante 234 km da capital). A partir desta, é possível que se compreenda evidências do contexto que se fez presente, dizendo sobre a configuração de uma determinada sociedade no que tange a sua técnica, sua economia e sua organização produtiva e seus traços culturais, em estreita relação com a unidade produtiva, que possuiu um papel inaugural na constituição de sua paisagem cultural agroindustrial.

O trabalho realizou uma leitura da paisagem cultural agroindustrial do Distrito de Santo Eduardo a partir do empreendimento do patrimônio agroindustrial Santa Maria enquanto elemento simbólico material que desencadeia características na mesma. Utilizando-se de conceitos como Paisagem Cultural e Patrimônio Industrial, e a relação entre ambos, refletiu sobre o caso local.

Para isso, o trabalho está dividido em três Capítulos: O primeiro intitula-se “trajetória, conceituação e classificação de paisagem: delimitação de paisagem cultural e sua salvaguarda. Inicialmente, discuto como a paisagem cultural está atrelada ao campo das políticas sociais. Posteriormente, trabalho o conceito de paisagem e o seu desenvolvimento, enfatizando sua abordagem atrelada ora a questões naturais, ora a visão antropocêntrica. A partir deste ponto, apresento a temática de paisagem cultural, com autores que a deram atenção, assim como o papel das agências reguladores internacionais e nacionais.

No capítulo Dois o título é “O Patrimônio industrial: delimitação de uma temática”. Em um primeiro momento, apresento a posturas conceituais acerca do patrimônio da industrialização. Nele, buscou trazer a atuação das moções normatizadoras, como as cartas patrimoniais, a fim de que se entendesse a importância das mesmas nas elaborações de aparatos e direcionamentos legais. Este capítulo trata ainda das características brasileiras no que tange ao seu patrimônio da industrialização, enfatizando as usinas de cana-de-açúcar, cuja representação nas ações preservacionistas é mínima.

O terceiro capítulo possui o título “O Patrimônio industrial sucroalcooleiro enquanto componente da paisagem cultural agroindustrial de Santo Eduardo” está direcionado a apresentar os resultados da pesquisa desenvolvida, bem como instrumentos utilizados. De forma prévia, está o papel do Conselho de Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural de Campos (COPPAM) face ao patrimônio da cidade, corroborando com a negligência das ações federais e estadual no que se refere às usinas de cana-de-açúcar. Assim, descreve-se a área estudada, no contexto municipal, apontando o seu período açucareiro, que compreende os anos de 1960-1990, além de um retorno na história, abarcando o período do café, bem como a atual situação da localidade. Apresenta-se a descrição da unidade produtiva. Também estão presentes os instrumentos utilizados, fotografias, mapas de localização da indústria açucareira e sua área de interferência.

Capítulo 1 - Conceituação e classificação de paisagem: delimitação de paisagem cultural e sua salvaguarda

1.1 As políticas sociais e sua interlocução com as políticas culturais

É muito comum durante o processo de pesquisa se deparar com a distinção entre as políticas sociais e o termo das políticas públicas¹. As primeiras podem ser associadas à população necessitada, estando a segunda voltada para todos, sem a diferenciação pela carência ou não de determinado grupo. Deste modo, há autores que estabelecem uma ligação entre as categorias, como Carvalho:

Políticas sociais é um termo vago, que não tem significado exato, pois em princípio todos os tipos de políticas públicas podem ser considerados, direta ou indiretamente, como políticas sociais. Um objeto confuso e difuso, portanto (2007, p.74)

Discorrer sobre as políticas sociais exige um certo grau de esforço devido suas inúmeras abordagens e conceituações que foram construídas ao longo do tempo, variando de acordo com cada tipo de organização social e direcionamentos teóricos, bem como as configurações políticas que possuem relevância para o seu desenho e implementação.

Grosso modo, falamos das políticas no cotidiano de forma a ligá-las aos processos governamentais, voltando-se para os instrumentos e mecanismos de decisão. A atenção recai sobre os seus propósitos e finalidades, sem desconsiderar o fato de que muitas dessas ações do governo não atingem os objetivos traçados, como a redução das desigualdades e assistência de forma efetiva (FLEURY, 2018).

O Estado enquanto provedor da cidadania deve elaborar e ofertar programas de ação que articulem as políticas públicas em setores como a cultura, saúde e educação.

Muitos são os trabalhos, obras literárias, artigos e livros que foram e são produzidos na tentativa de complementação acerca do tema. Clássicos e contemporâneos. E este leque está associado à sua própria abrangência e pela complexidade que envolve as questões sociais, sem

¹ Segundo Di Giovanni (2009), políticas públicas é um conceito evolutivo, na medida em que a expressão parece ter entrado no vocabulário contemporâneo, seja através da imprensa, agendas públicas, movimentos sociais, revelando uma presença nos países democráticos ocidentais. o conceito se estrutura a partir de bases elementares que, segundo o autor são: estrutura formal (composta por fatores teóricos, práticos e os resultados), substantiva (composta por elementos atores, interesses e regras- interesses pelos aspectos sociais e políticos), material (financiamentos, suportes e custos- aspectos econômicos) e a estrutura simbólica (elementos, valores, saberes, linguagens- ordem cultural).

que se alcance uma definição exata que dê conta de apresentar a definição. Esta busca suscita pensar sobre essas complexidades que levam a caminhos diversos, enriquecendo o debate, aqui trabalhado sob a égide do conceito de cidadania.

As possibilidades de reflexões acerca delas não se dão pela falta de unanimidade, mas devido a profusão de caminhos analíticos, fazendo com que um mesmo conceito receba inúmeras abordagens, tornando-o polissêmico. As metáforas são utilizadas para se interpretar as alterações que ocorrem constantemente no escopo social, como destaca Fleury:

É certo que o uso de cada uma destas metáforas tem implicações que não são meramente conceituais, ou seja, encaminham formas políticas de enquadramento dos problemas identificados. No entanto, todas elas remetem à questão central da integração social, ou seja, dos vínculos que se estabelecem entre os indivíduos, envolvendo também as instituições, de tal forma a garantir a formação de uma comunidade que, apesar das tensões existentes, guarda um certo nível desejável de coesão social (2002, p.2).

O Estado de Bem-Estar Social surge no contexto de Segunda Guerra Mundial², em virtude das destruições por ela causada e da crise social estabelecida. Com isso, vários países adotaram uma política econômica denominada Estado de bem-Estar Social ou Welfare State, baseada na atuação estatal em benefício da sociedade.

Somente a partir dos anos de 1950 que o mesmo se reformula, estruturando o modelo tal como conhecemos hoje. Porém, questões relacionadas ao social, seu bem estar e seu relacionamento com o sistema capitalista sempre estiveram, com respostas distintas, no centro das preocupações dos economistas políticos desde o século XIX, tanto liberais, marxistas ou conservadores (ESPING-ANDERSEN, 1991).

As sociedades possuem estruturas, plasmadas sobre os modos e sistemas de produzir diferentes umas das outras, que podem alterar-se ao longo da história, a depender dos processos realizados, ditando o tipo de organização. Uma base social, segundo Sztompka (2005), compõe o esqueleto, ou seja, a parte óssea que dá firmeza ao corpo sobre o qual a sociedade se ergue, fundando suas operações e relações. Se muda a estrutura, todo o resto altera junto, tendenciosamente. Segundo Pinto (1970), essas relações são construídas historicamente, por meio da atividade de produção e reprodução acerca das condições essenciais a vida humana, garantindo sua sobrevivência. São processos construídos pelos mesmos, gerando conflitos.

² Ocorreu no período de 1939 a 1945.

Toda essa complexidade que perpassa a realidade social, segundo Fleury (2018), leva a separação setorial nas implementações e distribuições das políticas sociais para fins administrativos dos campos da cultura, saúde e educação, quando na prática, esses campos encontram-se interligados, atribuindo ao conceito um caráter transversal.

Atendendo às diversas escalas, as políticas sociais contribuem para aprofundar a democracia, tendo em vista que, por meio delas, é possível alterar a distribuição de poder na sociedade, transformando privilégios em direitos, formando cidadãos ativos e integrados, conforme aponta Ceja:

La política social es una forma que por medio de estrategias y políticas concretas tiene el Estado para construir una sociedad cohesionada y equitativa. En una perspectiva de mayor equidades e integración social, la política social tiene como fin principal facilitar la convergencia entre los intereses individuales y los intereses comunes de la sociedad (2004).

Podem apresentar-se como indícios de boa administração por parte dos governantes e de sua equipe, apontando certo comprometimento com as necessidades básicas da população. Ao mesmo tempo que indica pobreza, carência, levando aos gestores públicos à ação para suprir as insuficiências populacionais, envolvendo os diferentes atores dos grupos sociais. Maingón (1992) caminha por esta direção ao destacar que as políticas sociais tratam-se do resultado dos processos de cooperação dos diferentes grupos e atores sociais, conforme os distintos valores, interesses e necessidades que compõem a sociedade. É uma decisão política engendrada de forma coletiva. Ao pensar nos desenhos de uma política, estudos, consultas, pesquisas devem ser feitas de forma a atender suas particularidades e necessidades de determinado local que receberá a sua implementação.

Santos (1987) expõe que, antes de mais nada, as políticas sociais deveriam servir como ordenamento para qualquer outra política, estando coerentes segundo um princípio de justiça consistente, destinadas a proporcionar respostas às demandas sociais exigidas.

Em cada sociedade são estabelecidos consensos em torno dos valores compartilhados em cada momento histórico, direitos, condições sociais ou garantias individuais dos padrões mínimos envolvendo os seres humanos, para além de suas necessidades biológicas. Ações de combate à fome, ao analfabetismo, às doenças e à pobreza são manobras extremamente importantes, que não devem ser desconsideradas, sem que se esqueça da inserção, de fato, desse indivíduo na comunidade, garantindo a sua cidadania e dando-lhe suporte para que o mesmo

exerça seus deveres e direitos de forma justa e igualitária, bem como estabelecendo a sua autonomia, de acordo com as suas especificidades (Marshall,1967). Fleury ressalta que:

(...) a conquista da cidadania através da implementação das políticas sociais é sempre o resultado concreto de uma relação de forças das classes em luta pela instituição das relações de força estabelecidas historicamente entre as classes e mediatizadas pelo Estado (...) (1986, p.95).

A cidadania enquanto conceito carrega muitos conteúdos e projeções. Entendendo o mesmo como um direito social, a definição se inicia atribuindo um caráter de status ao termo, concedido àqueles que são membros integrais de uma comunidade, na qual todos são iguais com respeito aos direitos e obrigações. Esta classificação é, por si só, insuficiente, uma vez que a concepção do que é ser um membro absoluto de uma comunidade apresenta muita variação. O conceito pode ser dividido em três partes, contendo direitos – civis, políticos e sociais – e todas as obrigações derivadas deles (MARSHALL, 1967).

É neste momento que a cultura emerge como um ponto relevante a ser tratado. A mesma deve ser entendida como um direito básico do homem, muito mais que uma atividade econômica ou obrigação pública, embora contribua para a promoção de empregos. Partindo de uma perspectiva holística, pode-se dizer que a cultura se apresenta como uma intersecção nos campos sociais, decorrente de uma relação complexa, mas evidente. O termo, atrelado ao conceito de cidadania, não é isolado e incomunicável, mas processo que se alimenta no campo político e social. Esses elementos ocorrem no campo social. Ou seja, é a sociedade o palco dos engendramentos ideológicos, cuja construção da cidadania é erguida.

Os direitos sociais devem assegurar o mínimo de bem estar da população, para que a mesma viva de forma digna, autônoma e plena. Pautados nesse viés democrático, de ruptura dos privilégios de alguns grupos e a busca da socialização, a partir do acesso aos bens materiais e à cultura, o Estado torna-se responsável pela formulação das políticas culturais, muito mais no sentido de torná-las acessíveis, divulgando-as, viabilizando ao cidadão a expressão de sua visão de mundo, emancipando-se (SIMIS, 2007). Neste sentido, Colombiano ressalta que:

O acesso à cultura – cultura pensada não só como memória ou ato criativo espontâneo ou artístico, mas como conhecimento–, ou a necessidade de apropriar-se continuamente de suas variáveis e disponibilizar esse acervo à comunidade, é um ato consciente que exige inserção coletiva e política de todos os cidadãos. Assim, exige um ambiente comunitário e político favorável à inserção cultural do indivíduo e grupos (2007, p.169).

Ao considerar a política cultural dentro do raio de atuação das políticas sociais, uma das consequências imediatas e necessária, é pensar na mesma como uma condição inerente à cidadania. Pensa-se que a mesma exija que sejam traçados objetivos, estratégias, avaliações, obedecendo os mesmos caminhos para que instituir uma política, como destaca Barbalho:

Uma política cultural é um conjunto mais ou menos coerente de princípios (conceitos e diretrizes), objetivos (onde se quer chegar), estratégias (como alcançar os objetivos projetados), os meios necessários e as ações a serem realizadas (os programas e projetos concretos). Importante frisar que deve haver uma lógica entre as partes do conjunto – é esta lógica que dá sentido a uma política cultural (2013, p.8).

Com o vicejar de novos tempos, as categorias culturais passaram a integrar os escopos sociais e também políticos, de modo que se tornaram mais claras e recorrentes enquanto a intersetorialidade com as ações do Estado. Assim, estudiosos voltaram-se para os novos cenários, a fim se estabelecerem análises para vez mais profícuas, enfatizando a necessidade de as mesmas se fazerem cada vez mais presentes nas ações públicas.

Ao longo das últimas décadas, o campo da cultura recebeu novos contornos, significados e relevância enquanto política pública que visava a garantia da cidadania e direitos sociais. A Constituição Federal de 1988 veio a corroborar com isso, após o período de regimes autoritários e seleções clientelistas na escolha do que viria a representar o país. Deste modo, Canclini (2001) apresenta uma definição de políticas culturais enquanto um conjunto de ações do Estado, grupos comunitários e instituições civis cujo objetivo comum é o de satisfazer as necessidades culturais da população, orientar o desenvolvimento simbólico e obter consenso de ordem e transformação social. O campo cultural como parte integrante das políticas públicas versa sobre questões de interesse da população, de acordo com suas necessidades, via intervenção estatal.

Sob a ótica da democracia, o Estado atua na realização, com avanços e retrocessos, de uma articulação e o diálogo com os cidadãos acerca dos estudos necessários para que se desenvolva determinada política (MONTEIRO, 2016).

Uma gestão democrática no âmbito cultural, conforme sugere Simis (2007), envolve acessibilidade plena. Não basta a produção e a execução, deve haver uma divulgação e estímulo para a efetivação das garantias dos direitos culturais do homem.

O nascimento de novas pautas dentro do campo da cultura implica em discussões a respeito de representações e reconhecimentos nacionais, como é o caso de questões relativas ao patrimônio e suas delegações. A população priorizada pela política deve possuir acesso a bens

e equipamentos culturais, pretendendo a distribuição pelo território e regiões do país. Apresentações, correlação com a educação, músicas, teatro, museus, acervos, dentre outros.

Dentro das políticas culturais encontram-se as de patrimonialização, que permitem a realização de estudos e que melhor se conheça a história de determinada realidade na qual o homem esteja vinculado, garantindo o seu desenvolvimento e de sua cultura, cujo objetivo é preservar um bem, em sua dimensão material e imaterial, que resguarda a representatividade de um ou mais grupo sobre a sua história e a memória, fazendo com que haja uma apropriação das mesmas, a fim de compreendê-la. Na medida em que determinado bem possui relevância para a identidade de grupos, este é considerado patrimônio cultural, passível de preservação (ASSUNÇÃO, 2003).

As políticas de patrimônio, que serão trabalhadas no próximo tópico, aparecem dos esforços de consolidação dos estados modernos por meio do interesse pela construção do seu patrimônio cultural e de sua identidade nacional.

É crescente o número de pesquisas acerca da importância da preservação de um bem cultural. As discussões ocorrem por meio de debates, encontros, simpósios e congressos, bem como os encontros de organizações internacionais, como a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), que orienta por meio de Cartas e Declarações, promovendo direcionamentos acerca da preservação do patrimônio cultural dos países. As pesquisas também embasam as políticas de preservação na parte mais pragmática, ou seja, em sua implementação. Toda ação de preservação institucionalizada possui embasamento em inventários e ou pareceres técnicos que requerem estudos bem específicos, muitas vezes voltadas as áreas de antropologia, história, geografia, arqueologia, dentre outras.

1.2 O patrimônio e as políticas brasileiras de preservação

“Poder mágico do patrimônio. Transcende as barreiras do tempo e do gesto” Choay (2006, p.87).

Trabalhar com a temática do patrimônio, bem como os espaços industriais, desencadeia a reflexão acerca de suas tipologias e dimensões - materiais e imateriais - cuja escolha do que será ou não valorizado e representado se modifica conforme o curso das sociedades, a depender das suas concepções e dinâmicas estabelecidas.

A palavra patrimônio está relacionada com o acúmulo de heranças culturais apropriadas tanto por indivíduos quanto por grupos, que ganharam o papel de espelho dos processos

culturais que foram engendrados, aos quais são atribuídos valores simbólicos, econômicos ou afetivos, em conformidade com as características que ali se implementaram.

Etimologicamente falando, a palavra nasce do latim *patrimonium*, derivado de pater, padre e pai, com o significado recaindo sobre os bens passados pelas famílias, de pai para filho, como destaca Chauí (1992). Para Choay (2006), em termos conceituais, patrimônio está muito relacionado aos núcleos econômicos, familiares e jurídicos.

Nas últimas décadas, de forma vulgarizada, o tema se faz presente em nosso cotidiano no sentido trivial, em sua dimensão tangível e intangível, com inúmeras possibilidades na sua aplicação. É empregado para referir-se aos patrimônios imobiliários, posses familiares, individuais, ou bens financeiros.

É importante destacar que a concepção do conceito que se pretende trabalhar neste capítulo remete ao século XVIII, juntamente com os processos de formação dos Estados Nacionais, portanto, um fenômeno da modernidade.

O patrimônio, enquanto atividade social, pode ser relacionado, em um primeiro momento, ao Estado quando se atribuiu a este a função de tutelar os bens que representariam a nação. Estas atribuições estavam atreladas à construção das identidades nacionais, com estratégias voltadas a constituição da memória, a saber dos museus, arquivos nacionais e órgãos de preservação.

Segundo Choay (2006), é a partir da França que se dissemina para o mundo o conceito de patrimônio. Neste tipo de política, o Estado passa a proteger o patrimônio por meio de tombamentos, grandes obras para que a construção seja considerada monumentos nacionais. Tudo isso acabou por contribuir para a conformação dos estados-nação, sustentando as representações culturais em que cada Estado estivesse vinculado.

Durante o seu período pós-revolucionário, no século XIX, as entidades públicas francesas voltaram a sua preocupação para a preservação de construções monumentais que resguardavam a história do país, estabelecendo ações que visavam tal ideário, entendendo a necessidade de preservar as heranças e experiência da nação vivenciada ao longo do tempo, que os mesmos simbolizavam os traços culturais das nações. Para Teixeira:

El uso del término empieza en la Francia pos-revolucionaria, cuando el Estado decide colocar bajo su tutela y proteger las antigüedades nacionales a las cuales es atribuido el significado para la historia de la nación. Así que, inicialmente el conjunto de bienes entendidos como

herencia del pueblo de una nación fue entonces designado como patrimonio histórico. Además del aspecto histórico se valorizó como criterio de selección el aspecto artístico y excepcionalidad de los bienes. (2006, p. 1)

Neste momento, o patrimônio acabava por reafirmar uma hegemonia de classe, ditando o que ocorre em todas as sociedades, que é a disputa por representações. A seleção acabava por sucumbir as escalas regionais e até locais, visto que as diferenças étnicas foram gradualmente sendo colocadas em situação de subordinação e marginalização Rodrigues (2001). Esta escolha resultava em um processo de exclusão das demais identidades culturais presentes no mesmo espaço. O patrimônio fortalecia a história e a memória oficiais (grandes nomes, datas cívicas, símbolos da pátria, etc.). Somente um determinado seguimento da sociedade, o das camadas mais abastadas, era favorecido (POLLAK, 1989). O ato de escolher o que está ou não apto a ser considerado como patrimônio acaba por ser tornar político, conforme Fonseca (2005), uma vez entendido que o aparelho estatal passa a determinar e estabelecer limites sobre o que representará a sociedade.

Para Duarte (1993), a socialização e a apropriação de um patrimônio por determinada sociedade compõem a integração do homem. O termo envolve a compilação histórico-cultural de determinado povo, apontando a necessidade de um processo de conscientização acerca de seus traços culturais e de sua formação, quando há o desejo pela sua preservação ou mesmo o reconhecimento de determinado bem. Do contrário, há uma laboração de desconhecimento de si mesmo e do espaço em que habita, provocando um esvaziamento dos processos culturais que o deram forma. Implica o entendimento da importância que a cultura carrega consigo para uma sociedade. Muitas são as análises que se preocupam em definir o termo cultura, cuja complexidade é evidente. Por conseguinte, Canclini (1994) aponta que a representação identitária de um grupo constitui o que se chama de cultura.

As abordagens sobre o patrimônio levam ao entendimento da relevância dos estudos de autores que se comprometem e se debruçam sobre o tema. A UNESCO aponta para o desenvolvimento de práticas universais de salvaguarda, sem nenhum poder de execução, somente de indução. Bem como as ações dos órgãos reguladores responsáveis, cujo poder é de gestão pública, cita-se o trabalho do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Por todos esses ângulos que o patrimônio é trabalhado, evidentemente que de formas distintas, contribuem para a sua reflexão.

Neste espectro, a defesa de sua preservação não pode ser desassociada da ideia de imobilismo. Isto é, novos usos devem ser atribuídos a um patrimônio, visto que a categoria não deve ser compreendida como algo estático, mas acompanhando toda a dinâmica dos espaços que a comportam.

O contexto brasileiro apresentou algumas iniciativas imprescindíveis para uma instituição de políticas de âmbito cultural e a constituição de seu patrimônio. Inicia-se uma busca pela nacionalidade, de uma cultura unificada, que influenciaram as políticas culturais que estavam a surgir, no Governo de Getúlio Vargas até os dias atuais, com avanços e involuções (PEREIRA, 2016).

Neste período, segundo Rubim:

Pela primeira vez, o Estado nacional realizava um conjunto de intervenções na área da cultura, que articulava uma atuação “negativa” - opressão, repressão e censura próprias de qualquer ditadura - com outra “afirmativa”: através de formulações, práticas, legislações e (novas) organizações de cultura. A política cultural implantada valorizava o nacionalismo, a brasilidade, a harmonia entre as classes sociais, o trabalho e o caráter mestiço do povo brasileiro. A potência desta atuação pode ser dimensionada, por exemplo, pela quantidade de instituições criadas, em sua maioria, já no período ditatorial (2007, p.3).

Muitos autores e pesquisadores que atuam no campo das políticas culturais apontam que durante o governo getulista se estabeleceu um cenário propício à formulação de políticas favoráveis a preservação cultural, embora se restringisse aos bens de natureza material. Na Constituição de 1934 já se vislumbrava o papel da União e do Estado na tutela dos patrimônios de natureza monumental e natural (PEREIRA, 2016).

A partir da Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937, foi criada a Secretaria do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (SPHAN). Sua responsabilidade era a de elaborar a cartilha de um conjunto de bens que representariam a cultura nacional. Neste momento, havia um discurso homogeneizador do Estado que busca esta perspectiva, como foi o Estado Novo. Vários atos da presidência da república por Getúlio intensificam o discurso de unificação (em contraposição ao regionalismo da República Velha).

Em sua gênese, a secretaria optou pela escolha da preservação dos bens materiais de forma a universalizar valores, costumes, padrões sociais com inspiração europeia. Garantiu-se a prática de preservação e restauro dos bens móveis e imóveis, à luz de estratégias respaldadas por grupos de especialistas no campo que exerciam suas atividades de forma a legitimar o que

integraria ou não o patrimônio do país. Percebe-se a criação de uma narrativa nacional entorno do patrimônio. O modelo europeu, cujos traços era a de uma cultura branca e elitizada, havia sido exportado para a América Latina, sendo incorporado conforme os direcionamentos culturais e políticos de cada país, predominantemente (FONSECA, 1996).

Com as questões de procedimento e funcionamento definidas, a mesma foi instituída com a finalidade de promover em todo o país e de modo permanente, o tombamento, a conservação, o enriquecimento e o conhecimento do patrimônio histórico e artístico nacional (BRASIL, 1937, art. 46).

Essas institucionalizações davam ao Brasil o status de pioneiro na preservação do patrimônio na América Latina. O Instituto possuía um vasto conhecimento, tornando-se referência para instituições assemelhadas de países de passado colonial, mantendo ativa cooperação internacional.

Promovia-se uma investidura heroica nos profissionais abrigados no órgão, engajados na classificação dos bens culturais, o que dava aos mesmos um certo comprometimento no que tange ao empreendimento cultural no país. Para Ventura:

O processo de diferenciação e classificação dos bens culturais situava-se num espaço político cultural, em grande medida, ocupado por grupos de elites especialistas da alta cultura, sejam aqueles que legitimam narrativas da nacionalidade ou a sofisticação de linguagens sejam elas clássicas ou experimentais (2005, p.84).

Discorrer sobre a temática do patrimônio suscita pensar sobre o conflito pela representação de identidades, de diferentes camadas sociais. O fato de que as políticas patrimoniais tenham privilegiado certos setores da sociedade, alvorece uma disputa de memória, de identidade, que acontece em todos os âmbitos da sociedade. Desponta a ideia de que o patrimônio não é consenso, não é um lugar de harmonia, mas análogo a toda sociedade, desempenha um lugar de disputas.

Visualizando o campo do patrimônio enquanto palco para os conflitos, visto que diz respeito as representações, aos valores, às características dos diferentes grupos, o período dos anos sessenta e setenta do século XX carrega novos contornos.

Embora o contexto fosse de ditadura, a partir do Golpe militar de 1964³ o Estado fomenta uma maior institucionalização no campo da produção artístico-cultural, com as ações

³ Também foi o ano de instalação da representação da UNESCO no Brasil.

do SPHAN seguindo suas atividades. O objetivo era estrutura-lo de modo que fosse possível exercer o papel de elaborador de política de alcance nacional. Se institui o Conselho Federal de Cultura (CFC), com vistas a recuperar as instituições nacionais como Museus, Bibliotecas, Instituto, de âmbito nacional. Instaura-se o Plano de Ação Cultural (PAC) (CALABRE, 2007).

O tempo era de fortes repressões, porém com a efervescência dos movimentos sociais contra o regime militar⁴ que havia se estabelecido, cujos intelectuais e operários, nos anos de 1970, levaram a diante os debates acerca de resistência e sobre questões como a cultura popular. A busca era a de amplificação do conceito de bem cultural, incluindo neste conjunto as imaterialidades, a natureza, manifestações diversas consideradas como bem cultural de um povo. Rocha ressalta que:

Geralmente quando pensamos em patrimônio, temos a tendência de associá-lo somente ao patrimônio material, ligado a riqueza, que são herdados ou que possuem algum valor afetivo. Porém, patrimônio não se limita apenas sentido de herança. Refere-se também, aos bens produzidos por nossos antepassados, que resultam em experiências e memórias, coletivas ou individuais (2012, p.1).

Em consonância com o processo de amplificação acerca das considerações sobre o patrimônio cultural nacional, o período seguinte da década de 1980 vislumbrou uma mudança no âmbito do trato do patrimônio cultural do país, em que outros grupos passam a ganhar espaço na participação das discussões e representações culturais, grupos estes até então desconsiderados da identidade nacional. Nesta conjuntura democrática, cria-se o Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC), com destaque para o papel de Aloísio Magalhães, que inseriu na dinâmica do Centro formas peculiares de atuação, modos de vida, saberes, comportamentos.

Nestes tempos, o aparelho estatal e os intelectuais não eram os únicos responsáveis pelas discussões culturais e produção dos conhecimentos, cujas transformações da época delineavam avanços para as políticas culturais de preservação (FONSECA, 1996).

A Constituição Federal de 1988 legitima esta ampliação sobre os novos desenhos face ao patrimônio e as políticas culturais, quando é assegurado no artigo 215 e 216 que:

(...) o Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais; protegendo as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional (BRASIL, 1988: art. 215).

⁴ Instaurado no Brasil em 1 de abril de 1964, o período durou até 15 de março de 1985, sob comando dos militares.

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: as formas de expressão; os modos de criar, fazer e viver; as criações científicas, artísticas e tecnológicas; as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (BRASIL, 1988: art. 216).

Em um país multicultural como o Brasil, onde várias culturas, etnias e povos contribuíram para a formação do território, o patrimônio cultural que paira sobre a realidade mencionada não se resume somente aos aspectos materiais, sendo possível enxergar formas imateriais, bem como festas, modo de falar, vestir, viver, ou seja, diversas representações, não se definindo às grandes obras. Segundo Florêncio e Biondo (2017, p.51), “atualmente, a noção de patrimônio foi ampliada de modo a contemplar as referências culturais, materiais ou imateriais, representativas da diversidade sociocultural brasileira”. Além das paisagens e suas patrimonialização, considerando o seu potencial de resguarda dos processos culturais, em que diferentes atores compartilham de uma mesma representação visual de determinado local que se deseja analisar.

1.3 A paisagem

A paisagem é sempre uma herança. Na verdade, ela é herança em todo o sentido da palavra: herança de processos fisiográficos e biológicos e patrimônio coletivo dos povos que historicamente as herdaram como território de atuação de suas comunidades.

Aziz Ab'Saber (2003)

Ao avistar árvores, cursos d'água, casas, praças, ruas, asfaltos, serras, nuvens, prédios, além de toda a composição que o recorte espacial engloba, estamos diante da paisagem e dos processos que a configuraram, naturais ou não. Tendo todos esses elementos o papel mutável. Nestas condições, o homem cerca-se de paisagens desde os primórdios, por todos os lados, ângulos, em todas as direções, em qualquer lugar que ele se encontre, tornando-se parte delas.

De forma ampla, o vocábulo paisagem se refere a tudo que esteja presente no lance de uma visão. Prioriza-se a imagem que se forma a partir da observação sensível do sujeito, o que de forma errônea, coloca o homem externo a uma paisagem.

A paisagem é o que os nossos sentidos captam, viabilizando com que realizemos seleções, como por exemplo, se o local é belo ou não, a partir de suas impressões. Indo além, o conceito é responsável por registrar muitos aspectos de uma sociedade. Neste espectro, o mesmo se estende, não se limitando a expressão imagética.

Ao caminhar por entre os mais variados lugares, próximos ou distantes, fazemos com que a audição, o tato, o olfato e o paladar, além da visão, despreocupados, sejam capazes de capturar o local em que estamos. Quando estamos diante de determinada realidade, como a apresentada pelo 13º Distrito Santo Eduardo, percebemos que nossos sentidos ditam uma paisagem, que abrigam valores culturais, sentimentos e significados que se entrelaçam de forma a compelir características particulares em determinada porção territorial, nenhuma igual a outra, fazendo com que o indivíduo experiencie sentimentos ao estar diante de uma projeção paisagística. Conforme destaca Magalhães:

Nenhuma paisagem é igual a outra. Cada paisagem é única, insubstituível e inimitável. A paisagem, comumente, possui um valor cultural e sentimental que o olhar lhe atribui. Ela é sempre um recorte, um fragmento de um todo que delimitamos, selecionamos, valoramos por alguma razão específica. (2017, p.1)

Avistar uma paisagem é percebê-la, valorizá-la, refletir sobre o que se sente ao observar determinado contexto. A paisagem⁵, em um contexto polissêmico, pode ser considerada em sua dimensão natural, portanto, direta e objetiva. Neste caminho estão os profissionais da área da biologia, ecologia, geologia ou climatologia; em um aspecto mais voltado para a significação e como um espaço humanizado estão os de âmbito cultural, principalmente os geógrafos culturais. Considerando suas inúmeras possibilidades de representação e leitura, estão arquitetos, paisagistas, filósofos, quando se pensa na categoria baseada na experiência individual, projetáveis ou enquanto categoria ativa (SILVESTRE, 2009).

Sob este viés, é importante relevar que trabalhar com a temática em questão exige uma delimitação, visto que há um arcabouço teórico amplo, a depender dos interesses e objetos

⁵ Na pesquisa enfatiza-se o conceito de paisagem atrelado às ações humanas, culminando no que se denomina de paisagem cultural.

estudados, da área abrangente. A paisagem pode ser entendida através de diversas abordagens (CLAVAL, 2004).

1.4 O desenvolvimento do conceito

A multiplicidade de significados atribuídos a paisagem, conforme Meinig (2002), decorre por ser algo relacionado as operações mentais, não somente por ser algo que se encontra diante dos nossos olhos cuja subjetividade deve ser destacada. Para o autor, a categoria é entendida como habitat ou lugar, ideologia, riqueza, problema, sistema, natureza e história, indo além do que se enxerga. Para Monbeig (1957, p.11) “A paisagem é um ponto de partida, mas não um fim. Resulta do complexo geográfico sem confundir-se com ele”.

A observação de uma paisagem torna o processo inicial para a compreensão dos fenômenos que se pretende investigar. As diversas exposições sobre os processos decorrentes da interação que envolve o homem e o seu desenvolvimento em sociedade, tem na categoria um caminho para a compreensão deste objetivo. Neste sentido, destaca Silveira,

[...] a paisagem constitui-se como resultado do estabelecimento de uma inter-relação entre a esfera natural e a humana, na medida em que a natureza é percebida e apropriada pelo homem, que historicamente constitui o reflexo dessa organização (2009, p.3).

Historicamente, a evolução do conceito se dá no Renascimento, sob o viés da pintura e sentimento à natureza. A estética aparece como símbolo da distinção da posição social que era definida. Ao romper com a visão teológica da época, visto que houve uma laicização dos elementos naturais, é que as paisagens passam a receber a atribuição do sentido de lugar e de representar os mesmos, a partir da apreensão dos quadros que representavam a natureza e suas derivações (CLAVAL, 1999; LUCHIARI, 2001).

A construção da temática ocorre, de um lado, a partir das influências positivistas, voltada para o racionalismo, e por outro lado, sob a o viés do romantismo. Pautados pelo olhar racional, de forma muito objetiva, os elementos capturados eram passíveis de descrição. Ao contrário, o romantismo ressaltava a importância da subjetividade presente na descrição de um elemento presente nas paisagens (LUCHIARI, 2001).

A gênese do termo paisagem, segundo Claval (1999), associa-se ao século XV, no contexto europeu, sobre a forma de landskip. A palavra deriva do alemão landschaft, que faz surgir o termo holandês landschap. Na língua inglesa, o termo usado é landscape. Na língua

portuguesa, o termo deriva de *paysage*, palavra francesa, tendo como origem o radical medieval *pays*, que significa habitante e território (HOLZER, 1999; CLAVAL, 1999).

A definição de paisagem é estudada por muitas áreas do conhecimento, com a contribuição de autores nacionais e internacionais. Dentre estes campos está a Geografia. Para o âmbito de estudo, a paisagem foi um conceito-chave, o que contribuiu para que a área se instituisse enquanto ciência. Foi no contexto alemão e francês, quando houve a incorporação empírica relacionada ao estudo das paisagens. Neste sentido, é relevante destacar que no âmbito dos estudos geográficos, o conceito de paisagem modificou-se conforme as escolas que moldaram o seu pensamento. Em face da escolha de métodos analíticos e correntes filosóficas, o conceito foi sendo embutido em diferentes leituras, ora assumindo uma dimensão mais naturalista, ora mais antropocêntrica, cujas vertentes se atrelam em alguns momentos, dando ao mesmo a característica plural e confluyente (SILVEIRA, 2009; MESQUITA, 2012).

Para Maximiano (2004), a temática de paisagem possuía dois caminhos de análise: A escola alemã enxergava a construção de uma paisagem baseada no viés naturalista. A escola francesa versava a paisagem através da incidência de elementos culturais e naturais. Independentemente do caminho para a sua conceituação, a paisagem apresenta-se como uma realidade viva, sendo possível designá-la a tudo que recobre a superfície terrestre.

Segundo Venturi (2004), no século XIX, no contexto alemão⁶, o conceito de paisagem ganha novos desenhos. Havia, neste momento, uma preocupação em agrupar os elementos que estavam presentes no local a ser observado. Os teóricos deste período, imbuídos das ciências naturais, abordavam o conceito associando-o aos diversos elementos materiais do ambiente. As análises relativas à paisagem podiam até envolver a questão cultural, mas dentro da dicotomia paisagem natural e cultural. Através dos escritos Tricart, percebe-se essa afirmação:

Para os geógrafos alemães, geralmente nutridos pelas ciências naturais, a paisagem compõe-se de diversos elementos concretos do ambiente: relevo, plantas, solos. Mas eles não registram as modificações introduzidas pelo homem e, se for o caso, eles distinguem entre paisagem natural e paisagem humanizada (1981, p.7).

Em suma, as obras empreendidas neste período, apesar de suas tendências naturais (mais enfatizadas na geografia alemã) ou pautadas nos constructos humanos, recebem destaque por serem embrionárias nas conceituações e abordagens sobre o tema. Impulsionaram o

⁶ Com destaque para Carl Ritter, Alexander Von Humboldt e Friedrich Ratzel.

desenvolvimento de métodos de estudos, sistematização de dados, isto é, possibilitando as análises sobre os processos de interação do homem e o meio.

A paisagem, em seu caráter orgânico, como reveladora dos processos de transformação da natureza, cujos elementos naturais interagem com o homem, pode ser encontrada em Alexander Von Humboldt, considerado por muitos como pai da Geografia. Introduziu o termo *landschaft*, cujo significado holístico remete a interação local com os seus habitantes (BOESCH e CAROL, 1968). A pretensão era ir além da simples apreensão visual de porções do espaço, mas compreender como o que vemos materializado na paisagem é resultado das relações estabelecidas entre as manifestações dos processos culturais.

O conceito emerge de uma forma antropocêntrica a partir das considerações de Ratzel. Suas análises apontavam para o sucesso ou declínio da incidência dos aspectos culturais sobre a paisagem. O autor aponta que tal distanciamento é necessário devido agir como libertação cultural do meio natural. Existe, pois, uma dicotomia entre os objetos naturais e os móveis (a sociedade e a cultura) da paisagem. O termo permanece a ser ambiente natural, haja vista que as ações humanas se tornam evidentes em seus estudos. Para ele, seria a paisagem o resultado do distanciamento entre o homem e o meio natural (SCHIER, 2003; MESQUITA, 2012; CORRÊA, 1998).

Dando ênfase nos aspectos regionais⁷, visto que houve uma sistematização dos dados coletados, Carl Ritter⁸, embora a paisagem não tenha sido o centro de suas discussões, preocupou-se em complementar e metodizar os trabalhos anteriores.

De forma gradual o conceito de paisagem deixa de se preocupar somente com os aspectos naturais ou fenômenos ocorridos na superfície. O século XX, em consonância com as transformações espaciais, carrega consigo as abordagens acerca da ação humana. Aponta Santos:

No princípio, tudo eram coisas, enquanto hoje tudo tende a ser objeto, já que as próprias coisas, dádivas da natureza, quando utilizadas pelo homem a partir de um conjunto de intenções sociais, passam, também, a ser objetos. Assim a natureza se transforma em um verdadeiro sistema de objetos e não mais de coisas e, ironicamente, é o próprio movimento

⁷ A Geografia, preocupada com as reflexões acerca dos países e regiões, neste momento, além do positivismo histórico, tornou-se sistematizada, englobando enciclopédias (MESQUITA, 2012).

⁸ Geografia Comparada, publicado no ano de 1865.

ecológico que completa o processo de desnaturalização da natureza, dando a esta última um valor (2006, p.52).

Com a Geografia instaurada enquanto ciência, é necessário considerar os estudos de Paul Vidal De La Blache⁹, no contexto da França. Para ele, a paisagem assume o papel da interação entre os elementos naturais e humanos, denotando algo concreto e regional. Segundo ele, “é preciso partir da ideia de que uma região é um reservatório onde dormem energias das quais a natureza depositou o germe, mas das quais o emprego depende do homem” (SCHIER, 2003).

O elemento homem e suas ações derivadas passam a ser destaque nos estudos relacionados as paisagens. A categoria ganha uma conotação de paisagem cultural, passando a ser porções espaciais que agregam correlações entre a economia, cultura e política, cujas conformações são desenvolvidas de acordo com o contexto que se insere (MESQUITA, 2012).

Tem-se então a relevância dos estudos dos aspectos materiais enquanto propriedades transmitidas em uma paisagem às gerações futuras. Deste modo, os estudos que se preocupam com este viés ganharam destaque. Foi o norte americano Carl Ortwin Sauer¹⁰, expoente da geografia Cultural, por quem ressalta a complexidade do conceito, visto que há uma relação entre os processos físicos e os culturais. As áreas denominadas naturais, consideradas a priori, e as áreas posteriores, introduzidas pelo homem (processo cultural) culminam na paisagem. Em seus estudos, Sauer negava a ideia de que a paisagem é o resultado somente das ações naturais, com o homem estando aquém deste processo. Este representaria a posição de agente modificador da mesma.

Nos anos de 1960, abrindo o leque de interpretações, sob o viés da Geografia Humanista, se fazia críticas ao positivismo da geografia quantitativa ou teórica, no qual foram introduzidos novos olhares, para além do visível. Ganha espaço o aspecto simbólico, tendo a paisagem o papel de documento, permitindo diferentes interpretações.

Já nos anos de 1970, novos caminhos epistemológicos foram assistidos, com o marxismo possuindo bastante expressão neste momento. As paisagens seriam o resultado final do constructo dos modos de produção e humanos engendrados ao longo do tempo. Conforme

⁹ VIDAL DE LA BLACHE, Paul. Principes de géographie humaine. In: GOMES, P. C. da C. Geografia e modernidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996, p. 115-116.

¹⁰ Publicou o livro intitulado de a Morfologia da Paisagem, no ano de 1925, em que realizou considerações sobre a Geografia e os rumos da área cultural.

Magalhães (2017, p.4) “[...] Por ser um constructo humano, a paisagem foi sendo remodelada, desenhada, por diferentes gostos idealizados no seu momento de produção formando arquétipos distintos ao longo do tempo”. Há, pois, a existência de todo um processo histórico de modificações dessa categoria, nos quais dá a mesma o caráter de herança dos processos tanto biológicos quanto fisiográficos, servindo enquanto patrimônio coletivo da sociedade. Remete aos processos, a história, aos fenômenos naturais. Agrega tanto os processos antrópicos quanto naturais (AB’SABER, 2003).

Percebe-se que há uma correspondência entre a ideia de patrimônio (mais abrangente; imaterial) e a percepção de paisagem mais sensível aos aspectos da cultura (inclusive imaterial).

O indivíduo, munido de ideologias, acaba por se tornar parte dela, estando no centro de sua confecção. Segundo Emídio (2006), a paisagem compreende os elementos bióticos e abióticos, estando em constante mutação. A mesma resulta de fatores químicos, biológicos, físicos, todos interagindo, além das interferências antrópicas, em diferentes escalas. Toda a coletividade humana projeta-se sobre uma porção do espaço terrestre a qual, sob diversas formas, serve de suporte às suas atividades. Essa parcela do espaço comporta uma estratificação de vários espaços, qualificados segundo a natureza de suas relações com as atividades e formas de existência dos grupos considerados (CONTI, 2014).

Corrêa e Rozendahl (1998) expressam o conceito como articulador do campo da visibilidade e significados. Na dimensão do visível ou da morfologia, a paisagem, sujeita a alterações, pode ser definida como agregadora dos elementos naturais e culturais presentes em um mesmo recorte do território. Romero (2002, p.23) aponta que “a dinâmica da paisagem se define por sua complexidade, pela integração de todas as partes numa única unidade que existe e age em conjunto”. Neste mesmo viés, Bertrand (2004), privilegiando uma definição sistêmica do conceito, destaca que a paisagem agrega os elementos naturais e sociais, não se limitando aos aspectos geográficos (entendido como físicos), mas atingindo um caráter dinâmico, totalizando a natureza e as implicações humanas. Deste modo, para Sauer,

Os objetos que existem juntos na paisagem existem em inter-relação. Nós afirmamos que eles constituem uma realidade como um todo que não é expressa por uma consideração das partes componentes separadamente, que a área tem forma, estrutura e função e daí posição em um sistema e que é sujeita a um desenvolvimento, mudança e fim. (1998, p. 22)

A paisagem se apresenta como "algo mais que uma justaposição de detalhes pitorescos, a paisagem é um conjunto, uma convergência, um momento vivido. Há uma ligação interna, uma 'impressão', unindo todos os elementos" (DARDEL, 2011 p. 41).

No entrelace de atores e influencias na configuração de uma mesma paisagem, com cada grupo localmente aproveitando os recursos, Berque (1998, p.86) aponta que "(...) a paisagem é plurimodal (passiva-ativa-potencial). Como é plurimodal o sujeito para o qual a paisagem existe; (...) a paisagem e o sujeito são co-integrados em um conjunto unitário que se autoproduz e se auto-reproduz".

Assim, o Distrito de Santo Eduardo apresenta esta relação do entrelace de diferentes grupos compartilhando uma mesma paisagem, a fim de configurá-la a partir de seus recursos disponíveis.

Cada paisagem se manifesta de forma singular e dinâmica, a partir das intervenções sociais. Isso significa que ela reflete os aspectos culturais da sociedade que ali habita, como por exemplo a partir das engenharias industriais. É uma forma de recolha das inúmeras atividades do homem que, aproveitando dos recursos que lhes são oferecidos (natureza), projeta características passíveis de leituras. Quero dizer, as ações individuais ou coletivas estendem-se ao olhar da apropriação e transformação da natureza, cujo resultado são paisagens, denominadas neste trabalho por paisagem cultural, que será abordada no próximo item.

1.5 A paisagem cultural

A paisagem acaba por narrar toda a diversidade presente nesses intercâmbios, uma vez entendido que as alterações na mesma não devem ser estudadas fora do contexto das práticas sociais, que vai concretizar todas as características depositadas durante as atividades, como afirma La Blache:

Por suas obras e pela influência que exerce sobre ele mesmo e o mundo vivente, o homem é parte integrante da paisagem. Ele a humaniza e a modifica de alguma forma. Por isso, o estudo de seus estabelecimentos fixos é particularmente sugestivo, visto que é de acordo com eles que se ordenam culturas, jardins, vias de comunicação; eles são os pontos de apoio das modificações que o homem produz sobre a terra. (...) eles representam um depósito que as gerações anteriores deixam às seguintes, um fundo de valor que dispensa começar (do zero) tudo de novo (1954, 150).

A partir de Conti (2014), a mesma reverberaria as marcas, delineando paisagens culturais. Nessa equação, Sauer (1998, p. 59) nos fala que “a cultura é o agente, a área natural é o meio, a paisagem cultural o resultado”. O processo de formatação e caracterização das paisagens é engendrada através da ação da cultura sobre a paisagem natural, transformando-a. Por este mesmo viés analítico, Pisón destaca que:

En este juego de interacciones el paisaje no aparece, pues, solo como un ente fisionómico y estético, sino que constituye un complejo vivo de formas que cristaliza, se articula, late y reposa sobre un sistema de condiciones y relaciones geográficas, susceptible de análisis cualitativo y funcional más allá de las apariencias. (...) es expresión de una civilización, tanto material como espiritual (2000, p.216).

A paisagem cultural reflete as marcas da ação humana, integrando elementos contidos no mesmo espaço. Para Civantos (2008, p.21), a categoria se apresenta como “una realidad compleja, integrada por componentes naturales y culturales, tangibles e intangibles, cuya combinación configura su carácter identificativo”.

Os lugares apresentam histórias imbuídas de processos humanos, impressos em suas paisagens. Deve-se permitir que o passado narre acerca das dinâmicas corporificadas no espaço, que está em constante alteração. A partir dos vestígios tangíveis e não tangíveis plasmados na paisagem é possível ouvir o que se fala, a fim de interpretações, com ouvidos atentos aos sons silenciados. Os modos de vida e sua técnica, bem como os registros temporais e suas necessidades humanas encontram-se nas paisagens culturais como pano de fundo, mesmo que de forma invisível, apontando os interesses das modificações dos espaços, nunca estáticos. Para Santos:

A paisagem nada tem de fixo, de imóvel. Cada vez que a sociedade passa por um processo de mudança, a economia, as relações sociais e políticas também mudam, em ritmos e intensidades variados. A mesma coisa acontece em relação ao espaço e à paisagem que se transforma para se adaptar às novas necessidades da sociedade. (1997, p. 37)

Cosgrove (1989) traz à tona a importância da discussão da paisagem enquanto valor identitário, imbuídas de significados, permitindo que os olhos estejam atentos, de forma crítica, ao realizar uma leitura de determinada porção territorial. Como sabemos, existe uma estreita ligação entre a paisagem cultural e os modos de percebê-la, vivê-la e experimentá-la, diferindo conforme os grupos que a compartilham, o que promove disputas. Visto que relações de poder e dominação são estabelecidas em determinado local, cujas propagações se dão por meio da cultura, predominando a do detentor das forças hegemônicas. Dessa forma, Cosgrove aborda:

Um grupo dominante procurará impor sua própria experiência de mundo, suas próprias suposições tomadas como verdadeiras, como a objetiva e válida cultura para todas as pessoas. O poder é expresso e mantido na reprodução da cultura. Isto é melhor concretizado quando menos visível, quando as suposições culturais do grupo dominante aparecem simplesmente como senso comum. Isto é as vezes chamado de hegemonia cultural. Há, portanto, culturas dominantes e subdominantes ou alternativas, não apenas no sentido político, mas também em termos de sexo, idade e etnicidade (1998, p. 104-105).

Isso suscita reflexões sobre a categoria enquanto um conjunto formado por diferentes grupos e atores sociais que compartilham o mesmo espaço, porém com um processo de sufocamento do primeiro grupo sobre o segundo, respectivamente. As paisagens construídas exprimem os valores das forças integrantes em seu interior, a dos atores sociais cujo poder aquisitivo e de influências econômica, política se encontram reforçadas. Segundo Luchiari,

Tomada pelo indivíduo, a paisagem é forma e aparência. Seu verdadeiro conteúdo se revela por meio das funções sociais que lhe são constantemente atribuídas no desenrolar da história. (...) os símbolos contidos nos objetos são perigosos, pois não se revelam totalmente a um olhar pouco reflexivo, podendo escapar à apreensão e tornar mais eficaz a feiticização da paisagem (2001, p. 13).

Pensar este cenário, nos leva a considerar os precedentes das transformações da lógica capitalista por sobre o espaço, como é o caso das atividades industriais que incidem sobre os recursos naturais e, conseqüentemente sobre as paisagens culturais, que possuem traços dessas relações. Apontam que com o decorrer do tempo essas interações se modificaram, apresentando formas diferentes de relação com o espaço.

Discorrer sobre as diversas formas de interação entre o homem e o meio é tarefa muito complexa devido as inúmeras interfaces de ocupação e relação estabelecida entre ambos, variando conforme o decorrer o tempo, o tipo de sociedade erguida e seus valores, bem como as diferentes reflexões sobre o assunto, envolvendo muitos pontos de vistas e interesses.

Sabe-se que com o curso do tempo, os grupos humanos de forma gradual foram alterando a natureza a fim de aprimorar a qualidade de vida, garantindo a sobrevivência. Neste processo, são configuradas impressões humanas, com especificidades em conformidades com a atividade que nele foi realizada, ditando um determinado contexto social, econômico e cultural expressados através das diversas paisagens. Logo, o ambiente é transformado e socialmente apropriado a partir da maneira com que os grupos desenvolvem suas técnicas e o concebe, como afirma Claval,

O ambiente só tem existência social através da maneira como os grupos humanos o concebem, analisam e percebem suas possibilidades, e através das técnicas que permite explorá-lo; a mediação tecnológica é

essencial nas relações dos grupos humanos com o mundo que os rodeia. (...). O universo onde vivem os homens é um espaço transformado para atender as necessidades materiais dos grupos e permitir seu funcionamento. Implica valorização dos recursos e das qualidades próprias dos lugares e a consideração dos condicionantes e dos riscos. Isto necessita conhecimento, técnicas materiais e a definição de formas adequadas de divisão e de apropriação do espaço (1999, p.219).

O espaço acaba por se caracterizar como *locus* da ação humana, sendo modelado constantemente em função de seus interesses, modificando o que a natureza propõe por meio da evolução de técnicas. Promovendo o aperfeiçoamento e transformações espaciais significativas no decorrer do tempo, atribuem novas morfologias e ressignificam o espaço de acordo com o modo de vida das sociedades que o compõem, construindo e desconstruindo através da dinâmica socioespacial, como destaca Santos,

De um lado os sistemas de objetos condicionam a forma como se dão as ações e, de outro lado, os sistemas de ações levam à criação de objetos novos ou se realiza sobre os objetos pré-existentes. É assim que o espaço encontra a sua dinâmica e se transforma (2006, p. 62).

É de suma importância destacar que o espaço não só reflete a sociedade que o constrói, mas também a condiciona, conforme aponta Corrêa (2000) ao ressaltar que o espaço organizado pelo homem desempenha um papel na sociedade, compartilhando do complexo processo de existência e reprodução social. O mesmo abrange a esfera cultural, bem como o meio natural, mas, na concepção de Santos (2006), é sobretudo a ação humana simultaneamente que o particulariza. O resultado desta interação pode ser percebido através das paisagens, cujas características apontam o período e o tipo de transformação realizados.

No entanto, Santos (2006) ressalta uma evolução no espaço geográfico e, conseqüentemente, nas suas paisagens, que se inicia com meio pré-técnico ou meio natural. Este se caracteriza por ser a base material da existência humana, com utilizações técnicas se vinculavam às dependências da natureza. Neste momento, o meio natural era utilizado sem grandes transformações, de forma muito orgânica, em que o ritmo da natureza predominava. As paisagens apresentavam-se com pouca inserção de elementos artificiais, sobressaindo as características naturais, em que as técnicas e o trabalho se casavam com as dádivas da mesma, com a qual se relacionavam sem outra mediação.

Seguindo o processo evolutivo, com o avanço das técnicas, as sociedades passaram a ter maior poder sobre o meio natural, constituindo assim a etapa mecânica ou de modernização do meio geográfico, de acordo com autor. Emerge, assim, o espaço mecanizado, com a introdução

de objetos e sistemas que provocaram a inserção das tecnologias no meio produtivo, resultando em projeções paisagísticas em conformidade com a dinâmica.

Atualmente, o meio técnico-científico-informacional (MTCI) representa a forte presença do sistema capitalista incidindo sobre o espaço, cujas relações produtivas não mais se harmonizam com o meio natural. Essa relação se traduz a partir do surgimento de um meio altamente degradado e alterado, cujas paisagens expõe essa nova lógica dinâmica.

Sob esta ótica “evolutiva”, a paisagem acaba por se tornar a aparência de uma realidade. A categoria materializa relações políticas, econômicas, sociais e culturais que são desenvolvidas pelos grupos que disputam o espaço, sendo possível analisa-las. Isto é, exige observações, pesquisas, leituras para que as mesmas sejam percebidas em sua essência.

Neste espaço de análise, todas essas alterações devoradoras do meio convergem em formulações para direcionamentos que visam orientar os meios de proteção para que sejam mantidos resquícios e marcas culturais.

A paisagem cultural pode ser entendida numa visão integradora, como um resultado concreto sistêmico, da interlocução entre a sociedade e seus aspectos culturais, a partir de suas potencialidades naturais a visão UNESCO caminha na perspectiva de que:

A salvaguarda não deveria limitar-se às paisagens e aos sítios naturais, mas estender-se também às paisagens e sítios, cuja formação se deve, no todo ou em parte, à obra do homem. Assim, disposições especiais deveriam ser tomadas para assegurar a salvaguarda de algumas paisagens e de determinados sítios, tais como as paisagens e sítios urbanos, que são, geralmente, os mais ameaçados, especialmente pelas obras de construção e pela especulação imobiliária. Uma proteção especial deveria ser assegurada às proximidades dos monumentos (UNESCO, 1992).

As paisagens desenvolvidas funcionam como o reflexo da estrutura social que se ergueu, tornando possível a representação simbólica. As mesmas funcionam como uma espécie de documentação que agrupa as particularidades de quem influencia.

Por meio de seus estudos é viável localizar, preservar e propagar histórias e suas características culturais. Apesar dos direcionamentos políticos tenderem a preservar patrimônio que representem determinada condição social, as discussões, estudos, documentos e políticas se preocuparam em trabalhar com a essência do termo paisagem cultural enquanto patrimônio, em que suas potencialidades são enfatizadas na medida em que se conhece ou reconhece determinado espaço enquanto parte do sujeito ou grupo.

1.6 A conservação da paisagem

Dentro das perspectivas amplificadas do patrimônio, a de paisagem cultural e a de patrimônio industrial receberam novos contornos (que será exposto no próximo capítulo), bem como a possibilidade da interação das dimensões materiais e imateriais ou naturais e culturais relativas ao patrimônio. O século XX do contexto europeu apresentou uma intensificação dos discursos acerca da salvaguarda das paisagens culturais. Órgãos internacionais e nacionais, que são responsáveis por congregar patrimônios culturais, deram atenção, recentemente, as concepções do termo em questão. Assim, destaca Ribeiro:

Nos últimos anos, o interesse pela paisagem tem sido revigorado no âmbito mundial na área de preservação do patrimônio, com sua qualificação como paisagem cultural, em que são ressaltados aspectos da integração entre o homem e a natureza, entre o patrimônio material e o imaterial, na definição e escolha dos bens que pertenceriam à categoria de paisagem (2007, p.9-10).

É importante destacar que a temática já havia sido pauta nas discussões de âmbito mundial, como destaca Pereira (2018), ao expor que diversos documentos elaborados no século XX possuíam a categoria de forma estética, como a carta de Atenas, de Veneza, de Washington, além de outros encontros.

O debate em relação a esta nova concepção patrimonial foi se ampliando e é neste cenário que a UNESCO, em 1992, cunhou o conceito de paisagem cultural, cujo reconhecimento dos bens culturais foi incorporado numa nova tipologia. Durante a 16ª Sessão do Comitê do Patrimônio Mundial, que envolveu profissionais de diversas áreas, buscava-se superar as dicotomias atribuídas ao patrimônio, que se encontrava organizado pela Convenção do Patrimônio Mundial, de forma setORIZADA em natural e cultural.

Durante muito tempo, relacionava-se a paisagem aos aspectos naturais. Com a ampliação dos debates, tem-se voltado a atenção para a discussão das paisagens urbanas, as áreas verdes que integram os centros destas cidades, por exemplo. São paisagens que integram as dimensões naturais e culturais, constituindo-se enquanto patrimônio. Assim, a paisagem cultural ficou definida como:

[...] bens culturais que representam as «obras conjugadas do homem e da natureza» a que se refere o artigo 1º da Convenção. Ilustram a evolução da sociedade e dos povoados ao longo dos tempos, sob a influência de constrangimentos físicos e/ou das vantagens oferecidas pelo seu ambiente natural e das sucessivas forças sociais, económicas e culturais, internas e externas. [...] As paisagens culturais frequentemente refletem técnicas específicas de utilização sustentável das terras, tomando em consideração as características e os limites do

ambiente natural em que são estabelecidas, bem como uma relação espiritual específica com a natureza. A proteção das paisagens culturais pode contribuir para técnicas modernas de utilização sustentável das terras e para a manutenção dos valores naturais da paisagem. A existência continuada de formas tradicionais de utilização das terras mantém a diversidade biológica em muitas regiões do mundo. Daí que a proteção das paisagens culturais tradicionais seja útil para a manutenção da diversidade biológica (UNESCO, 2013, p. 70).

Os critérios da escolha de uma paisagem cultural enquanto patrimônio está sujeito a revisões periódicas e atualizações, cujo resultado é a seleção das que apresentam essencialmente as ações humanas que a deram forma, as de natureza menos tocada e as que contemplam valores e simbolismos (imaterialidades) (MESQUITA, 2012). Dessa forma, o termo paisagem cultural contemplaria três categorias, segundo a UNESCO, definidas no quadro abaixo:

<p>Paisagem claramente definida</p>	<p>Está é a mais fácil de identificar. Compreende os jardins e parques criados de forma proposital. Relacionam-se esta as construções religiosas e monumentais. Isto é, remontam aos engendramentos antrópicos. Um exemplo desse grupo é Sintra, em Portugal, Paisagem Cultural de Lednice-Valtice (República Tcheca).</p>
<p>Paisagem essencialmente evolutiva: subdivididas em: relíquia (ou fóssil) e viva</p>	<p>A partir de suas transformações, é possível visualizar o seu processo evolutivo em suas características e composições. Se trata de um resultado de uma exigência econômica, social ou religiosa. Em sua subdivisão:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Relíquia (ou fóssil): embora com suas características materiais visíveis, sua evolução foi interrompida em alguém momento pretérito. Um exemplo Paisagem Industrial de Blaenavon (Reuni Unido), Paisagem Arqueológica das Primeiras Plantações de Café no Sudeste de Cuba. -Viva: associada ao modo de vida tradicional, apresenta evolução. Logo, mesmo na contemporaneidade, exerce o papel social ativo na sociedade. Um exemplo é Arrozais em terraços das Cordilheiras das Filipinas, Região do Vinho do Alto Douro (Portugal).

Paisagem cultural associativa	Presença da associação dos fenômenos religiosos, culturais ou artísticos ao natural, cujos traços culturais emergem de forma secundarizada ou quase inexistentes. Um exemplo é Templo de Osun no Bosque Sagrado (Nigéria), Floresta Sagrada de Mijikenda Kaya (Quênia).
-------------------------------	---

Tabela 1 Definição e exemplos de paisagens culturais

fonte: UNESCO, 2013. Elaborado pela autora

Diferentemente da concepção considerada pela Convenção de Patrimônio Mundial organizada nos anos de 1972¹¹, que apresentava uma visão generalizada, que estabeleceu critérios universais na seleção do patrimônio e o que viria a compor a Lista de Patrimônio Mundial, os novos tempos trouxeram renovações no reconhecimento de culturas a exemplos “de povoamento humano tradicional, de utilização tradicional do território ou do mar, que seja representativo de uma cultura (ou culturas), ou da interação humana com o meio ambiente” (UNESCO, 2013, p. 17), o que viabiliza o reconhecimento de diferentes contextos, nas diferentes escalas de análise.

Alguns anos depois da reunião da Unesco, conforme Scifoni (2008), em 1995 “o Conselho da Europa também regulamentou a sua proteção, em território europeu, por meio da Recomendação R (95) e, posteriormente, pela Convenção Europeia da Paisagem, em 2000”. O objetivo desta Recomendação era o de desenhar caminhos teóricos e operacionais para o trato das paisagens culturais. Estabeleceram vocabulários como o conceito de paisagem, o que contemplaria as áreas de paisagens culturais, conservação, políticas paisagísticas e poluições visuais. Seu arcabouço teórico contemplava estes termos, de forma a esclarecer suas definições.

Sabendo que a concepção de patrimônio é subjetiva, variando conforme os valores definidos por cada sociedade, que pode alterar com o curso do seu tempo, Fonseca expõe:

Se os valores que se pretende preservar são apreendidos na coisa e somente nela, não se pode deixar de levar em consideração o fato obvio de que os significados nela não estão contidos, nem lhe são inerentes: são valores atribuídos em função de determinadas relações entre atores sociais, sendo, portanto, indispensável levar em consideração o processo de produção, de reprodução, de apropriação e de reelaboração desses valores enquanto processo de produção simbólica e enquanto prática social (2005, p.41).

¹¹Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. Convenção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural. Paris: Unesco, 1972.

Isto é, na amplificação do patrimônio cultural e paisagístico, e sua diversidade, Figueiredo coaduna ao destacar que:

[...] ampliação do conceito e tipologias de patrimônio, sobretudo por meio da atribuição de valor às paisagens rurais com técnicas de agricultura tradicional e aos valores imateriais associados. Inclusive, é relevante destacar que a referida categoria deu um passo significativo no reconhecimento dos valores imateriais, especialmente daqueles associados ao meio ou à paisagem, antecipando o reconhecimento formal da UNESCO quanto a esses valores (2014, p. 130).

Em âmbito nacional, a Lista do Patrimônio Mundial da Unesco comporta duas paisagens culturais brasileiras: o Rio de Janeiro: paisagens cariocas entre a montanha e o mar e o Conjunto Moderno da Pampulha, no estado de Minas Gerais.

É importante destacar que em termos de institucionalização, desde os anos de 1937, no mesmo momento das práticas de preservação do patrimônio no Brasil, o interesse pelas discussões sobre a categoria de paisagem se fazia presente, com o decreto de lei 25/1937. Como destaca Delphim (2009) as ações públicas da época tinham como objetivo a representação das memórias de um determinado grupo, salvaguardando os bens de interesse público, bem como monumentos naturais, sítios e paisagens naturais ou modificadas pelo homem.

Desta relação, surge outra característica fundamental envolvendo as paisagens culturais brasileiras: Em uma análise crítica, percebe-se pouca amplitude no que se refere a abrangência das ações envolvendo a salvaguarda de paisagens culturais brasileiras. Isto é, considerando toda a pluralidade de suas cidades e a questão centro e periferia, a diversidade de paisagens, costumes, lugares, o que se enxerga são chancelas¹² que priorizam paisagens centrais, como por exemplo, a que reconheceu, em 2012, a área urbana da cidade do Rio de Janeiro. A região central da mesma foi enfatizada, colocando de forma marginal a periferia ou espaços rurais, por exemplo, cujas paisagens delatam a diversidade existente nas relações sociais e dentro do próprio conceito, bem como uma fração do território, visto que havia uma clara separação entre as ações humanas e a natureza, promovendo uma visão desintegradora da paisagem.

Deste modo, perceber a realidade social por meio das paisagens (que deveriam ganhar mais espaço na preservação) permitiria ao indivíduo o conhecimento ou reconhecimento do desenho de como as relações são estabelecidas, libertando-se do aprisionamento, como exemplo, dos modelos

¹² Trata-se de um instrumento de proteção patrimonial recente, criado através da Portaria nº 127 de 30 de abril de 2009.

industriais usineiros. Tendo consciência de que por vezes os instrumentos de preservação privilegiam determinado seguimento social e as partes de uma cidade, faz com que o sujeito se questione, compreenda com maior profundidade que as disputas travadas por representações na paisagem são um passo para a mudança das ações vigentes. Assim, a busca dos diferentes grupos por representações-olhares mais irrestritos nos órgãos e representantes responsáveis, com a colaboração da sociedade e instrumentos alternativos, podem ser mais profícuos diante de um espaço dicotômico envolvendo centro versus periferia dentro do campo do patrimônio.

No entanto, as mudanças na concepção de patrimônio que se deram ao longo da trajetória brasileira, levaram a percepção de paisagem a se reformular, em que passou a vislumbrar um caráter integrador, narrando a complexidade atual da sociedade dado o contexto de globalização, expansão urbana e massificação dos espaços rurais e urbanos (RIBEIRO, 2007).

Encontros científicos ocorreram em 2007, buscando gradativamente estabelecer diretrizes, definições e normas sobre as discussões da paisagem cultural. A Carta de Bagé ou Carta da Paisagem Cultural, cujo nome faz alusão aos encontros pioneiros ocorridos na cidade gaúcha, constitui um documento que objetiva a defesa das paisagens culturais. A moção normatizadora destaca a seguinte definição,

A paisagem cultural é o meio natural ao qual o ser humano imprimiu as marcas de suas ações e formas de expressão, resultando em uma soma de todos os testemunhos resultantes da interação do homem com a natureza e, reciprocamente, da natureza com o homem, passíveis de leituras espaciais e temporais (IPHAN et.al., 2007, p. 02).

O Brasil estabeleceu a chancela da Paisagem Cultural Brasileira, que é um instrumento de reconhecimento de suas paisagens, regulado pela Portaria nº 127, de 30/04/2009. O instrumento foi instituído com a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 216, primeiro parágrafo, que objetiva assegurar que o poder público e a sociedade civil promoverão a vigília do patrimônio cultural do país, através de mecanismo como inventários, tombamento, desapropriação e proteção. Foi neste documento federal que se possibilita a experiência brasileira no trato das paisagens culturais, como destaca Scifoni:

Foi a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 216, que criou possibilidades para que a experiência da proteção das paisagens culturais brasileiras pudesse ser efetivada. Antes disso, a edição do Decreto-Lei 25, de 1937, em seu artigo 1º, parágrafo 2º, já indicava as “paisagens de feição notável dotadas pela natureza ou agenciadas pela

indústria humana” como, igualmente, passíveis de proteção pelo instrumento do tombamento (2008, p.3).

Seguindo as referências acerca das conceituações de paisagem cultural, o IPHAN define o termo como “uma porção peculiar do território, representativa do processo de interação do homem com o meio natural, à qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores” (IPHAN, 2009). A paisagem cultural, em termos oficiais, cujos selos de reconhecimento são conferidos, se institui como elemento de bem patrimonial, estabelecendo normas para gestão e usos da paisagem, visando a sua preservação e manutenção, de forma compartilhada (COSTA e GASTAL, 2010). Isso significa que a paisagem cultural se torna objeto da gestão pública, portanto, das políticas sociais.

Foram realizados inventários em alguns municípios de Santa Catarina, situada na região sul do país, cuja imigração italiana, alemã, polonesa, dentre outras, se desenvolveram. A ideia era a de envolver uma rede compartilhada acerca do patrimônio. Isto é, Scifoni apresenta que:

Trata-se do reconhecimento de que a preservação das paisagens culturais envolve não somente patrimônio edificado, mas também o ambiente onde vivem e trabalham cotidianamente diversos grupos sociais, assim como as suas tradições, costumes e manifestações típicas. Sendo assim, esta é uma tarefa que deve ser compartilhada entre diferentes sujeitos, desde as diversas instâncias do poder público (municipal, estadual e federal), em vários de seus segmentos de políticas públicas (cultura, educação, turismo, desenvolvimento agrário, pesca, entre outros), até a sociedade civil, constituída pelos moradores dos lugares onde se atua, ONGs, movimento social e setor privado. (2008, 5)

Posteriormente a estes projetos mencionados, muitos documentos foram elaborados neste período, com o poder de moções, o que serviu de base para a normatização legal da paisagem na Portaria 127, que viria a regulamentar os instrumentos no trato desta nova categoria de patrimônio, em consonância com o seu processo de alargamento, que seria a paisagem cultural.

Os espaços urbanos e rurais que, em todo o território nacional, podem ser chancelados como paisagem cultural, são aqueles em que a vivência ou a ciência humana imprimiu marcas ou reconheceu valores, tornando-as suporte dos cenários, conhecimentos e das realizações que exemplificam, singularizam ou excepcionalizam a interação do homem como o meio natural. (IPHAN/Depam/2007, p. 3)

Há um elemento semelhante nas experiências ao redor do globo face a paisagem cultural, semelhança essa que se encontra na sua definição, sempre aludindo ao recorte de

porções territoriais, se formatando a partir de elementos materiais engendrados pelo homem, juntamente as obras na natureza e sua morfologia. Neste sentido, destacam Nascimento e Scifoni (2010, p.32):

[...] paisagem cultural traz a marca das diferentes temporalidades da relação dos grupos sociais com a natureza, aparecendo, assim, como produto de uma construção que é social e histórica e que se dá a partir de um suporte material, a natureza. A natureza é matéria-prima a partir da qual as sociedades produzem a sua realidade imediata, através de acréscimos e transformações a essa base material (2010, p. 32).

As paisagens assumem um papel simbólico, acabam por contribuir para a transmissão de conhecimentos, contextos, valores e símbolos, através das configurações dos elementos que a compõem. Neste caminho, para o Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS) (2009) a seleção da paisagem cultural enquanto bem ocorre devido ao seu caráter histórico das interferências humanas e naturais, simultaneamente, cujos critérios perpassam a capacidade de sua representatividade universal e a ilustração de traços culturais de determinada área.

A paisagem está exposta aos instrumentos analíticos. Na tentativa de compreender as diferentes interlocuções entre atores sociais que o espaço que lhe serve de base, Berque (1998) estabelece uma definição dentro do conceito mais amplo de paisagem: paisagem-marca e paisagem-matriz, uma vez entendido a sua capacidade de expressar traços de uma civilização, bem como a canalização de sua relação com o espaço.

Como ponto de partida sendo a descrição, a paisagem-marca dispõe de instrumentos para a sua descrição, ou seja, dos objetos e formas presentes na mesma. Do seu ponto de vista, enquanto marca representa a impressão do homem na superfície terrestre, ao mesmo tempo em que estas marcas funcionam como matrizes, pois condicionam a existência e a ação antrópica, influenciando na percepção. Assim, “a paisagem é marca, pois expressa uma civilização, mas é também uma matriz porque participa dos esquemas de percepção, de concepção e de ação — ou seja, da cultura” (BERQUE, 1998, 84-85).

Sendo a paisagem o que se apreende, pressupõe que os objetos que a dão forma, em algum momento, apresentam-se em sua concretude, no real. A partir de uma base material, registra sons ou aromas, dando ao conceito um caráter dual no sentido de que é ao mesmo tempo real e uma representação (CASTRO, 2005).

Portanto, ao homem, com o olhar crítico, cabe o papel de apreciar uma paisagem, mesmo na posição de simples observador, a fim de refletir acerca das inúmeras questões postas diante

da mesma. Deve-se percorrê-la, percebê-la e vivenciá-la de modo a torna-se parte da mesma e de todos os seus valores contidos, iniciando um processo de investigação dos constructos humanos definidos em uma projeção paisagística. Entender a paisagem em sua concretude é compreender os processos históricos que nela se plasmaram. A mesma sintetiza traços culturais, viés econômico, interesses políticos. Permite que as características, disposições de recursos naturais e a interlocução que se dá com os mesmos sejam descritas na paisagem. Para tanto, afirma é viável que se entenda determinado local a partir de sua paisagem, que narra a história dos indivíduos que integram a mesma, além da forma com que os seus recursos naturais disponíveis são aproveitados. Esta (aparentemente) simples ação de observar determinada paisagem não se dá de forma passiva ao recolher os dados sensoriais, mas os agrupa, atribuindo sentidos e valores diversos.

Pensar nas projeções paisagísticas e seu contexto recai nas considerações acerca dos precedentes das transformações da lógica capitalista por sobre o espaço, como é o caso das atividades industriais que modelam as mesmas, deixando impressas características que viabilizam investigações acerca de determinada história e seus processos.

As paisagens culturais, configuradas a partir de um patrimônio industrial, apresentam um caráter documental, narrando determinado contexto e cultura dominante, visto que o conjunto materializado retém as singularidades de que a influenciou. Representam acúmulo de tempos, vestígios humanos, nos quais agregam ao meio natural marcas das suas interferências, neste caso, a partir da instalação industrial em uma paisagem. Viabilizam, assim, a compreensão das influências humanas individuais ou coletivas que lhe deram forma, características, expressando aspectos relevantes de resguarda de uma memória coletiva que a deu formatação.

A paisagem cultural e sua relação com questões patrimoniais, a qual busca construir uma análise sobre as transformações que ocorreram ao longo do tempo, interpela-se com as acepções industriais. Diversas indústrias, dos mais distintos ramos, se instalam nos locais, conformando paisagens em conformidade com a lógica instaurada naquele período.

Isso nos leva a pensar nas inúmeras possibilidades de investigações no que tange estas categorias patrimoniais, a qual busca construir uma análise sobre as acepções da conservação que se pretende nestes casos, envolve desde o edifício, o lote, a quadra, o bairro e a cidade.

Por essas motivações, o cenário de pesquisa abrange a localidade já mencionada anteriormente, viabilizando o entendimento prático de questões como a formação e transformação de sua paisagem, bem como o vício da centralidade das ações preservacionistas, definidas a partir de critérios excludentes.

Destacando o entendimento dos inúmeros conflitos existentes quando se trabalha com a questão da patrimonialização, como é o caso das paisagens e dos espaços industriais, a busca dos diferentes grupos por representações-olhares mais irrestritos dos órgãos e representantes responsáveis, colaboração da sociedade, instrumentos alternativos, podem ser mais profícuos diante de um espaço de confrontação diária.

Capítulo 2 - O Patrimônio industrial: delimitação de uma temática

2.1 O patrimônio industrial: posturas conceituais

As concepções e discussões acerca deste tipo de patrimônio foram se consolidando em momentos distintos, nas diversas partes do planeta. Entende-se que passou a interessar profissionais de áreas diversas devido as suas potencialidades de ditar determinados contextos históricos, modos de trabalho e a própria cultura, por assim dizer. Atualmente, trata-se um assunto bastante difundido entre jovens como tema de suas pesquisas, atrelados, em alguns casos, a suas vivências e experiências de vida.

É importante ressaltar que, embora houvesse na França estudos incipientes e bastante pontuais sobre os processos de industrialização e seus remanescentes datados do século XVIII, os estudiosos do campo consideram posterior a este período o debate sobre o interesse pela preservação do patrimônio industrial, de forma mais ampla e bem fundamentada, como abordam Rodrigues da Silva e Lopes Cordeiro:

As ideias relacionadas aos elementos industriais a partir da ótica patrimonial e como evidências de uma cultura não se apresentavam manifestadas até o final do século XVIII, seja para objetos mecânicos, planos industriais, documentos, etc. Como referência, pode-se tomar a criação, em 1794, do Conservatório de Arts et Métiers, como o primeiro museu técnico do mundo. Até então, os edifícios industriais (e seu entorno) não foram objeto de interesse patrimonial até meados do século XX. (2017, p.13)

O início dos estudos no tocante ao patrimônio industrial remonta metade do século XIX, quando se expandiu novos conhecimentos, o processo de revolução industrial, cujo desenvolvimento de equipamentos formou a mudança operacional de diversas áreas industriais, bem como os campos da metalúrgica, siderúrgica e têxtil. Neste momento, as construções, locais de produção e artefatos abarcavam o patrimônio industrial britânico, que referenciavam as atividades econômicas e sociais relacionadas (RODRIGUES DA SILVA, 2020, p.119).

A Revolução Industrial alterou significativamente os períodos da criação humana. Mendes (2006, p.3) destaca que o processo de industrialização possui um potencial de grande relevância para que se realize estudos acerca das organizações socioculturais e econômicas que se formaram ao longo do tempo. A partir de seus vestígios que funcionam como fontes históricas, viabiliza-se a compreensão sobre os trabalhos que incidem sobre o espaço em que se vive.

O conceito de Patrimônio Industrial se solidifica na medida em que foi reconhecido seu valor histórico como documento dos diferentes períodos, representando verdadeiros arquivos materiais e imateriais da evolução da técnica e da sociedade. As percepções versavam sobre o fato de que estavam presentes nos remanescentes industriais as mudanças socioeconômicas e culturais, direcionamentos políticos, interesses dos grupos que regem o espaço, bem como as regras capitalistas que impulsionavam as alterações.

Os rumos tomados pelas novas dinâmicas industriais a partir da segunda metade do século XX significaram alterações econômicas, implicando na perda de memórias culturais e sociais. O universo que pairou após a Segunda Guerra Mundial foi o de destruição em massa dos edifícios de muitos locais. Isso gerou o que se chama de embrião para que se desenvolvessem os estudos acerca do patrimônio industrial (KÜHL, 2008). O desenvolvimento do conceito se dá durante os processos de reapropriação dos espaços industriais e seus vestígios, como ressalta Rosa,

A mudança do olhar sobre os vestígios industriais emergiu a partir do confronto com o seu desaparecimento na Europa na segunda metade do século XX. A devastação da Segunda Guerra Mundial e o fenômeno da desindustrialização provocavam, por um lado, a obliteração e, por outro, a valorização das marcas da industrialização europeia (2011, p.1).

Com sua profusão inicial na Inglaterra, Lopes Cordeiro afirma que:

De fato, o interesse pelo estudo e salvaguarda do patrimônio industrial surgiu no Reino Unido durante a década de 50, coincidindo com aquilo que foi classificado como uma vaga de nostalgia pelas tradições industriais britânicas agravada pelas destruições massivas provocadas pelos bombardeamentos durante a II Guerra Mundial, cujos alvos estratégicos eram muitas vezes as unidades industriais. Às destruições resultantes dos bombardeamentos seguiram-se as demolições de instalações industriais obsoletas, resultantes da reconversão industrial e urbanística, num fenômeno que se prolongou até os primeiros anos da década de 60 (2011, p. 155).

Os critérios de intervenção dos monumentos danificados de alguma forma foram sendo iniciados em conformidade com as dificuldades acerca da modernização das áreas afetadas. Tudo isso gerou impulsos para que se desenvolvessem estratégias de recuperação e conservação dos espaços que apresentavam importância. Isto é, uma fábrica e o que derivava dela abriu caminhos para a própria refutação da abrangência do que compreendia de fato o patrimônio, gerando o que se chama de dilatação da categoria (RUFINONI, 2004).

Sob esta ótica, realizar estudos sobre patrimônio industrial é envolver-se no discurso de que se trata de vestígios de unidades fabris, de objeto de valor coletivo, independente do seu estado de conservação. O termo engloba as máquinas, residências, minas, tijolos, sons, a engenharia geradora de todo o funcionamento do que se deseja conhecer e reconhecer, transcendendo a dimensão física. É entender a sobreposição de ambas as dimensões, pois não existe saber técnico, memória ou identificação, sem que haja a unidade industrial. As abordagens sobre o patrimônio vêm a questionar os discursos de que a produção se atrela ao edifício, contendo máquinas e equipamentos, excluindo todo o caráter histórico que configurou o local de produção. Neste mesmo sentido, percebe-se dentro de uma mesma unidade produtiva os aspectos para além dela, ou seja, a dimensão social do trabalho, cujas relações e condições trabalhistas são envolvidas, atingindo a vida de pessoas que compartilham de uma mesma história, mas de ângulos distintos (VICHNEWSKI, 2004). A temática em questão não deve ser considerada enquanto algo estática, mas como uma categoria mutável, no qual apresenta vínculos com o indivíduo e com a comunidade. Logo, “se pensarmos em uma história da tecnologia que incorpore não apenas o equipamento em si, mas a sua distância ou proximidade diante do elemento humano da operação, o patrimônio industrial tem muito a contribuir”, como aborda Mello e Silva (2006, p.2). É tratar de um “campo vivo de investigação, e não passadista ou morto” (Idem, p.1).

A construção concreta se entrelaça com o tempo e espaço. Segundo Rosa:

A defesa do patrimônio industrial é guiada pelo reconhecimento que os testemunhos tangíveis e intangíveis da atividade industrial – fábricas, centrais elétricas, ferrovias, gestos e gestos técnicos, tradições e saberes populares, etc. – são lugares de memória e que eles carregam um valor identitário para diversas comunidades (2011, p.1).

É interessante pensar na indústria para além de sua construção de pedra e cal, o que proporciona a percepção de múltiplas leituras de seu entorno e das pessoas que tiveram em algum momento de sua vida ligações diretas ou não com determinada estrutura produtiva. O mesmo pode se apresentar, conforme uma série reflexões, sob muitos aspectos e linguagens, com cada escolha de análise estando em sintonia com o trabalho que se deseja realizar.

O quadro abaixo, construído a partir da definição de Mendes (1988) mostra uma proposta de classificação da categoria, entendendo de que se trata de um campo amplo, congregando diversas etapas de um processo industrial, estando distante de ser somente a dimensão da unidade material em si.

1º grupo	Engloba a estrutura em si, fazendo referência à indústria. Aqui constam os utensílios, ferramentas, bairros operários, produtos, maquinário, equipamentos para a produção;
2º grupo	Meios de transporte e comunicação;
3º grupo	Os equipamentos que promovem o abastecimento de energia, água ou bens produzidos, como o comércio;

Tabela 2 Classificação de Patrimônio Industrial

Tabela organizada a partir do trabalho de Mendes (1988)

O patrimônio industrial está envolto de muitas discussões, adquirindo novos desenhos para se compreender este seguimento como legado histórico, valendo mesmo pelo meio e que se insere, pela paisagem que configura, pelos modos de vida que são constituídos a partir dele. Torna-se elemento de representação do cotidiano (ALVES, 2004).

Embora existam diferentes abordagens relacionadas ao patrimônio industrial, de áreas diferentes, é necessário entender a produção dos discursos, a fim de que não haja uma massificação, desmantelando toda a diversidade cultural que rege a categoria. Deve ser enxergado dentro de uma mesma trama diversos atores, relações sociais e de poder, interesses, determinações e disputas, assim como os engendramentos do sistema capitalista face a produção, desencadeando uma série de características.

As investigações sugerem o aprofundamento dos diálogos que se estabelecem em torno da unidade fabril, envolvendo geógrafos, historiadores, engenheiros, arquitetos, antropólogos, arqueólogos, dentre outros, assim como agentes ligados as empresas, indústrias, tendo sempre a contribuir para as questões relativas ao patrimônio industrial, em um caráter interdisciplinar.

Vislumbra-se um aumento de estudos sobre o patrimônio industrial, bem como eventos científicos, grupos de discussões ou reuniões realizadas em diversos países, cujo objetivo era o de buscar regulamentações, normatizações ou induções sobre os estudos relacionados a temática em questão. A respeito da relevância das discussões feitas na academia, Kühl afirma que:

O número de reuniões científicas tem, pois, crescido, assim como as pesquisas feitas no âmbito de muitas faculdades que abrangem variados domínios vinculados ao tema. As investigações que são desenvolvidas na FAUUSP são voltadas, no geral, para a herança arquitetônica do processo de industrialização. Muitas monografias têm sido promovidas

em tempos recentes, na graduação e na pós-graduação. Esses trabalhos oferecem contribuições para o conhecimento aprofundado da arquitetura industrial e seria de especial interesse obter maior articulação entre as várias instituições que se têm dedicado ao estudo da herança da industrialização, realizando uma análise das consistentes pesquisas já realizadas no campo para lançar as bases de um trabalho que possa ser de facto multidisciplinar (2009, p.2).

É muito comum no decorrer dos estudos acerca do patrimônio da industrialização deparar-se com o termo arqueologia industrial, tratados como sinônimos muitas das vezes. Assim, é importante esclarecer o frequente emparelhamento dos termos.

Lopes Cordeiro (2004) realiza uma abordagem a respeito do princípio do termo arqueologia. Aponta que a mesma foi utilizada pela primeira vez no ano de 1896, pelo Francisco de Souza Viterbo. No entanto, a mesma só ganharia notoriedade no século XX. Nestes termos, destaca-se que esta afirmação é uma das possibilidades de surgimento da expressão, uma vez que já existem estudos que comprovam a existência anterior da expressão, inclusive no Brasil.

Na Europa, os estudos referentes as fábricas, máquinas, ferrovias ligam-se ao campo pertencente a arqueologia industrial. Muitas críticas foram feitas acerca dessa consideração devido a sua periodicidade temporal ser considerada relativamente nova, se comparado com os vestígios antigos que a área da Arqueologia se debruça, bem como sua metodologia de escavação (Thiesen, 2006).

A expressão surge em meados do século XIX, na Grã-Bretanha. Gómez e Badillo afirmam que:

La Arqueología Industrial nace en Inglaterra, como una necesidad histórica, más como movimiento que como disciplina, en respuesta a un acelerado cambio tecnológico, que contradictoriamente, destruye con gran velocidad los testimonios de su desarrollo (2004:1).

No contexto inglês, em 1950, o latinista Donald Dudley inicia visitas com seus estudantes nas unidades e instalações das indústrias, utilizando pela primeira vez a expressão arqueologia industrial. Michael Rix, em 1955, publica um artigo cujo título é Industrial Archaeology, em seu livro *The Amateur Historian* (o historiador amador), relacionando o termo enquanto campo de estudo (Thiesen, 2006).

De acordo com Campagnol (2008), os estudos sobre arqueologia da industrialização foram impulsionados a partir da necessidade de preservação dos resquícios dos espaços industriais. Se estabeleceu estudos, critérios e ferramentas para a análise dos mesmos, instituindo a proteção do patrimônio industrial.

Neste momento, a arqueologia industrial ganha o status de disciplina, passando a ser ministrada na Universidade de Birmingham¹³. Este fato provocou muitas posições contrárias por parte dos teóricos e demais interessados pelo campo no sentido de que apontavam haver inconsistência acerca de sua principal característica: a multidisciplinariedade. Enquanto disciplina, o tema passou a apresentar determinadas limitações, o que interferia em sua relevante capacidade de dialogar com diversas áreas como arquitetura, arqueologia, história, sociologia, os campos da restauração, dentre outros. Para Kuhl:

A arqueologia industrial, assim, não se caracteriza como disciplina autônoma; é um vasto tema de estudo que exige a multidisciplinaridade e a articulação de variados campos do saber. O interesse da arqueologia industrial é de fato tratar esse tema – o legado da industrialização em suas numerosas facetas – de maneira abrangente com a colaboração das diversas disciplinas envolvidas, evitando uma pulverização de competências que pode, inclusive, levar a uma crescente opacidade de linguagem e uma esterilidade da produção científica (2009, p. 44).

Apesar das intensas discussões nos anos de 1950 e 1960, atualmente o campo da arqueologia industrial permanece sem uma definição exata. Existe, portanto, uma tendência a prática quando se pensa em termos de sua metodologia. Isto é, atrelada ao Patrimônio Industrial, pela comunidade acadêmica, a mesma exige visitas a campo (MESQUITA, 2012).

Campagnol (2008) evidencia que seu estabelecimento está atrelado ao poder de narrar determinado período de uma sociedade. Liga-se ao processo de valorização, preservação e promoção do patrimônio industrial, alcançando os distintos grupos de proteção.

Para Kuhl (2009), a diferença entre termos, arqueologia e patrimônio, é ressaltada, visto que a autora apresenta o primeiro enquanto o método de estudo, tendendo a seleção de um bem cultural industrial. O trabalho de campo realiza a análise e cataloga os registros da industrialização. Já o segundo torna-se o objeto de estudo da arqueologia. É o resultado das pesquisas feitas pela arqueologia industrial.

Conforme Kuhl (2010, p.26): “a expressão tornou-se de uso consolidado e recebeu definição mais atualizada e precisa na Carta de Nizhny Tagil¹⁴, que caracteriza a arqueologia industrial como método interdisciplinar, e não mais como disciplina autônoma. Neste espectro,

¹³ A Universidade é uma instituição britânica de relevância, localizada na cidade de Birmingham, com sede Edgbaston, onde fica o maior campus, nomeado em homenagem ao primeiro chanceler da instituição, Joseph Chamberlain. É importante ressaltar que a cidade de Birmingham possui vários pontos de referência da era da Revolução Industrial, que contam a sua história enquanto superpotência de produção no século XVIII.

¹⁴ “O texto desta Carta sobre o Patrimônio Industrial foi aprovado pelos delegados reunidos na Assembleia Geral do Comitê Internacional para a Conservação do Patrimônio Industrial (traduzido do inglês)-TICCIH, de caráter trienal, que se realizou em Nizhny Tagil em 17 de julho de 2003, o qual foi posteriormente apresentado ao ICOMOS para ratificação e eventual aprovação definitiva pela UNESCO” (TICCIH). Disponível em: <https://ticcih.org/>

muitas áreas convergem para os seus estudos, não se pautando em uma indústria específica, mas se ampliando para os tipos carboníferos, de ferro, açucareiros (como analisará o presente trabalho), dentre outras variações industriais.

Conforme Buchanan apud Kühl:

[...] arqueologia industrial é um campo de estudo relacionado com a pesquisa, levantamento, registro e, em alguns casos, com a preservação de monumentos industriais. Almeja, além do mais, alcançar a significância desses monumentos no contexto da história social e da técnica. Para os fins dessa definição, um ‘monumento industrial’ é qualquer relíquia de uma fase obsoleta de uma indústria ou sistema de transporte, abarcando desde uma pedreira de sílex neolítica até uma aeronave ou computador que se tornaram obsoletos há pouco. Na prática, porém, é útil restringir a atenção a monumentos dos últimos duzentos anos, aproximadamente [...] (2009, p.39).

2.2 O patrimônio industrial e sua defesa: moções normatizadoras

No século XX vislumbrou-se um processo de alargamento nos conceitos de patrimônio, cujo reconhecimento do que se considera ou não enquanto essa categoria encontrou uma aceleração em sua expansão, com resguarda de cidades históricas, jardins, patrimônio subaquático ou estruturas em madeira e o próprio patrimônio industrial e seus remanescentes.

Afirma-se que a temática apresenta características com certo grau de especificidade e, conforme Rodrigues da Silva (2020, p.121), “a natureza e a escala diferenciadas determinam uma maneira única ao se tratar sua definição e sua identificação e identidade”. No entanto, a classificação dos edifícios industriais não abrange todas estas possibilidades, pois as influências dos bens que compõem uma área industrial – urbanas ou rurais – possuem expressões tangíveis, intangíveis e singulares.

Este conceito encontra-se aplicado em diversas interpretações e formas de representação. Desde o reconhecimento local e nacional, aos organismos e/ou às instituições internacionais. Tanto em escala nacional quanto mundial destacam-se as diretrizes cujo papel é o de estabelecer normativas, contribuir nas discussões e os rumos acerca dos agrupamentos do que se enquadra ou não enquanto patrimônio a ser preservado.

As Cartas Patrimoniais foram sendo elaboradas por especialistas e organismos que trabalham com patrimônio cultural, de diversas partes do mundo, no século XX. São muitos os documentos, contendo conceituações, ações administrativas, planejamentos. A tentativa era a de melhor direcionar as ações oficiais, uma vez entendido que as mesmas são documento com

poder de moção. Não possuem caráter legal, mas atuam de forma a fundamentar critérios para a salvaguarda - em suas diversas formas - dos patrimônios.

A Carta de Atenas, segunda publicação, foi elaborada no ano de 1933, em razão do Congresso Internacional de Arquitetura Moderna, em sua 4ª edição. As atenções estavam voltadas para a noção estética dos lugares, assegurando a salvaguarda do patrimônio desde que obedecesse aos padrões urbanos no qual estivessem inseridos. Esta mesma concepção relativa à beleza física no trato do patrimônio, de preservar o elegante, foi percebida com a Recomendação Relativa à Salvaguarda da Beleza e do Caráter das Paisagens e Sítios, produzida pela Unesco, em 1962, em Paris. A noção de que os resquícios da indústria deveriam ser controlados, pois ameaçariam a harmonia das paisagens se fez presente neste momento.

Configuram-se novos desenhos para o campo do patrimônio, vislumbrando um processo de expansão das diretrizes propostas na segunda Carta de Atenas. No período dos anos de 1960 a Carta de Veneza foi formulada pelo 2º Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos de Monumentos Históricos e publicada pelo ICOMOS. Previa-se que, além de construções suntuosas, pequenas unidades que integrassem áreas das cidades ou com algum valor cultural que lhe foi atribuído, se enquadrassem na categoria de patrimônio (Stuermer, 2010). A esta nova dimensão patrimonial Choay (2006) denomina de “culto ao patrimônio”, que traz à tona as representações que envolvem situações do cotidiano, de grupos menores e marginalizados até então do processo.

As fronteiras de seu domínio ultrapassaram, especialmente a jusante, os limites considerados intransponíveis da era industrial, e se deslocaram para um passado cada vez mais próximo do presente. Assim, os produtos técnicos da indústria adquiriram os mesmos privilégios e direitos à conservação que as obras de artes arquitetônicas e as laboriosas realizações de produção artesanal (2006, p. 209).

É neste processo de conscientização acerca dos problemas de conservação, preservação e manutenção dos remanescentes de uma indústria que deram forma as dificuldades neste âmbito, tendo em vista os projetos privados e públicos urbanísticos que atribuem novos usos ao patrimônio desativado, buscando sempre dar uma utilidade ao mesmo. Diante disso, embora seja importante ressaltar a existência de visões problemáticas acerca do documento da Carta de Veneza¹⁵, o mesmo apresenta que:

Artigo 5º - A conservação dos monumentos é sempre favorecida por sua destinação a uma função útil à sociedade; tal destinação é, portanto, desejável, mas não pode nem deve alterar a disposição ou a decoração

¹⁵Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Veneza%201964.pdf>

dos edifícios. É somente dentro destes limites que se devem conceber e se podem autorizar as modificações exigidas pela evolução dos usos e costumes.

Reconhecendo a pertinências dos trabalhos elaborados acerca do patrimônio, as discussões e efetivações sobre intervenções e contornos de critérios para as práticas ainda vislumbram caminhos para avançar gradualmente em termos do trato dos complexos industriais e seus usos, tendo em vista os diversos conflitos presentes no espaço no que se refere a luta por representações identitárias e os agentes formadores do espaço (RUFINONI, 2004).

Concomitantemente, os debates sobre a definição do objeto foi se ampliando e consolidando.

No final da década de 1970 e início dos anos de 1980, se institui, em nível mundial, a Comissão Internacional para a Conservação do Patrimônio Industrial (TICCIH)¹⁶. A conferência ocorreu em Estocolmo, na Suécia mais especificamente. O órgão objetivava estabelecer a cooperação internacional no que se referia a preservação, conservação e pesquisas relativas ao patrimônio industrial, bem como sobre a arqueologia industrial, compilando em seu documento o seguinte exposto:

O patrimônio industrial compreende os vestígios da cultura industrial que possuem valor histórico, tecnológico, social, arquitetônico ou científico. Estes vestígios englobam edifícios e maquinaria, oficinas, fábricas, minas e locais de tratamento e de refino, entrepostos e armazéns, centros de produção, transmissão e utilização de energia, meios de transporte e todas as suas estruturas e infraestruturas, assim como os locais onde se desenvolveram atividades sociais relacionadas com a indústria, tais como habitações, locais de culto ou de educação.

A arqueologia industrial é um método interdisciplinar que estuda todos os vestígios, materiais e imateriais, os documentos, os artefatos, a estratigrafia e as estruturas, os assentamentos humanos e as paisagens naturais e urbanas, criadas para ou pelos processos industriais. A arqueologia industrial utiliza os métodos de investigação e pesquisa mais adequados para aumentar a compreensão do passado e do presente industrial (TICCIH, p. 1, 2003).

Observa-se que os termos de arqueologia industrial e patrimônio industrial, com propostas diferentes, compreendem a dimensão do material e imaterial, móveis e imóveis. Neste sentido, Oliveira destaca que:

Os vestígios dos processos industriais de produção, extração, transformação e infraestruturas envolvem também considerar o

¹⁶ “O TICCIH é a organização mundial consagrada ao patrimônio industrial, sendo também o consultor especial do ICOMOS para esta categoria de patrimônio.” (TICCIH Brasil). Disponível em: <https://ticcihbrasil.com.br/>

ambiente cultural e natural, as dimensões materiais (edifícios, objetos, lugares) e imateriais (como o saber relacionado, a memória), organização de trabalho e trabalhadores, além do modo de vida das comunidades operárias (2017, p.314).

Os anos de 1990 apontavam o patrimônio industrial como uma categoria passível de valorização, cujas instituições como a UNESCO, ICOMOS, dentre outras, de diversas partes do mundo, contribuíram, juntamente com seus profissionais, na medida que proferiam induções (STUERMER, 2010). Ambos apontam para o desenvolvimento de práticas universais de salvaguarda, sem nenhum poder de execução, somente de indução. Isto é, por todos esses ângulos que o patrimônio é trabalhado, evidentemente que de formas distintas, contribuem para a reflexão do termo.

No século XXI, cita-se neste escopo o TICCIH, que através da Carta de Nizhny Tagil, definiu os conceitos de patrimônio industrial e da arqueologia industrial; o ICOMOS, que em sua 17ª Assembleia geral reafirmou tais conceitos; em âmbito nacional, atuam o IPHAN e o Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), entre outros (RODRIGUES, 2020, p.126).

A discussão sobre os patrimônios industriais não se resume apenas aos grandes monumentos, estruturas ociosas, antigas ou em ruínas, mas também perpassa, como já dissemos, o caráter imaterial, sendo possível a compreensão de toda uma narrativa arraigada de memória, de um modo de vida ou do tipo de industrialização de uma determinada época, como observa Mello e Silva (2006, p.1). Deve haver uma preocupação voltada para a capacidade de análise desta categoria, não se limitando a definições ou sucessos nas intervenções de proteção institucional, mas seus estudos que possibilitam preservações de âmbitos diferentes, além do aparelho estatal.

2.3 Singularidades do patrimônio industrial brasileiro

Os lugares sofrem constantes ações humanas, sendo conformados e modificados, cujas interferências podem ocorrer em graus diversos, conforme as concepções de desenvolvimento que se estabelecem. Tanto o processo de industrialização como os estudos acerca da preservação patrimonial no caso brasileiro apresentam particularidades.

A evolução da história industrial no Brasil, que não será abordada de forma aprofundada nesse capítulo, enquanto instrumento de desenvolvimento econômico se iniciou tardiamente, juntamente com agravantes que envolvem a sua própria condição de colônia, culminando na sua estrutura social e econômica, levando a um intelecto contrário ao próprio desenvolvimento industrial da época.

As indústrias como elementos de ordenamentos dos territórios engendram um sistema complexo de colaborações entre diferentes atores e atividades que imprimem a imagem (nem tão) única assim no Brasil - se considerarmos a semelhança de todo o contexto industrial da América latina. As instalações industriais transformam espaços devido a uma nova concepção socioeconômica e também simbólica presentes. Novas lógicas, papéis desempenhados pelos atores e suas interações formalizam a possibilidade de se interpretar os locais.

Do que se pode pensar no Brasil sobre a identificação de seu conjunto industrial, inicialmente, destacam-se os engenhos e moinhos considerados de suma relevância do ponto de vista documental, compondo o escopo histórico deste trabalho. Enquanto representação da história da técnica do país, com início no século XVI; (GAMA, 1983; OLIVEIRA, 2017). Considera-se este momento como protoindustrialização. Seus mercados eram externos e ou internos. Os engenhos possuíam um funcionamento próximo as áreas rurais. Após a colheita, a cana era levada à moenda para que fosse esmagado o seu caule e extraísse o caldo. Na maioria das vezes, estas protoindústrias eram movidas a tração animal e roda d'água. Por isso, sua localização era relevante visto que necessitavam das matas para utilizarem suas lenhas, que abasteceriam as fornalhas (GAMA, 1983, p.72-81).

A cultura industrial mencionada possui traços das relações estabelecidas, apontando que com o decorrer do tempo as mesmas alteraram suas bases, apresentando formas diferentes de relação com o espaço e, por assim dizer, incutindo novos traços culturais.

Os vestígios industriais brasileiros estão imbuídos de processos culturais, possuindo significados e simbolismos, representando um patrimônio cultural, na medida que são reconhecidos pela coletividade que o construiu.

Segundo Mesquita (2012, p.):

Devido às transformações geradas pelas constantes inovações, resquícios são gerados e, quando não destruídos, são, gradativamente, incorporados a sociedade, de duas maneiras distintas. Na primeira, edifícios antigos, construções sólidas adaptáveis a uma nova utilização são readaptadas a dinâmica vigente, recebendo novos usos e valores; na segunda situação, os restos são tratados como marcas anacrônicas, sem valor de uso, entretanto, com considerável valor afetivo, pois ressalta a memória daqueles que tinham neles seu território e local de sustento.

Dentro das categorias de representação do patrimônio cultural, estão os da industrialização. Este suscita reflexões para além dos campos da economia, construindo identidades entre sujeitos, a própria unidade industrial e os espaços que dela derivam, além das referências a elementos de ordem individual e familiar (RODRIGUES DA SILVA, 2018).

Pensar na salvaguarda de um patrimônio, como aponta Lopes Cordeiro (2011), é compreender todos os fatores que envolvem a sua construção, incluindo imaterial e material, proporcionando as gerações futuras o reconhecimento do todo o universo que se fez presente. Deste modo, o TICCIH sugere que:

A continuidade que esta reutilização implica pode proporcionar um equilíbrio psicológico às comunidades que se viram confrontadas com a perda súbita de uma fonte de trabalho de muitos anos (TICCIH, 2003).

Os caminhos para a valorização do patrimônio industrial do Brasil não se limitam a atuação dos órgãos de preservação que possuem o poder legal sobre o mesmo. Existem as Cartas Patrimoniais, entidades e discussões acadêmicas que se dedicam a trabalhar com a temática, o que garante que determinado seja conhecido. Em 2003, na cidade de São Paulo, foi realizado por grupo composto de acadêmicos e não acadêmicos (interessados) um manifesto (carta) que impulsionava a criação de uma entidade para a preservação do patrimônio industrial brasileiro. A iniciativa se desdobrou na criação, no ano de 2004, do Comitê Brasileiro para a Conservação do Patrimônio Industrial (TICCIH-Brasil), fundado na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) além dos atuais encontros que abrem espaços para as discussões da situação do patrimônio brasileiro. Um dos primeiros estudos que dissertaram sobre esse tema foi realizado pelo Warren Kempton Dean. O autor é um brasileiro estadunidense.

A preservação de espaços industriais de forma institucional é também uma realidade no país (FONTES, 2004) a partir da atuação de órgãos responsáveis pelas práticas de preservação. As representações do patrimônio industrial em âmbito federal caminham de forma lenta, juntamente as escalas estaduais e municipais, considerando os trabalhos das entidades legais.

As seleções do que se enquadrava enquanto representação nacional, segundo o IPHAN, concentravam-se em cidades como o Rio de Janeiro, Minas Gerais, Pernambuco e Bahia, cujos bens históricos referenciavam o religioso, barroco, colonial e urbano. Os bens tombados somavam as perspectivas dos idealizadores da época: Real Fábrica de Ferro São João de Ipanema, na cidade de São Paulo; A fábrica de Ferro Patriótica de São Julião, em Minas Gerais; os engenhos nordestinos (MENEGUELLO, 2011).

As práticas de tombamentos do patrimônio industrial brasileiro podem ser consideradas em proporções menores, quando comparada com os bens de outros valores (estéticos, arqueológicos, históricos, naturais).

Em 1964 o IPHAN realiza a prática de tombamento em São Paulo, da Real Fábrica de São João do Ipanema, que foi a criação da primeira forja (altos fornos) de ferro do país. As ações do órgão se deram sem o processo de sistematização e pesquisa, o que tornara pouco eficaz a tutela do bem preservado. (KUHL, 2009). A Fábrica fica na região de Sorocaba, no atual município de Iperó, interior do estado de São Paulo.

Os exemplares industriais de âmbito federal inscritos no livro de tomo (IPHAN), conforme os levantamentos já realizados por Dezen-Kempton (2011), Meneguello (2011) agrupam-se conforme as unidades da federação e a data do tombamento, mostrados na tabela a seguir.

Unidade da federação	Bens industriais
Amazonas	Reservatório de Mocó (1985); o Mercado Municipal (1987); o conjunto arquitetônico do Porto de Manaus;
Pará	Conjunto arquitetônico do mercado Ver-o-Peso (1977);
Rondônia	Pátio ferroviário da Estrada de Ferro Madeira Mamoré (2008);
Bahia	Sobrado e a capela do Engenho Lagoa (1942); o sobrado e fábrica de açúcar do Engenho Matoim (1943); o sobrado do Engenho Embiara (1943); sobrado, capela e senzala do Engenho Vitória (1943); o sobrado, fábrica de açúcar e Capela de N.S. da Piedade do Engenho Freguesia (1944); Casa e capela do Engenho São Miguel e Almas (também 1944);
Maranhão	Ruínas do Sítio do Físico (1981); o prédio da Fábrica Santa Amélia (1987); Casa do Engenho Central São Pedro (1998);
Paraíba	Fábrica de Vinho Tito Silva (1984)
Pernambuco	Casa grande e capela do Engenho Poço Comprido (1962);
Rio Grande do Norte	Ruínas da capela do Engenho do Cunhau (1964);
Minas Gerais	Fábrica de Ferro Patriótica (1938); complexo ferroviário de São João del Rei (1989); conjunto histórico, arquitetônico e paisagístico de Cataguases (2003)
Rio de Janeiro	Jardim Botânico (1938); o trecho ferroviário Mauá-Fragoso (1954); Palácio de Cristal (1967); o conjunto de habitação coletiva da avenida Modelo (1985); o hangar de zepelins da Base Aérea de Santa Cruz (1998); Estação Dom Pedro II (Central do Brasil, 2008);
São Paulo	Real Fábrica de Ferro São João do Ipanema em Iperó (1964); ruínas do Engenho dos Erasmos em Santos (1963); o Casarão do Chá em Mogi das Cruzes (1985); Estação da Luz (1996), a Estação Ferroviária de Mayrink, projeto de Victor Dubugras (2004); Conjunto de edificações da Companhia Paulista de Estrada de Ferro (também 2004) e a Vila

	Ferrovária de Paranapiacaba, que recentemente concorreu à inscrição como patrimônio mundial (2008)
Paraná	Engenho do Mate (1985)
Santa Catarina	Hercílio Luz em Florianópolis (1998);
Rio Grande do Sul	Cais do Porto em Porto Alegre (1983);

Tabela 3 Alguns exemplares industriais brasileiros, tombados pelo Iphan(federal)
Elaborada pela autora, com base nos trabalhos de Dezen-Kempter (2011) e Meneguello (2012)

Segundos os estudiosos, atualmente o contexto brasileiro apresenta um certo grau de intrincamento. Primeiro, no que tange a identificação de um período industrial do país e a caracterização dos modelos industriais devido suas interfaces de ocupação. Soma-se a isso elementos como industrialização tardia, apontado por alguns teóricos, desindustrialização, os latifúndios, especulações imobiliárias, desvalorização do que é rural e periférico. Todos esses fatores culminam em lacunas dentro das ações de preservação do patrimônio industrial. Percebe-se que as políticas de preservação se encontram em situação de intensos embates. Os motivos para tal afirmação são diversos, leia-se problemas normativos, vigilâncias, fontes documentais, integração da temática nas discussões das políticas públicas de desenvolvimento cultural, a falta de esclarecimento dos próprios donos de edifícios. O resultado desta inexatidão é o de um patrimônio da industrialização marginal, desprovido de proteção e, portanto, passível de abandono.

Apesar desta complexidade e da pequena representatividade desta tipologia na listagem de bens tombados pelo IPHAN, estas edificações estão mudando as percepções públicas a respeito dos aspectos importantes de sua história, conseguindo conquistar sua devida valoração enquanto representantes da expressão cultural e social brasileira. (DEZEN-KEMPTER, 2011).

Deste modo, ainda que haja um considerável avanço no sentido da preservação, muito se tem discutido nos últimos, nas diversas escalas, o papel do governo brasileiro na gestão do patrimônio nacional industrial diante de tamanha perplexidade. É inegável que os órgãos possuem destaque nas ações preservacionistas, que caminham paulatinamente.

O patrimônio industrial sucroalcooleiro, por exemplo, levando em conta a sua importância na estruturação de todo o contexto do país, ainda se encontra marginal diante das práticas efetuadas.

2.4 As usinas de cana-de-açúcar dentro do campo do patrimônio industrial

O patrimônio industrial, que neste trabalho compreenderá a forma de produção representada pela usina de cana-de-açúcar, está atrelado ao registro de atividades que possuíram relevância histórica, com importantes consequências para o território.

Sabe-se que a produção açucareira¹⁷ do país constitui-se como a primeira atividade econômica. E, com isso, é possível compreender no Brasil um passado ligado aos privilégios do latifúndio¹⁸ desde a ocupação colonial, alcançando o século XX, quando a produção toma proporções industriais, com as agroindústrias, que tinham a cana-de-açúcar como matéria-prima.

Neste sentido, conforme Lima (1976, p.25), a produção açucareira nacional deve ser entendida como atividade industrial, visto a sua expansão e relevância, ocorrendo a “elaboração da matéria-prima e apresentação no mercado de um produto já acabado, pronto para o consumo imediato”. Meneguello caminha na mesma direção quando aponta que,

Os engenhos podem ser considerados patrimônio industrial (...) porque, são registros do trabalho humano, do maquinário, das ferramentas e processos de produção que consideramos patrimônio industrial. Aliás, os primeiros trabalhos acadêmicos realizados no Brasil, nas décadas passadas, em termos de patrimônio industrial, foram exatamente sobre engenhos do Nordeste (2004, p.4).

O debate holístico viabiliza o entendimento de questões como a preservação de espaços industriais das usinas de açúcar. As discussões assumem novos desenhos no tocante as atribuições de novos valores a este seguimento industrial, não a um monumento isolado. Inclui nas análises as condições ambientais que favoreceram a atração de uma instalação industrial; questões físicas como rios, solos, infraestruturas, linhas férreas, que davam as repartições das usinas a articulação (destilarias, plantações, moagem, etc). Se faz necessário estudos em diferentes escalas, visto que tais esforços possibilitam o entendimento da importância de bens desta natureza que integram o patrimônio industrial brasileiro (PEREIRA, 2012). Tudo isso

¹⁷ Dentro dos ciclos econômicos visualizados durante a formação econômica brasileira, a cana-de-açúcar foi um produto que se fez presente na mesma, possuindo uma importância para a sua economia, principalmente nos primórdios do século XV, com a colonização portuguesa. O período brasileiro chamado colonial, o produto viabilizou a defesa e ocupação do território de suas terras (FURTADO, 1963).

¹⁸ “O conceito está associado a grande área de propriedade privada, portanto ele não existe sem o instituto legal da propriedade, por isso nosso recorte temporal é a partir da Constituição Imperial de 1824, quando é instituída legalmente a propriedade privada no Brasil. Entretanto, antes disso, ainda durante o período de vigência da lei de Sesmarias, que somente foi extinta em 1822, o latifúndio começava a ser gestado, afinal o modelo de agricultura desenvolvido sustentava-se em grandes áreas monocultoras, que na essência eram subaproveitadas, destinadas ao mercado internacional” (Zeneratti, 2017, p.443-44).

contribui para a elaboração de novas estratégias, metodologias e na gestão deste tipo de patrimônio, independentemente de seu estado, que se encontra marginal face as ações públicas.

Estes exemplares vêm conquistando – gradativamente - espaços nas discussões acadêmicas, sem muitos esforços das ações públicas, mas que nos leva a entender os usos, incentivos e dificuldades de intervenções nestas áreas (PEREIRA, 2012).

Apesar dos inúmeros entraves das ações preservacionistas dos órgãos públicos acerca das unidades industriais, para além dos casarões, igrejas e adjacências, fica evidente a abordagem sistêmica que esse documento estabelece a partir de uma abrangência no que tange a leitura que favorece a identificação e valorização das partes que compõe um determinado bem industrial, envolvendo diversos elementos de um mesmo sistema.

Entende-se a necessidade de maior abrangência das ações de preservação, que encontram dificuldades no que se refere à implantação de meios que deem conta da complexidade do território brasileiro, cuja representação das usinas de cana-de-açúcar revestem-se de significados, emoções positivas e negativas, que no caso brasileiro representam significativamente parte de sua gênese.

Apesar da importância da cana-de-açúcar na formação socioeconômica do Brasil, as agroindústrias açucareiras não estão listadas pelos órgãos competentes na classificação de patrimônio industrial.

No entanto, as unidades industriais açucareiras, pouco preservadas no país, possuem valor social, como parte integrante da vida de pessoas que lhes atribuem valor identitário. Composto o que se entende como um bem cultural, as mesmas resguardam características singulares.

Um centro descritivo do que somos e fomos merecem investigações mais apuradas. Digo isso porque considero necessário o reconhecimento das diversas formas de tecnologias que conduziram a um mundo industrial cujas marcas foram deixadas nas diferentes formatações de paisagens. Diversos são os produtos que foram e continuam sendo fruto da exploração da natureza, que em contexto capitalista passa a servir de recursos para o homem, cujas modificações feitas na mesma estão em consonância com as necessidades do capital.

Inicialmente, a produção assume forma monocultora (o que perdurou) extensiva, com autossuficiência, demandando escravos para mão-de-obra. Conforme aborda Albuquerque e Nicol (1987), o produto possuía pouco efeito-difusão, tendo em vista que demandava pouco encadeamento para trás, para frente e de renda devido ao seu caráter concentrador da produção,

em que a maior parte estava nas mãos de poucos, com a maioria sem poder aquisitivo para produzir.

Levando em consideração a modernização produtiva pela qual passaram os engenhos, as construções das usinas que ainda estão presentes independente do seu estado de conservação, ditam um determinado período da história, período esse de um trabalho explorado e alienado. E, com isso, as unidades produtivas açucareiras exerceram uma importante função durante o período do ciclo do açúcar.

A partir dos anos de 1960, compreendendo a segunda fase da agricultura brasileira, se consolida o processo de modernização agrícola, via pacote de modernização e políticas enviesadas e excludentes, com a chamada Revolução Verde. O contexto era de ditadura militar, como ressalta Hentz et al.:

Esse processo se consolidou quase um século depois do que havia ocorrido na Europa, a partir de meados dos anos 1960, com ascensão da ditadura militar, que pautada no paradigma da Revolução Verde, gestado nos Estados Unidos, fomentou a alteração do padrão produtivo da agricultura brasileira sem modificar a estrutura da propriedade da terra, historicamente concentrada nas mãos de uma oligarquia agrária conservadora. (2013, p.42)

Este processo não se deu de forma homogênea sobre o espaço, promovendo uma paisagem em consonância a essa relação desigual. A partir da modernização agrícola e todo seu aparato tecnológico, ocorreram relevantes transformações no que tange a produção, sem que se alterasse as bases agrárias brasileira, que se manteve conservadora, baseada na monocultura extensiva e no latifúndio. Deste modo, Para Graziano Neto:

[...] a chamada modernização da agricultura não é outra coisa, para ser mais correto, que o processo de transformação capitalista da agricultura, que ocorre vinculado às transformações gerais da economia brasileira recente. (1985, p. 27)

Balsan (2006, p.125) aborda que a expansão dessa nova racionalidade ocorre juntamente com a estruturação dos complexos agroindustriais, gerando uma transformação das formas tradicionais de produzir no espaço na qual se insere. Para Santos (2000, p. 88) “[...] se instala uma agricultura propriamente científica, responsável por mudanças profundas quanto à produção agrícola e quanto à vida de relações”.

A difusão dessa nova lógica apresenta o que se chama de agroindústria, que buscando uma definição do que se trata o conceito, segundo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE):

Se refere às atividades de transformação e beneficiamento de produtos agropecuários de origem animal ou vegetal, que foram realizadas em instalações próprias, comunitárias ou de terceiros, a partir de matéria-prima produzida no próprio estabelecimento agropecuário ou adquirida de outros produtores, desde que a destinação final do produto tivesse sido dada pelo produtor (IBGE, 2006, p. 31).

Apresentam transformação da matéria-prima (cana-de-açúcar), escoamento, articulação dos edifícios, tudo materializado em um espaço que apresenta particularidade dentro dos processos industriais. O conceito de agroindústria tem buscado se definir como um campo de destacada importância para a área de preservação e conservação da história do país.

Aplicado a diversas representatividades e interpretações, suscita reflexões sobre a categoria enquanto um conjunto formado por diferentes grupos e atores sociais que compartilham o mesmo espaço, a fim de dinamizá-lo. Além de toda a narrativa, leva a discussão sobre as transformações espaciais, como é o caso das atividades industriais sucroalcooleiras no contexto brasileiro. A cultura industrial mencionada possui traços das relações estabelecidas, apontando que com o decorrer do tempo as mesmas alteraram suas bases, apresentando formas diferentes de relação com o espaço e, por assim dizer, com os aspectos culturais.

Os simbolismos que se fazem presentes nas paisagens, de acordo com todo esse contexto brasileiro, expressam as normas culturais a partir dos valores dos grupos agroindustriais. As paisagens, assim, representam acúmulo de tempos, vestígios humanos, nos quais agregam ao meio natural marcas das suas interferências. Viabilizam, a compreensão das influências humanas individuais ou coletivas que lhe deram forma, características, expressando aspectos relevantes de resguarda de uma memória coletiva que a configurou. Tal afirmação se projeta desde escalas mais globais até dentro das próprias cidades ou em um bairro, por exemplo.

Capítulo 3 – O Patrimônio industrial sucroalcooleiro enquanto componente da paisagem cultural agroindustrial de Santo Eduardo

3.1 – Percorso metodológico da pesquisa

Este trabalho, de cunho qualitativo, encontra-se estruturalmente dividido em dois momentos: revisão de literatura e pesquisa de campo. Antes de tecer o percurso metodológico para a construção da presente dissertação, é fundamental explicar que algumas dificuldades se fizeram presentes. É inexistente estudos pretéritos que tratem especificamente da influência da indústria açucareira na paisagem da localidade. Quando o encontrava, percebia que a visão era de algum familiar do proprietário da usina, o que podia tornar as análises tendenciosas. Assim, os esforços foram fundamentais, uma vez entendido o prazo do curso (dois anos) e as poucas possibilidades de pesquisa acerca do tema a ser estudado, o que requereu a realização de muitas visitas ao local e conversas com os moradores. Outro elemento a ser destacado foi o contexto de pandemia COVID-19, que gerou a necessidade de redefinir parte da pesquisa, principalmente aquela referente às entrevistas, as que promoviam deslocamentos ou o contato com outras pessoas.

A primeira fase é composta pela revisão de literatura sobre as temáticas abordadas. Para isso, recorreu-se a livros, artigos, revistas, *sites oficiais* (IBGE, IPHAN, UNESCO etc) *blogs* e trabalhos acadêmicos (monografias, dissertações e teses). Buscou-se a sistematização de conceitos como patrimônio industrial, paisagem cultural, além do percurso da atividade sucroalcooleira no Município de Campos dos Goytacazes. No que tange ao contexto local, os materiais selecionados mencionavam ou fazia pouca referência ao distrito. Neste momento, meios alternativos como sites e blogs dos residentes também foram de significativa importância. A partir disso, foram feitas comparações das informações retiradas dos mesmos com as sínteses do contexto histórico encontrado em livros, artigos, com fontes que asseguravam a veracidade das informações. Depois, as visitas agendadas ao Arquivo Municipal e bibliotecas, que dariam outros direcionamentos, foram impossibilitadas devido a necessidade de transportes, deslocamentos longínquos, que estavam suspensos ou reduzidos devido o contexto de pandemia.

Paralelo a isso, ainda no levantamento bibliográfico, consultou-se fontes de caráter iconográficas, obtidas antes do isolamento, que foram encontradas nos poucos materiais produzidos e algumas foram fornecidas pelos residentes, a fim de contribuir para a elucidação do cenário pesquisado.

Na segunda fase foi realizado o trabalho de campo. A seleção do método da entrevista semiestruturada (questionário em anexo) se deu logo após a aprovação da defesa do projeto, a partir dos objetivos específicos traçados. Nesta ocasião, iniciaram-se as leituras do levantamento bibliográfico realizado e o cenário local pouco se apresentava nas bibliografias. Quando aparecia. O objetivo foi o de entender a percepção dos questionados acerca da relação entre Santo Eduardo e a Usina Santa Maria, configurando em suas paisagens. Como delimitação, a localização de aplicação das entrevistas foi: o Distrito de Santo Eduardo e seu entorno, que também compreende a Santa Maria.

De forma geral, dividi o conteúdo das questões da seguinte maneira: um bloco de perguntas integra o aspecto socioeconômico (gênero, renda familiar e nível de escolaridade); depois, quis entender qual o vínculo (função) do questionado no que tange a unidade produtiva; o que ela significou para o distrito e para quem a viveu; e qual a atual situação da indústria.

O contato com a população residente de Santo Eduardo, a partir de visitas anteriores a pandemia, foram feitas para que se levantasse um número de pessoas que estariam disponíveis a dar entrevistas. O campo até então estava ampliado, com um grupo no total de 10 a 15 pessoas. Muitas pessoas, após o processo de familiarização e entendimento dos motivos da abordagem, haviam se colocado à disposição. Inclusive fizeram eles mesmos algumas visitas, com pessoas sem acesso a meios de comunicação, para que eu pudesse ir sozinha. A seleção dessas pessoas baseou-se em escolhas aleatórias. Sempre que possível, priorizou-se indivíduos residentes com algum vínculo com a unidade produtiva.

Nas análises, chamarei os entrevistados de A, B, C, D e E, sem identificar os mesmos para fins de preservação de suas identidades e histórias.

3.2 Uma questão prévia: O seguimento industrial açucareiro no escopo da representatividade do patrimônio cultural no conselho do Conselho de Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural de Campos (COPPAM)

Toda temática de políticas públicas exige uma certa cautela quando se deseja abordar sobre a sua efetividade. Principalmente no âmbito da preservação cultural, quando se acredita que os bens protegidos apresentam natureza industrial e de representação de sua história. Valorizar os referenciais culturais de determinado local, a partir de suas dimensões materiais e imateriais se faz necessário.

A atuação na esfera municipal ocorre por meio do Conselho de Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural de Campos dos Goytacazes (COPPAM). Sua criação data de 2003, com a Lei 7.527. Foi reestruturado pela Lei nº 8.487, de 30 de outubro de 2013, passando de Conselho de Preservação do Patrimônio Municipal para Conselho de Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural de Campos. Segundo o Art 2º dessa mesma lei, compreenderia o patrimônio do município:

(...) bens e imóveis, de natureza material ou imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, existentes em seu território e cuja preservação seja de interesse público, dado o seu valor histórico, artístico, documental, religioso, folclórico, etnográfico, iconográfico, paisagístico, turístico, científico etc.

Ainda na lei, o Conselho atua de forma consultiva, deliberativa e executiva, também responsável por aplicar penalidades aos infratores. Integra a estrutura Fundação Cultural Jornalista Oswaldo Lima, por meio da Superintendência de Cultura e Preservação do Patrimônio Histórico e da Secretaria Municipal de Obras, Urbanismo e Infraestrutura, através da Superintendência de Obras e Urbanismo. Seus membros se dividem entre titulares e suplentes dos poderes executivos e legislativos.

Seus preceitos se assemelham a Declaração do México (1985), que salienta a valorização e afirmação da elaboração cultural de cada povo. Isto é, reforça que sejam reconhecidos os estilos locais. A atuação na esfera municipal também se encontra atrelada às diretrizes das políticas de preservação do IPHAN e Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (INEPAC), gerando uma promoção de erros e acertos.

Quando se pensa em ações que visam a resguarda do patrimônio campista, se faz substancial olhares mais abrangentes como é o caso dos espaços das usinas de açúcar ou que delas deriva. Quero dizer, além da construção física em si, existe também todo um contexto que é construído, que resguarda identidades, valores, de homens e mulheres comuns, que o identifica. A dimensão material e imaterial do patrimônio deve ser levada em conta na efetivação de uma seleção, como deveria ocorrer com os espaços açucareiros, que comportam a partir da base material, saberes, técnicas, sons, aromas, experiências, enriquecendo o conceito de patrimônio. As unidades industriais açucareiras raramente devem ser vistas enquanto categorias isoladas, portanto, uma vez que integram várias outras estruturas, etapas, formas de operação. Só possuem sentido se toda a cadeia produtiva apresentar certo grau de integração. A dimensão tangível, apropriada pelo indivíduo ou grupo representa a cultura concreta cujos sentidos e funções foram atribuídos por quem a viveu.

As discussões assumem novos desenhos. Inclui nas análises as condições ambientais que favoreceram e atraíram a instalação industrial; questões físicas como rios, solos, infraestruturas, linhas férreas, que davam as repartições das usinas a articulação (destilarias, plantações, moagem, etc.); se faz imprescindível os estudos em diferentes escalas, visto que tais esforços possibilitam a compreensão da importância de bens desta natureza, mas que integram o patrimônio industrial municipal. Tudo isso contribui para a elaboração de novas estratégias e metodologias no trato com esse tipo de patrimônio, que merece atenção, independentemente de seu estado, mas que se encontra marginal face as ações públicas. Além de estabelecimentos de mais diálogos entre a gestão e a população.

As representações industriais, em particular no que se refere às usinas de cana-de-açúcar, no campo do patrimônio cultural e suas expressões de representatividade nos órgãos de preservação cultural é ínfima, o que também ocorre na cidade de Campos, através das ações do COPPAM. O que são exaltados são os elementos religiosos, casarões, dentre outros, que esteticamente se enquadram, mas não a unidade industrial açucareira em si, que muito diz sobre a configuração da paisagem campista, mas que abrigam narrativas do funcionamento das empresas, cujas dinâmicas eram voltadas a exploração de um trabalho alienado.

Ainda que haja um considerável avanço no sentido dos tombamentos realizados pelo COPPAM, o patrimônio industrial sucroalcooleiro se encontra marginal diante das práticas efetuadas. Apesar da realização de reuniões ocorridas no ano de 2020¹⁹, cuja pauta das discussões era a de atualização da lista de patrimônio catalogados em situação de risco, este cenário faz despontar a importância de se valorizar os bens que se encontram fora desta seleção e que, portanto, apresentam importantes capacidades de documentar determinado período da história de Campos dos Goytacazes, uma vez entendido a relevância que as usinas possuíam para a constituição da cidade e suas paisagens, como é o caso do Distrito de Santo Eduardo, que também teve parte de seu cenário associado estritamente a unidade açucareira.

Neste sentido, é importante destacar que o raio de atuação do conselho, que semelhante aos demais órgãos, se limita aos bens localizados na área central do município, desconsiderando seus inúmeros distritos e, todas as representações culturais presentes nestas áreas. Uma breve consulta da relação de bens tombados em Campos dos Goytacazes, pelo Conselho de Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural de Campos (Coppam), atesta esta consideração. Com esse exemplo, é possível visualizar de forma prática a não existência de consenso no que

¹⁹ Ver notícia completa em: https://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id_noticia=57940

tange ao campo do patrimônio. As ações voltadas para o centro da cidade acabam por excluírem os demais espaços (que não são poucos) cujas representações identitárias estão localizadas fora da região central, que ficam privadas da preservação de seus patrimônios, narrativas e histórias.

Sob os diversos ângulos de se trabalhar as usinas de cana-de-açúcar, tanto pelos estudiosos do campo, corporações públicas ou o sujeito que vive uma unidade industrial no seu cotidiano, é importante a integração destes olhares, para que se alcance uma intersectorialidade dos trabalhos e uma efetividade dos bens que, de fato, referenciem a história do município, com a sua particularidade e multiculturalismo sendo levados em conta.

3.3 Percursos da atividade agroindustrial canavieira no Município de Campos dos Goytacazes: Breves considerações

“No princípio era o boi” Silva
(2004, p. 63).

Primeiramente, se faz necessário realizar uma síntese da contextualização do universo que se configurou em Campos dos Goytacazes, onde se situa o Distrito de Santo Eduardo. Analisar a relação entre as temáticas do patrimônio industrial e paisagem cultural atreladas a esta realidade torna importante a reflexão sobre como se constituíram os engendramentos antrópicos, o desenvolvimento canavieiro, alterações e a conformação das paisagens agroindustriais neste local, imprimindo feições que remetem a um período econômico que culminou em traços culturais que ainda permanecem.

Campos dos Goytacazes conta com uma população estimada em 511.168 pessoas (2020). É o maior município em extensão territorial do Estado do Rio de Janeiro, com uma área de 4.032,487 km² (IBGE Cidades, 2019). O mesmo se encontra localizado ao Norte do Estado do Rio de Janeiro, a 234 km da capital, integrando o que se chama de Região Norte Fluminense. Em termos de sua administração interna, a cidade conta com 14 distritos, conforme a deliberação da divisão territorial datada de 1991, ainda vigente no ano de 2020. São eles: Dolores de Macabu, Ibitioca, Morangaba, Morro do Côco, Mussurepe, Santa Maria, Santo Amaro de Campos, São Sebastião de Campos, Serrinha, Tocos, Travessão e Vila Nova de Campos e Santo Eduardo.

A fundação do município data de 28 de março de 1835, mas vale ressaltar que a sua história remonta ao século XVI, quando Dom João III concedeu a Pero Góis da Silveira a

capitania²⁰ de São Tomé, cujo nome, posteriormente, passou a ser chamada de capitania do Paraíba do Sul.

Com execução da lei de sesmarias e em 1534 com a realização da divisão das terras brasileiras em capitânias hereditária, a Capitania de São Tomé passa a ser chamada de Capitania do Paraíba do Sul. Correspondia a aproximadamente as porções entre o Rio das Ostras e Itapemirim, no local denominado de Baixios dos Pargos, sendo doada primeiramente a Pero de Góis, pertencendo, tempos depois, ao seu filho, Gil de Góis.

A planície era considerada fértil, banhada por litoral extenso, rios caudalosos, diversas lagoas, que foi alterada através de obras de drenagem para que houvesse um favorecimento a agricultura, ou seja, para o plantio da cana-de-açúcar. Sua paisagem se assemelhava a um pantanal, com muitas lagoas e brejos (CARNEIRO, 2003). O Rio Paraíba do Sul também tributava para esse dinamismo hídrico que nos períodos de cheia transbordava (LAMEGO, 1945).

O primeiro donatário da capitania insere as primeiras mudas de cana na localidade chamada na época de Vila da Rainha, como relata em um trecho reproduzido pelo Augusto de Carvalho, em Apontamentos para a História da Capitania de S. Thomé. E sua carta enviada a Martim Ferreira e ao próprio rei D. João III, cujo interesse pelo povoamento das terras era notório:

Escrevo-lhe isto para que o saiba: neste rio (Managé – atual Itabapoana), como digo, determino fazer nossos engenhos d'água; estes dois homens com outros dois, que para isso assoldadei, vão arrotear e fazer com os índios muita fazenda, a saber: plantar uma ilha que já tenho pelos índios roçada de canas, e assim fazer toda quanta fazenda pudermos fazer, para que, quando vier gente, ache já que comer, e canas e o mais necessário para os engenhos (1888, p.56).

De forma sistematizada, introduziu-se os primeiros engenhos movidos a água da região, com a utilização de mão-de-obra escrava vindas da África (CARVALHO E SILVA, 2004). Segundo Pereira Pinto (1995), os engenhos abrigados na região se voltavam para a produção de aguardente, que era utilizada muitas vezes como uma espécie de moeda para trocar por escravos com Portugal.

Estes engenhos embrionários não obtiveram nenhum êxito, como aponta Pereira Pinto (1995, p.39), ao escrever que foram intensos os conflitos entre o português e os índios. Ainda no século XVI os portugueses retornaram ao Reino, pois que anos “depois de ter chegado, o

²⁰ O termo capitânias hereditárias consiste em uma forma administrativa, adotada pelos portugueses, na organização da ocupação do território brasileiro.

que restava eram dívidas, ruínas e desolação; aquilo que havia construído e consolidado, fora irremediavelmente destruído”.

Seguindo os seus passos, uma nova tentativa na mesma região foi feita por um descendente de Pero de Góes, chamado Gil de Góes, no início do século XVII, que também fracassou. Em 1619, o filho de Pero de Góis, em termos oficiais, se destituiu da posse da Capitania do Paraíba do Sul, despertando o interesse mútuo de vários segmentos poderosos, desde jesuítas, fazendeiros e beneditinos pelas terras ricas em recursos.

Segundo dados divulgados pela prefeitura (2014), neste mesmo século, por ordem da Coroa Portuguesa, a Capitania de São Tomé foi dividida em glebas, doadas a “sete capitães²¹” portugueses (LAMEGO, 1974). Antes da inserção da produção de cana-de-açúcar no município, o território de Campos desenvolveu sua economia inicialmente voltada na criação de gado, por sua vez, a grande fertilidade das terras acaba por despertar o interesse de Salvador Corrêa de Sá e Benevides, que consegue por meio da coroa a região da capitania do Paraíba do Sul. Houve a segunda tentativa de inserção da atividade de produção de cana-de-açúcar, juntamente com a criação de gado, que ainda se destacava Silva (1984).

No século XVIII a atividade açucareira consolidou-se e desenvolveu-se tanto em grandes latifúndios como em pequenas propriedades, expandindo-se. A atividade sucroalcooleira da região Norte Fluminense apresentou maior concentração na cidade de Campos dos Goytacazes, tendo em vista que o produto mencionado, tradicionalmente, foi responsável pela organização espacial no município, estabelecendo traços culturais identitários, apesar das reorganizações que ocorreram ao longo do tempo da história da cidade, conforme destaca Barbosa:

Tradicionalmente associada ao cultivo e beneficiamento da cana-de-açúcar, trata-se de uma das poucas regiões do Estado que possuem, ainda hoje, traços marcantes de uma ‘identidade própria’ historicamente constituída, apesar de também ter passado por diversas transformações socioespaciais que impedem uma contínua ligação, única e exclusiva, à atividade canavieira (2003, p.111)

No século XIX, Campos dos Goytacazes esteve em constante mudança com a força do açúcar e do trabalho escravo que fortaleceram a vila, que em 1835 progrediu, sendo elevada à categoria de cidade (SILVA, 1984). Destaca Feydit:

Em 1837 todos os engenhos de açúcar, então existentes, tinham as moendas de pau, e as tachas ou caldeiras de bronze. Naquele ano, o

²¹ “Os “Sete Capitães” chamavam-se Miguel Ayres Maldonado, Gonçalo Corrêa de Sá, Manuel Corrêa, Duarte Corrêa, Antonio Pinto Pereira, João de Castilho e Miguel da Silva Riscado” (PEREIRA PINTO, 1995, p. 41.)

inglês Alexandre Davidson começou a tornear o ferro e o bronze e fundou a mais importante fundição desses metais que o município de Campos tem possuído. Desde então as moendas de pau transformaram-se em moendas de ferro, as tachas de cobre em vasos de ferro fundido (1900, p.431).

O processo de mecanização do campo alcança a região. Inicia-se uma nova fase da atividade, com a substituição dos engenhos movidos a tração animal pelos movidos a vapor. Os números da produção aumentam, bem como o espaço se modifica. Conforme aborda Pereira Pinto (1995, p.92), “O tempo dos engenhos a vapor começa em 1824 quando se tem notícia da existência do primeiro engenho a vapor”.

O século XX foi o período em que se assistiu à introdução de modernas usinas de cana-de-açúcar, com suas destilarias, marcando o fim do período dos Engenhos Centrais²². Este último tinha a sua dinâmica funcional nos moldes de cooperativa, cuja produção canavieira para o seu fornecimento próprio era terminantemente proibida (BARBOSA, 2003). Diferentemente das usinas, que acoplavam terras, agricultura (com o cultivo da cana), fornecedores e transformação da matéria-prima, dando ao usineiro o controle sobre toda a cadeia produtiva, como destaca Neves:

A transformação técnica dos engenhos centrais em usinas fez-se acompanhar de um controle mais amplo do usineiro sobre os agricultores que ofereciam matéria-prima. Ampliando as áreas de terra voltadas para a atividade agrícola e explorando-as através de colonos e arrendatários, os usineiros podiam prescindir de boa parte da matéria-prima oferecida pelos agricultores (1997, p.66).

Somando o ambiente político favorável aos empresários, oportunidades que o mercado mundial oferecia, e as terras férteis que ofereciam vantagens à monocultura canavieira, o resultado foi o empreendimento dos franceses acerca das unidades industriais sucroalcooleiras (FRANCISCO, 2009). Pode-se afirmar que a nova lógica de produção veio a conformar a paisagem local, conforme apontam Mesquita e Teixeira:

Na virada do século XIX para o século XX, época considerada como “tempo áureo” da produção sucroalcooleira campista, as usinas se apresentavam como elemento constituidor da paisagem dominante, pois representavam a cultura dominante (a cultura do grupo que exercia poder sobre as demais), que é a do usineiro (2010, p.10).

²² Considerado uma estratégia de aperfeiçoamento da produção, o primeiro Engenho Central foi instalado no Brasil, durante o governo imperial brasileiro. Situado em Quissamã, era chamado de Engenho Central de Quissamã (PEREIRA PINTO, 1995). Os produtores recorreram ao Decreto Legislativo nº 2687, de 6 de novembro de 1875, que garantia subsídios financeiros (PARANHOS, 2000).

As usinas de cana-de-açúcar possuíram um peso significativo no que se refere ao desenvolvimento das regiões que as circundavam e sua organização territorial. A partir disso, Campos sentiu as implicações da atividade produtiva açucareira na conformação de sua dinâmica econômica, social e territorial. Além de que o local assistiu a mudanças significativas no que tange aos aspectos culturais e de suas paisagens, não dispensando o fato de que ambas as categorias não são isentas de mudanças, conforme o decorrer o tempo (PARANHOS, 2006).

Neste contexto de instalações e impulsionamento para o que se chama de período-auge do funcionamento das usinas, pensa-se que o açúcar, enquanto um setor da unidade industrial sucroalcooleira, atua de forma significativa na ocupação territorial. Conforme destaca Campagnol (2008, p.12), “ainda, a presença de uma usina muitas vezes possibilitou o desenvolvimento de povoamento adjacentes e o surgimento de núcleos urbanos, constituindo-se, portanto, em um estímulo significativo para a ocupação do território”, como foi o caso do 13º Distrito de Campos dos Goytacazes, que é Santo Eduardo, que no período da Usina Santa Maria já existia, mas sentiu as alterações deste período.

3.4 O Distrito de Santo Eduardo: um sobrevoo sobre a sua paisagem

Difícilmente se encontrarão formas de utilização dos recursos dos solos que se possam rivalizar com a agroindústria canavieira quanto a capacidade de condicionar um tipo de sociedade e economia, de modelar um tipo de paisagem e de estruturar um tipo de arranjo econômico do espaço. No Nordeste do Brasil temos uma demonstração disso. A agroindústria canavieira, gerando a chamada civilização do açúcar, imprimiu características peculiares às áreas onde se implantou. E o fez de um modo definitivo ou pelo menos, de um modo dificilmente reversível (MELO, 1975. p. 19).

Podemos evidenciar que cada local se mostra por meio de suas paisagens. As mesmas tornam-se a consequência das combinações de elementos naturais e culturais, conferindo níveis de possibilidades acerca dos usos de seus recursos e, conseqüentemente, de suas fragilidades (TRICART, 1977).

As paisagens predominantemente rurais, por exemplo, possuem importantes potencialidades na permissão do retorno ao passado. Apesar de suas modificações, ao mesmo tempo em que estão associadas ao descanso, inércia, lazer e tranquilidade, também são conflituosas. Conflituosas por serem o produto de diversos atores que a compartilham, com o seu reconhecimento sendo feito muitas vezes por quem a vive diariamente, tornando-se patrimônio. Na medida em que são conhecidas ou reconhecidas em sua valorização social.

Cada recorte feito, de cada um dos tipos de paisagens se reporta a uma história de suma importância, com cada uma delas apresentando características e se sobrepondo com o passar do tempo e as alterações das dinâmicas espaciais. Assim se deu a escolha do distrito e seu entorno. Seus traços representam os valores de um período que se desenvolveu, deixando resquícios nas representações paisagísticas posteriores. Segundo Sauer:

Não podemos formar uma ideia de paisagem a não ser em termos de suas relações associadas ao tempo, bem como suas relações vinculadas com o espaço. Ela está em um processo constante de desenvolvimento ou dissolução e substituição. Assim no sentido cronológico, a alteração da área modificada pelo homem e sua apropriação para o uso são de importância fundamental (1998, p.42).

Lançar o olhar sobre Santo Eduardo faz com que enxerguemos a presença das ações antrópicas incidindo sobre seu espaço. É importante ressaltar que a localidade em questão apresentou formas diferentes de usos dos seus recursos, haja visto que, antes da monocultura canavieira, o café se fez presente, caracterizando um tipo específico de paisagem, com elementos urbanos, além da predominância dos aspectos ruralistas. E durante a abordagem acerca da constituição de sua paisagem cultural agroindustrial, far-se-á necessário apontar o período cafeeiro.

Segundo o IBGE Cidades (2014), o distrito se organizou administrativamente pela lei provincial nº 1225, datada de 21 de novembro de 1861²³. É formado pelas localidades de Pião, Garrafão, Espírito Santinho, São Roque, Divisa, Departamento, além de sua sede.

Em termos de localização, encontra-se situado ao Norte do município no qual ele integra. Possui acesso a rodovias federal (BR 101-norte) e rodovia estadual (RJ-230). Faz divisa com o município de Bom Jesus do Itabapoana. Em termos naturais, é banhado pelo Rio Itabapoana, o que o fazia integrar ao projeto Managé²⁴, desenvolvido na bacia do rio em questão.

Uma economia encontra-se em constante dinamismo, o que traz a reflexão acerca do distrito e sua relação com o café. Com o aparecimento da ferrovia em Campos dos Goytacazes, a cidade adquiriu o papel de centro ferroviário da região (MESQUITA, 2008; IBGE cidades,

²³ Entre os anos de 1822 e 1889, o país foi uma monarquia, regida por dois imperadores. A monarquia brasileira foi adotada como forma de governo logo após a independência declarada por D. Pedro I, às margens do Rio Ipiranga, no século XIX.

²⁴ Projeto cujo objetivo era o de promover desenvolvimento sustentável da região da Bacia do Itabapoana. Foi implementado no ano de 1995. Não se encontra vigente.

2014). O advento desse tipo de transporte foi um fator de transformação do espaço da cidade, ocorrendo entre 1870 e 1890. As ferrovias eram um dos principais vetores da modernização, que impulsionou a industrialização e adentrou em boa parte do território municipal, alcançando localidades situadas no interior campista²⁵. Como podemos analisar a partir de Faria:

As vias férreas penetravam assim na periferia rural favorecendo a expansão em direção ao interior do Município e a concentração de povoados junto às estações de trem, em torno das quais se consolidavam novas freguesias: São Sebastião, São Gonçalo, Santo Amaro (linha São Sebastião-Campos), Morundu, Travessão, Santo Eduardo (Campos-Carangola). Estes lugarejos eram dotados de certa infraestrutura, contribuindo para fixar os habitantes na zona rural (2008, p. 47, grifo meu).

Santo Eduardo²⁶, que já existia, também foi contemplado por essa “modernização”, quando foi inaugurada em 1879 a Estação Ferroviária de Santo Eduardo, ilustrado nas figuras a seguir.



Figura 1 A estação em 1915.

²⁵ Gentílico de Campos dos Goytacazes.

²⁶ A presença dos ingleses na região para a construção da estrada de ferro, ligando os estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo, deu nome ao distrito e consagrou o padroeiro - uma homenagem ao Rei Eduardo, da Inglaterra, que para o exercício da fé o santo estrangeiro acabou ganhando o respeito dos fiéis na comunidade.



Figura 2 A estação de Santo Eduardo, em novembro de 1982.

A dialética entre sujeito e paisagem faz com que pensemos na mesma para além da concepção de pano de fundo ou cenário. A mesmas agregam marcas identitárias destes sujeitos, dos lugares, cultivando experiências sociais vividas através da representatividade dos indivíduos comuns em atividades do cotidiano, juntamente com as forças econômicas.

Neste momento, o distrito apresentava uma paisagem cujos traços predominantes eram o do café. Expressavam-se na paisagem o verde que pincelavam os cafezais, os trabalhadores das lavouras, a linha férrea e Estação de trem Santo Eduardo, escritório para administração do café, ou seja, elementos que adequavam à paisagem ao contexto econômico da época.

Havia uma sociedade totalmente voltada para as atividades agropecuárias e comerciais, a margem direita do rio Itabapoana onde se encontrava o seu porto fluvial, denominada comunidade de Limeira. Para entrar ou sair do local não havia outra alternativa a não ser por meio de animais. A comunidade, responsável pela maior produção de café em Santo Eduardo, se extinguiu em 1950. Percebe-se que o distrito possuía várias casas de comércio e até um

escritório do Instituto Brasileiro do Café²⁷, o que mostra sua importância no campo da cafeicultura.

A agricultura consiste em uma forma de produzir paisagem. Os elementos compositores das mesmas são imbuídos de representações simbólicas e valores dados pela população que a gestou. A paisagem do distrito no século XIX era o emblema da economia cafeeira que se fazia presente. Funcionavam como identidade de um período que veio a se modificar a partir da inserção da economia do açúcar, configurando novos contornos paisagísticos.

Sob este viés, vale destacar que neste mesmo século o país tornava-se muito dinâmico em sua econômica, com a demanda de um mercado consumidor global interessado em sua produção de café. Sabendo que o café é um fruto tropical, o Brasil possuía destaque nas regiões tropicais devido as suas condições climáticas e morfológicas (ROSANELI, 2013; OLIVEIRA, 2020).

As sociedades tornam-se protagonistas nas confecções das paisagens culturais. Na busca pela utilização dos recursos provenientes da natureza, se estabelecem e instauram seus constructos. Dentre as inúmeras formas de aproveitamento destes recursos, destaca-se a agroindústria canavieira, como um exemplo de empreendimento industrial que formatou paisagem com singularidades, a partir dos usos dos espaços para desenvolverem a dinâmica necessária ao seu funcionamento.

Para analisar determinada paisagem e alcançar o significado das lógicas que concebem e regem o espaço se faz necessário enxergá-la com a atenção voltada para as diferentes linguagens e funções sociais. A partir da heterogeneidade, trata-se de um conjunto de objetos, com diferentes datações, em constante transformação (CAVALCANTI, 2005).

A tradução de cada lugar a partir de suas paisagens forma uma identidade. Nas mesmas estão impressos valores, costumes e a historicidade de determinado período. É o correr do tempo, da história, a convivência com os recursos dispostos que compõe os períodos que se seguem. Deste modo, o olhar sobre o distrito torna-se sensível, pois permite interpretar o momento em que o café perdeu força para dar espaço ao cultivo de cana-de-açúcar, percebido através de suas paisagens atuais, porém com determinados elementos que fazem referência a períodos pretéritos e permitem o entendimento de paisagens que se sobrepõem.

²⁷ O estabelecimento deu o nome a um bairro no distrito denominado Departamento que, atualmente, remete ao período cafeeiro.

Existe a necessidade de se trilhar direções cujo destino seja o de entender nas paisagens as dinâmicas homogeneizadoras que se instauraram em determinado período, de forma abrangente, como fruto de interesses, com a presença de diferentes atores. Tudo isso reflete uma multiplicidade de significados, visto que existirá a leitura individual sobre uma categoria em que estão presentes muitos conteúdos.

A atividade humana é transformadora dos espaços, estando em conformidade com as suas necessidades. Refletindo nas paisagens esta dinâmica, pode fazê-la de forma a degradá-la ou valorizá-la. Nos casos das usinas de açúcar, é perceptível que toda uma cultura foi moldada.

O século XX mostrou um distrito com contornos diferentes com relação ao período anterior. Nesse contexto de intercâmbio entre o homem e o meio que se materializou através dos empreendimentos do patrimônio industrial açucareiro, Santo Eduardo teve toda uma organização socioeconômica e cultural em função do novo viés econômico que passou a se estabelecer. Formas diferentes de relação com o espaço e, conseqüentemente, com suas paisagens, ganharam força.

A sede do distrito estava ligada a Usina Santa Maria pela estrada de ferro da própria empresa. É interessante ressaltar que, em geral, as ferrovias de usinas apresentavam, como no caso de Santo Eduardo, uma importância grande no século XX, pois permitia uma integração entre a localidade e a unidade produtiva.

A influência da unidade industrial Santa Maria promoveu paisagens, com traços de uma cultura que agregava aspecto urbano que passou a conviver com a realidade local. Existia, assim, a presença no distrito de chaminés, o vapor, o barulho da indústria, o cinema, o setor terciário junto as casinhas alinhadas e pacatas, a igreja, as plantações de cana-de-açúcar que davam à paisagem características peculiares.

Sendo assim, o mapa a seguir permite a visualização da localização do distrito e sua sede e a unidade produtiva.

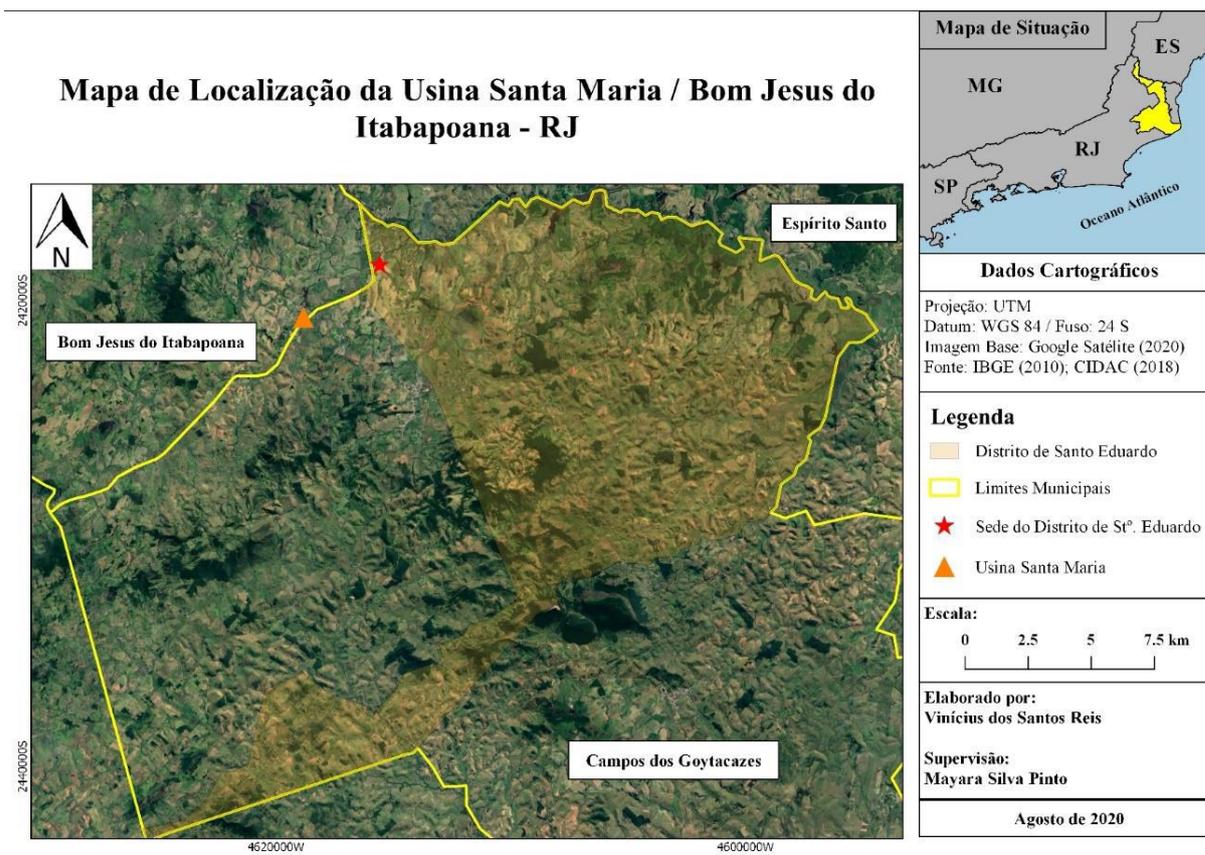


Figura 3 Mapa de Localização da Usina Santa Maria.

No período de vigência da Usina Santa Maria, instalada no ano de 1960, o distrito apresentava uma configuração diferente. Contava com uma economia desenvolvida advinda da mesma, apresentando em seu vasto território plantações de cana-de-açúcar, em que permitia o seu sustento e da sua população, que não carecia de estabelecimentos que favoreciam sua diligência, tais como comércios, empregos, lazer, ou seja, possibilitando condições para os seus residentes. A localidade contava com setor terciário forte, possuindo uma assistência social proporcionada pelo usineiro.

Há na trama socioeconômica do contexto produtivo açucareiro no Brasil as relações entre trabalhadores e o usineiro que giravam ao redor de uma assistência social promovida como mecanismo de controle. Por outro lado, o Estado muitas vezes por não cumprir o seu papel no que se refere aos direitos sociais do cidadão, acaba por abrir espaço para que os donos das usinas fossem vistos como um “salvador”, em uma figura benevolente, com imagem de proporcionar o que o aparelho estatal negligenciava.

Os proprietários das indústrias neste período de vigência da usina ampliaram seus domínios, controlaram todo o processo produtivo do açúcar e da cana, absorveram ou fecharam engenhos (no caso de Santo Eduardo houve a ampliação da indústria), expulsando antigos donos de terras, bem como a transformação do ambiente do trabalho e social. Logo, este

desenvolvimento socioeconômico da agroindústria canavieira é embasado sobre uma intensa exploração da força de trabalho que impulsionou este crescimento.

Nestes moldes, a formatação da paisagem local girava a partir destes elementos que, como destaca Correia (2010)²⁸, visava atrelar equipamentos coletivos junto à empresa agrícola. Assim, Santo Eduardo apresentava praça, igreja, armazém para abastecimentos, clube, escola, salas de cinema²⁹ (atualmente, duas se encontram presentes – com outra função. Todas as outras foram derrubadas ou sofreram a ação do tempo), ilustrados em algumas fotos obtidas através do blog de um residente. A saber, tudo isso se voltava a retenção dos moradores no distrito, formando sempre mão de obra presente e disponível, mas não isento de conflitos.



Figura 4 Praça Nilo Peçanha, em 1971.

²⁸ Vide trabalho completo no link:

[https://www.iau.usp.br/sspa/arquivos/palestras/Telma de Barros Correia.pdf](https://www.iau.usp.br/sspa/arquivos/palestras/Telma_de_Barros_Correia.pdf). A autora aborda a questão do controle social juntamente aos equipamentos instalados, mas que não compreende o objetivo da dissertação.

²⁹ Cine Continental; Cine Santo Eduardo - Prop. Noemio Ferreira Sampaio Santo Eduardo - Fund. 1957 - Cinema - 80 lugs. Ap. 16m/m Func. 2 vezes por semana - média anual 25 sessões - 750 espectadores; Cine Teatro São Sebastião - Prop. Ipojucan Gomes da Silva São Sebastião - Fund. 1958 - Cinema - 120 lugs. Ap. 16 m/m Func. 1 vez por semana - média anual 22 sessões - 1.320 espectadores. Retirado de: <https://cinemafalda.blogspot.com/?m=1&fbclid=IwAR31Sc8zsJF1bhPyeEStYXOtTJsRWKwynnZ7Ln6AXLiUcd1bSRESIIrOXBY> Acesso em: 14 de fev, 2020.



Figura 5 Igreja-matriz, em 1971.



Figura 6 Posto de saúde Celso Peçanha, em 1971.

Santo Eduardo já foi considerado o distrito de maior extensão territorial de Campos, antes de perder parte de seu território, que, com a emancipação administrativa de Santa Maria³⁰ de Campos, ocorrida em 1960, quando perdeu mais de 50% de suas terras³¹.

Sabendo dos desdobramentos advindos do processo de modernização agrícola, quando Santo Eduardo se reorganiza atinge um certo grau de especialização na produção. Como esta nova conformação se impôs, novos usos do espaço passam a “existir” sob uma nova ótica produtiva. A lógica capitalista se impõe no território, subvertendo as formas de reprodução social pré-existentes. Se traduz essa relação por um meio altamente degradado e alterado, cujas paisagens expõem essa nova lógica dinâmicas.

Estas mudanças mencionadas acima ocorrem de acordo com as demandas sociais, políticas, culturais e, sobretudo, econômicas que foram e continuam emergindo nas diversas sociedades a partir do advento do sistema capitalista.

O intercâmbio do homem com o meio e a conformação das paisagens passa a ocorrer de forma que a natureza esteja integrada ao conjunto dos meios de produção do qual o capital se beneficia. Embora se apresente enquanto base para o sistema, encontra-se em situação de subordinação da lógica do capital. Assim, é possível observar uma série de mudanças nas relações sociais e nas relações de trabalho do indivíduo, bem como a relação com as paisagens, voltando-se para um processo de buscas por representações culturais, visto que os espaços das diversidades sociais em uma mesma paisagem não se distribui de forma justa.

O regime capitalista, baseado no lucro, expropriação e, com isso, na exploração, tendo como alvo o tecido social, pressupõe a generalização da produção para a troca. Com a expansão desta - entendida como expressão da diferenciação da divisão social do trabalho - ocorre também a separação definitiva dos produtores diretos de mercadorias dos seus meios de produção. Expropriados, passam a ser possuidores de uma única mercadoria - sua força de trabalho. Proletarizados, são convertidos em trabalhadores assalariados. Simples operadores dos instrumentos de produção que não mais lhes pertencem. Nesta ideia de expropriação, a natureza não foge a essa regra, visto que a mesma passou a servir de fonte primária para o sistema.

³⁰ 18º Distrito do município, mostrado no mapa.

³¹ Fato este que ocorreu devido ao funcionamento da Usina Santa Maria (instaurada no século XX), promovendo conflitos na região, isto é, corroborando o discurso de que o patrimônio é ambiente de embates e disputas.

Sabe-se que é possível visualizar no país um passado ligado aos privilégios do latifúndio, predominando a cultura do colonizador sobre as paisagens, que são resultados da laboração e palco de representações de poder, arquitetadas para servir a um desígnio, principalmente econômico. Diversos produtos são fruto da exploração da natureza, que em contexto capitalista passa a servir de recursos para o homem, cujas modificações feitas na mesma estão em consonância com as necessidades do capital. O capitalismo também pode ser visto sob a ótica da cultura, visto que os processos capitalistas fazem com que a intervenção se sobrepõe aos valores culturais.

A agroindústria brasileira oferece um rico cenário para se refletir sobre as correlações de força entre os atores nas disputas por representações de seus respectivos grupos, nem sempre favoráveis a mudança de padrões rígidos.

Neste jogo de interações, criam-se espaços altamente conflituosos. Um grupo reduzido (o do usineiro) controlava inegavelmente uma massa de trabalhadores. Longe dos centros urbanos, a vida de homens e mulheres nas lavouras, dentro da fábrica e até dentro de suas casas (cedidas pelo proprietário da usina) eram moldadas. Sabe-se que o conflito é inerente às sociedades, conforme afirma Fernandes (1993, p.790) “não há atividade coletiva sem mudança, do mesmo modo que não existe vida social sem antagonismos”, assim como “o conflito tende a gerar a mudança e esta pode produzir o conflito”.

A paisagem cultural da localidade em questão não se encontra à margem do processo de permitir que se faça uma leitura acerca das formas de ocupações e conflitos que foram engendradas ao longo do tempo. Se faz necessário pensar em como determinados tipos de produtos, no nosso caso a cultura açucareira, condiciona a modelagem das paisagens³², criando composições em conformidade com a cultura hegemônica e disputas por interesses.

No século XX, o 13º distrito de Campos se caracterizava como um ponto importante para o dinamismo econômico do município. Os espaços eram delimitados de forma rígida com cada ator social exercendo um papel muito bem definido. Após a decadência do ciclo do açúcar a localidade perdeu prestígio e entrou em processo de estagnação econômica e social, com suas memórias culturais sendo desfeitas com o passar dos anos, impedindo tal propagação para as novas gerações.

³² Os diferentes produtos da terra também criam paisagens ao redor do globo. Algumas inclusive objeto de Chancela da UNESCO, como vinhedos em Portugal; arrozal no Camboja.

Neste momento, o contexto é o da economia petrolífera, que emergiu no município nos anos de 1990, alterando as paisagens das localidades que possuíam a cana-de-açúcar como economia predominante. Assim, Santo Eduardo não fica isento destas transformações, visíveis em suas paisagens. O fim da atividade agro sucroalcooleira deixou um enorme vazio, um cenário de abandono que a indústria petroleira não teve como ocupar.

Na visita à localidade que ocorreu no ano de 2019, foi possível visualizar que Santo Eduardo apresenta equipamentos para as áreas básicas como a saúde e educação: 1 hospital e 2 farmácias. Do setor terciário: 2 pequenos supermercados, padarias, pequenas lojas de vestimenta, salão de beleza, oficina de moto, armarinhos, hortifruti, casa de festa, clube com piscina, também usado para festas e lanchonetes. Conforme ressalta Rua (2006, p.86) “há um movimento de expansão física e de expansão ‘ideológica’ dos padrões urbanos que vão caracterizar o que alguns denominam ‘novo rural’ que, cada vez mais, se distancia do predominantemente agrícola”, que se adequa bem ao distrito de Santo Eduardo. Ainda conforme Rua (2006, p.84) na atualidade os serviços se estendem ao campo o que para o autor se configura em “urbanidades no rural”.

Suas paisagens atuais refletem essa transformação e sobreposição de períodos econômicos, com estruturas que remontam os momentos de funcionamento da usina: a localização da unidade hospitalar, que era contemplada pelo itinerário da linha ferroviária da usina. O córrego de Santo Eduardo, que teve grande importância para o sistema produtivo da usina pois servia de depósito dos resíduos da produção encontra-se assoreado e poluído. As salas de cinema cumprem hoje outras funções. O bairro Departamento, que remete ao escritório administrado do período do café, hoje é um bairro do distrito. Isto é, a paisagem, através das imagens a seguir, e suas características naturais e culturais congregam traços de um período de sua história, conforme Magalhães:

Isto é a paisagem. Aquilo que nos remete a outra coisa, que nos faz lembrar, viajar no tempo e no espaço, que o simples contemplar nos leva à infância ou a algum momento precioso selecionado por nossa memória. Ela se torna pictórica, pode ser pintada, fotografada, descrita em poemas ou na literatura (2017, p.1-2).



Figura 7 Centro de Santo Eduardo em 2019.



Figura 8 Córrego Santo Eduardo em 2019.



Figura 9 Sala de cinema em 2019.



Figura 10 Sala de cinema em 2019.

A paisagem local acaba por narrar toda a diversidade presente nesses intercâmbios, uma vez entendido que as alterações na mesma não devem ser estudadas fora do contexto das práticas sociais, que vai concretizar todas as características depositadas durante as atividades. Cada paisagem, sobreposta, se manifesta de forma singular e dinâmica, a partir das intervenções sociais. Isso significa que ela reflete os aspectos culturais da sociedade que ali habita. É uma forma de recolha das inúmeras atividades do homem.

A categoria pode ser entendida como um conjunto que, naquele recorte temporal que se deseja dar atenção, exprime as heranças das inúmeras relações realizadas entre o homem e o meio. A paisagem materializa objetos, viabilizando o conhecimento das dimensões imateriais (SANTOS, 1997).

Toda a paisagem, conforme Pisón (2000, p.), assume um caráter documental, narrando determinado contexto e cultura dominante, uma vez entendido que o conjunto materializado retém as singularidades de que a influenciou, em nosso caso, um contexto de rígida hierarquia social.

Encontram-se nas mesmas os conteúdos e o modo de vida daqueles que contribuíram para sua construção. No contexto das usinas, predominam aspectos cujos traços envolvem elementos urbanos e rurais, além de relações sociais estruturadas. Paisagens culturais, socialmente produzidas, contornam os lugares, materializando o período (CASTRO, 2005, p.104).

3.5 A Usina Santa Maria LTDA: (trans) formação

Outrora, aqui, os engenhos
Recortavam a campina.
Veio o tempo e os engoliu
E ao tempo engoliu a usina.
Um outro ainda há que diga
Que o tempo vence no fim:
Um dia ele engole a usina
Como engole a ti e a mim.³³

Tempo. Termo esse que tanto na ampulheta quanto no relógio mais moderno, permanece do mesmo modo: se deslocando, em um movimento preciso, numa única direção: adiante. Está presente nas literaturas, poesias, músicas, a saber, nas mais variadas impressões.

É comum pensar que o tempo exige de quem o lê, de forma inevitável, a ambígua sensação acerca de sua passagem. Ele segue seu curso, alterando os lugares, que se encontram na sua linha de passagem. Os territórios, sob o transcurso do tempo, são afetados pelos engendramentos e interesses econômicos e políticos, levando o local a se transformar conforme

³³ Fragmento de O Regresso de quem estando no mundo, volta ao sertão, de autoria de Carlos Pena Filho. O autor se referia à substituição dos engenhos pelas usinas do Nordeste brasileiro (ANDRADE, 2003, p. 19).

o percurso temporal, que exige uma adequação dos lugares à nova lógica estabelecida, visível nas paisagens.

Entre as profundas alterações associadas à difusão industrial, conforme abordam Teixeira e Mesquita (2010, p.1), o patrimônio industrial açucareiro apresenta vestígios produtivos de uma determinada sociedade, constituídos de seu valor histórico e social, contribuindo para o entendimento de um determinado período técnico, de uma sociedade que está em constante alteração, se adaptando ao contexto no qual está inserida. Ao que Mendes acrescenta:

(...) que os vestígios materiais da industrialização não têm somente um valor de testemunho ou de prova, útil ao investigador. Têm também um valor em si mesmos, pois trata-se de uma parte muito significativa do nosso patrimônio cultural, designadamente de patrimônio industrial (2006, p.6).

Antes de adentrar nas considerações acerca da usina, cabe realizar uma exposição relevante para que se entenda as alterações referentes ao tempo açucareiro na localidade, alcançando o período em que o empreendimento sustentou uma estrutura econômica, social e cultural, materializada na paisagem local, cujos conflitos de interesses se faziam presentes.

A usina era chamada de Usina Santo Eduardo, como ressalta Pereira Pinto (1995, p.193) quando afirma que “Lá para os lados da divisa de Campos com o Espírito Santo, onde é Santo Eduardo, surgiu uma pequena usina, intitulada de Usina Santo Eduardo”. Conforme aborda Francisco:

Atraídos pelo clima político favorável, somado às oportunidades que o mercado mundial oferecia e às vantagens comparativas da região para a monocultura da cana na última etapa do século XIX e início do século XX, se instalou em Campos dos Goytacazes um grupo de empresários estrangeiros de origem francesa que projetaram e construíram na região unidades industriais açucareiras (2009, p.29)

É indubitável a contribuição dos mesmos no que se refere ao desenvolvimento da indústria do açúcar no município, aliás, o próprio termo usineiro, atribuído aos donos das unidades industriais açucareiras do Município de Campos dos Goytacazes, deriva da palavra *usine*. Os franceses se instalaram no país após a Primeira Guerra Mundial. Sendo assim, métodos mais racionais de produção, equipamentos, máquinas de moer e turbinas foram importados da França para o Brasil.

No município, algumas usinas estavam em situação de intervenção ou falência. Conforme ressalta Pereira Pinto (1995), era o caso da Santa Cruz, Barcelos, Paraíso e a Santa Maria.

A essa altura, a empresa Santo Eduardo já tinha modificado o nome, que passou a ser Santa Maria. Com o fracasso dos empreendedores franceses, uma família libanesa, cujo sobrenome é Farah, adquiriu a massa falida. O nome da unidade industrial passou a ser Companhia Agrícola Santa Maria, mas devido ao contexto desfavorável, novamente, a fábrica assiste ao fracasso (Pereira Pinto, 1995).

A unidade fabril foi vendida para 67 sócios, todos voltados para o comércio açucareiro. Dentre eles estavam Olavo Cardoso, Armando Vianna, Ferreira Machado, Altuerpio Toung, José Carlos Pereira Pinto, entre outros. Por volta dos anos de 1960, a família Pereira Pinto já se encontrava no papel de único dono, impulsionando o grande empreendimento da região, transformando a localidade de Santo Eduardo e as áreas que a circundavam (Pereira Pinto, 1995). Sob a gerência do Usineiro Jorge Pereira Pinto (patriarca da família), muitas alterações ocorrem a partir do seu empreendimento, que possuía uma vasta área de interferência.

Conforme mostra o mapa a seguir, a Usina Santa Maria localiza-se, atualmente, no Município de Bom Jesus do Itabapoana, mas é inegável a contribuição que a mesma teve para a localidade de Santo Eduardo no que tange aos seus aspectos culturais, quando se pensa na paisagem com a presença dos remanescentes industriais, não da construção tangível em si.

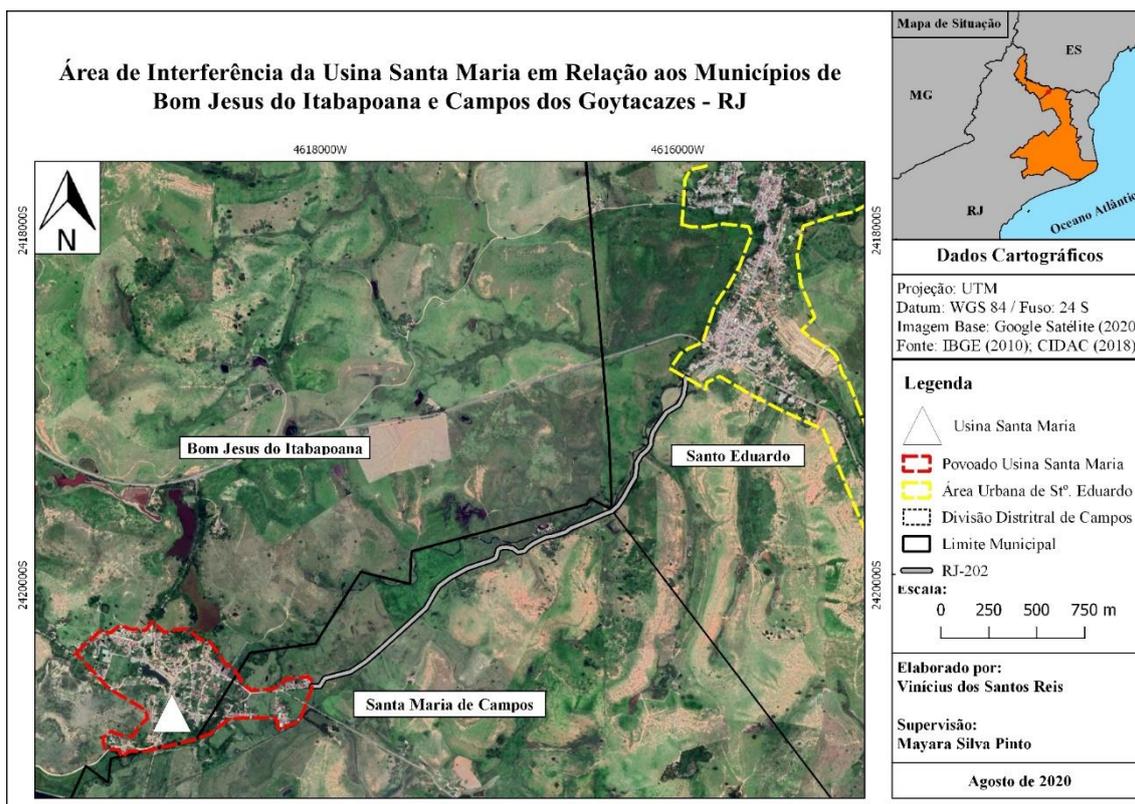


Figura 11 Área de interferência da Usina Santa Maria em relação aos Municípios de Bom Jesus do Itabapoana e Campos dos Goytacazes.

É importante destacar que no período de vigência da usina, ambos os municípios eram separados (Bom Jesus do Itabapoana e Campos dos Goytacazes). O que acontecia era que os mesmos se encontravam ligados devido à grande influência do dono da usina, que possuía terras que se estendiam entre os dois municípios. Soma-se a esta equação o fato de que o povoado de Bom Jesus se elevou a categoria de município nos anos de 1939 (efetivamente falando), alcançando uma independência, quando a usina já estava em funcionamento. Antes disso, a cidade de Campos exercia interferência, inclusive nos direcionamentos políticos e econômicos do povoado, como destaca Furtado:

No período em que passa por Bom Jesus do Itabapoana, a região está politicamente ligada a Campos dos Goytacazes, ao tempo em que esta cidade se encontra em seu esplendor. O pequeno povoado, em 1875, compõe-se de cerca de 2/3 de homens livres e 1/3 de escravos. Os bens eram escassos e a vida levada com muita dificuldade. Apesar de já possuir duas escolas públicas, o “responsável” quase nunca se encontra no povoado, preferindo o bem-estar de uma cidade do porte de Campos dos Goytacazes[...] (2014, p.11)

A trajetória da produção³⁴ e dinâmica de uma usina de cana-de-açúcar inicia-se no campo, através do plantio da cana e toda a preparação da inserção da cultura. Na colheita se faz a separação entre a cana e a palha, que é deixada no solo, o que contribui para a diminuição do processo erosivo. A partir disso, toda a cana é cortada e depositada no caminhão, seguindo seu destino final, que é a usina. Chegando, passa pela moagem, extraíndo o caldo para a confecção do açúcar e etanol. O caminhão é passado pelo processo de pesagem, visto que uma amostra é analisada para o seu controle de qualidade. Na usina, iniciam-se os processos de transformação da matéria-prima.

Esses empreendimentos foram instalados em áreas que viabilizariam o escoamento dos seus produtos. Pautados nas características físicas, no caso de um rio ou quando a linha férrea se fazia presente. Esses elementos influenciavam na sua instalação, visto que uma indústria necessita do escoamento de toda a sua fabricação. Entendendo que muitas fábricas estão presentes nas cidades, algumas situam-se distante dos centros das cidades, viabilizando a formação de núcleos residenciais isolados.

Uma usina de cana-de-açúcar apresenta uma organização espacial comum destes empreendimentos: ao redor estão os extensos campos de cultivo de sua matéria-prima, que é a cana. Isto é, compondo o início do processo produtivo, a cana é colhida e transportada até a moagem já na fábrica pelos funcionários. Congregando aos edifícios fabris, também compõem o núcleo produtivo os prédios administrativos, destilarias, chaminés, moradias (semelhantes) dos trabalhadores, escolas, cinemas, comércios, igrejas, isto é, havia espaços de socialização, o que dava característica aos espaços que abrigavam esse complexo industrial, além de todo um mecanismo de controle exercido pelo usineiro.

Conforme destaca Campagnol (2008, p.80), os espaços eram zoneados, com diferenciação: zona industrial, administrativa, residência dos patrões (usineiro), equipamentos coletivos, moradias dos funcionários, que se diferenciavam conforme a função exercida, dentre outros.

³⁴ Disponível em: <https://www.copersucar.com.br/copersucar/>

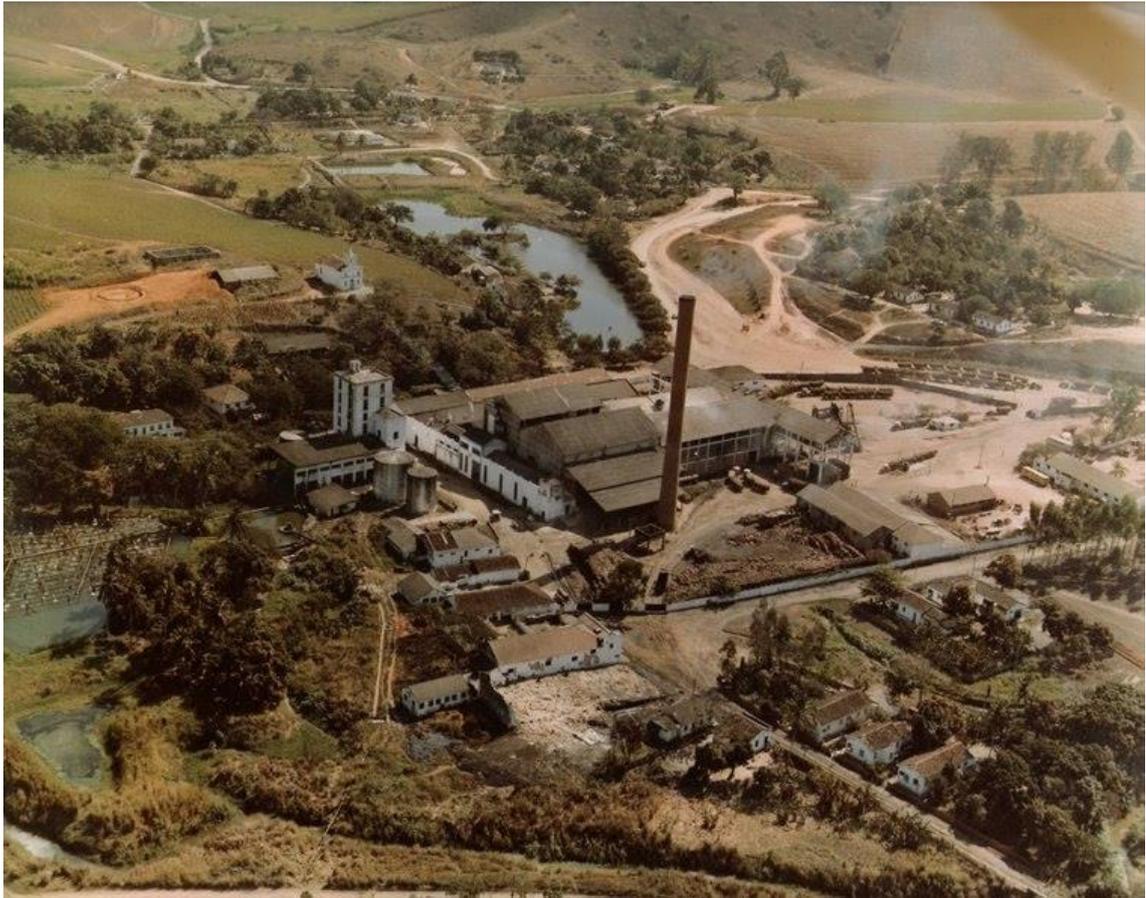


Figura 12 Estrutura da Usina Santa Maria LTDA. Fonte: Blog Geonline

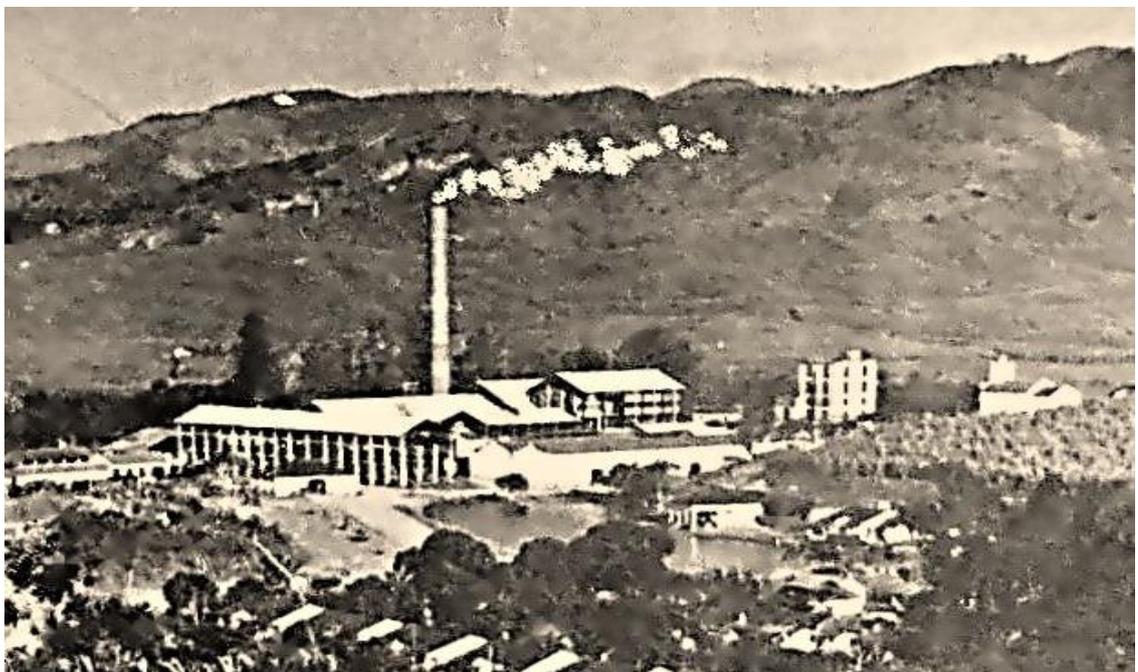


Figura 13 Usina Santa Maria em funcionamento.



Figura 14 Destilaria (prédio na vertical).

Seguindo a uma tendência nacional, e na tentativa de enfrentamento da crise que havia se instalado, os anos de 1970 apresenta um novo cenário para o Norte Fluminense. Chega em Campos dos Goytacazes o alagoano Evaldo Inojosa, que havia sido presidente do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA)³⁵. Montou a Cooperativa Fluminense dos Produtores de Açúcar e Alcool (COPERFLU). Nos moldes da Coopersucar (São Paulo), a associação reunia em cooperativa todas as usinas da cidade, a saber a Usina Santa Maria.

O cenário que despontara consegue atrair para a cidade proprietários provenientes de outras regiões, enfatizando os oriundos do Nordeste, como o Grupo J. Pessoa, cuja figura expoente foi o usineiro José Pessoa de Queiroz Bisneto, que planejou a expansão do grupo que é um dos mais fortes do País há décadas, além do grupo Othon.

Neste momento, novas formas de gestão das usinas foram colocadas em prática, alterando relevantemente o contexto econômico campista, e conseqüentemente, a paisagem de

³⁵ Autarquia do governo federal, com sede no Rio de Janeiro. Foi criado no dia 1 de junho, 1933, por meio do Decreto nº 22.789. O objetivo era orientar, fomentar e controlar a produção de açúcar e álcool e de suas matérias-primas em todo o território nacional. Assim, cada usina só podia fabricar determinada quantidade de açúcar. Foi extinto em 1990 pelo presidente Fernando Collor.

Santo Eduardo. O processo era o de fusão de várias unidades produtivas, conforme afirma Mesquita (2012),

A gestão das usinas deixou em segundo plano um modelo familiar tradicional, para assumir um modelo de empresas ministradas por grandes corporações que, inclusive, possuíam investimentos em outros ramos da economia. Essas modificações trouxeram influência direta na paisagem local. Grupos familiares tradicionais dividem espaço com empresas de outros lugares (2012, p.70).

Embora verbas bilionárias tivessem sido atraídas por Inojosa, o solo que parecia fértil até então começa a se tornar instável. A posição de suntuosidade dos usineiros vai deixando de existir, dando lugar aos novos ares, o do setor petrolífero, que, inicialmente, divide a atenção e recursos, substituindo gradativamente a predominância das unidades sucroalcooleira na paisagem. O caso da localidade de Santa Maria, que se desmembrou do Distrito de Santo Eduardo, nos permite fazer uma ligação com estas mudanças. O mesmo teve o seu desenvolvimento independente da usina, porém impulsionado pelas rendas petrolíferas. Muitos residentes se inseriram neste mercado de trabalho, além de alguns moradores da localidade de Santo Eduardo.

A situação foi agravada ao longo do tempo. Na segunda metade do século XX, dentre as usinas que encerram as suas atividades, estava a Santa Maria. Estima-se que um conjunto de fatores ia desde a má gestão até a aplicação em outros setores do dinheiro derivado de empréstimos públicos (PEREIRA PINTO, 2004). A falência da usina, ocorrida nos anos de 1990, tornou o patrimônio agroindustrial a ser compreendido como um elemento de tempos antigos, ruínas que se desfazem com o passar do tempo constituintes na paisagem do distrito de Santo Eduardo, ditando um período cuja técnica, organização social e cultural são percebidos a partir do mesmo. Nos anos que se seguem, entende-se que o patrimônio sucroalcooleiro implicou mudanças na localidade, percebidas nos dias atuais, como os modos de vida.

No que se refere ao patrimônio industrial sucroalcooleiro Santa Maria, o que permaneceu? Ruínas, memórias, presença? Ao caminhar sobre o local em que funcionou a unidade industrial açucareira, com olhares zelosos voltados para as ruínas que remetem à atividade econômica que se plasmou no local, bem como os seus desdobramentos impressos nas paisagens, que se desfazem com o tempo. Assim, é possível fazer a leitura da dimensão amplificada da categoria do patrimônio industrial, isto é, estando além da construção física, mas percebendo e valorizando a ação inevitável do tempo, que tudo altera, valorizando o aspecto

imaterial que dele desdobra, como a memória. Estas memórias surgem conforme as experiências vivenciadas no cotidiano da unidade de produção. Isto é, dentro e fora deste mesmo local, são vislumbrados imagens, saberes técnicos, conversas, sons, manifestações religiosas.

Hoje as usinas tornaram-se elementos com outras incumbências, ou apenas ruínas, como é o caso da Usina Santa Maria, remetendo a um período de intenso dinamismo para as áreas de seu entorno, como ilustram as figuras da unidade produtiva, tiradas no ano de 2019.



Figura 15 Destilaria, 2019.



Figura 16 Chaminé, 2019.



Figura 17 Ruínas da usina.

3.6 Correlação entre Santo Eduardo e a unidade industrial Santa Maria: Análise das entrevistas

A realização das entrevistas teve a finalidade de entender o contexto da pesquisa através da perspectiva diferente dos detentores do poder: os donos da empresa agrícola. Desejava-se “conversar face a face”, testemunhar o seu discurso, compilando cada vivência através da escrita, no momento de registro de dados, não reduzindo as pessoas a meros números. Assim, quem lesse a pesquisa, teria a possibilidade de retornar ao cenário analisado, como destaca Pierre (2014, p.1050). Assim, busquei entender a história contada através daqueles que não dispõem de meios de produção para deixarem seus registros.

Antes da pandemia, muitas visitas prévias, algumas guiadas por conhecidos locais mais idosos, foram feitas. Assim, eu percebia que a aceitação e acesso para a conversa era maior quando alguém me acompanhava. Muitos dos entrevistados se mostraram receosos e apreensivos ao conceder a entrevista. As idas ao campo ocorreram a fim de que se planejasse o roteiro de questões, fazer um levantamento e para que esclarecessem as dúvidas que surgiram no decorrer das leituras dos poucos materiais disponíveis. Inconsistência de dados era a questão mais recorrente.

O projeto inicial era o de entrevistar entre 10 a 15 pessoas. O formato da realização era presencial, juntamente com o roteiro e um gravador de voz, para facilitar as transcrições das mesmas, mas que não se concretizou devido o contexto atual do país.

Depois da pandemia, tudo ocorreu conforme as recomendações gerais do Ministério da Saúde, feitas à população brasileira. Isto é, houve a necessidade de redesenho dos meios em que pensava fazer a pesquisa. No entanto, o número de entrevistados teve de ser reduzido para 5 pessoas. Primeiro, o público-alvo era do grupo de riscos; segundo, a localidade estava apresentando aumento de casos de contaminação, dado o avanço da pandemia para as áreas interiores.

Inicialmente, fiz os contatos com pessoas próximas dos idosos, a fim de que se conseguisse uma forma de comunicação direta com a pessoa. Alguns haviam falecido; outros, a família não permitiu o retorno do contato devido ao receio de contaminação; um fato relevante foi o acesso à tecnologia. A maioria dependia de algum membro no local que pudesse mediar a conversa por terem dificuldades em operar o aparelho telefônico ou o não acesso à tecnologia.

Na etapa do contato direto com os entrevistados, muitos cuidados foram exigidos devido o público-alvo se tratar de idosos, que compreendem o grupo de risco. Presencialmente, realizei

duas entrevistas. Antes, houve a certificação de que o local era aberto, viabilizando um distanciamento necessário. Duas foram feitas de forma remota. Utilizou-se do celular, com aplicativo do WhatsApp. Através da chamada de vídeo a conversa se desenvolveu, menos do que estavam acontecendo de forma presencial, ou como nas visitas anteriores a pandemia. Uma ocorreu por meio de chamada comum, pois a pessoa possuía telefone fixo.

A princípio, buscou-se traçar o perfil dos entrevistados. Todos de idade entre 70 e 90 anos, como mostra dois relatos selecionados: “Possuo 84 anos. Há exatos 79 anos que vivo nesse lugar. Nasci e é certo que vou morrer nesse lugar” (Entrevistado A, 2020). “Nasci e criei em Santo Eduardo. Eu tenho 89 anos” (Entrevistado B, 2020). Identifiquei que a escolaridade de todos compreende o ensino fundamental incompleto. Segundo o entrevistado C, “tive filho muito cedo. Formei a família, não me arrependo não, mas tive de deixar cedo a escola. Primeiro porque ajudei muito meu pai na roça, depois para sustentar os meninos” (Entrevistado C, 2020). Atualmente, encontram-se aposentados, vivendo no local.

Constatei que a maioria era do sexo masculino. Este fato se deu devido as atividades exercidas pelos mesmos, atribuídas ao homem, como torneiro mecânico, lavrador, carregador-descarregador de caminhão, operador de turbina e operador de caldeira (fazendo açúcar). De acordo com o entrevistado D, “Trabalhei 31 anos na usina como *cozinhador*, fazendo açúcar mesmo. Tinha muito acidente naquela cozinha” (entrevistado D, 2020). Esse fato foi confirmado por outro entrevistado, que apontou ter visto e ajudado muito colega no momento de problemas com a caldeira. A única mulher entrevistada tinha seu vínculo estabelecido com a unidade produtiva, através de seu marido. Ela o acompanhava nos eventos festivos, religiosos, todos promovidos pelo usineiro. É moradora do distrito e pôde contribuir bastante. Seu ponto de vista foi importante no sentido de compreender que as agruras do patriarcado é um elemento presente, embora sem nenhum espanto, naquele cenário.

Todos a consideram a unidade produtiva como um elemento de suma importância na constituição da paisagem cultural agroindustrial do distrito, dizendo que fez parte de suas vidas. Dos interrogados, todos os cinco foram declarativos, apontando a usina como o lugar de oportunidades, em um discurso saudosista. Com os dados obtidos, percebi a visão sempre positiva dos residentes locais sobre o que a usina significou para Santo Eduardo, como mostra o gráfico

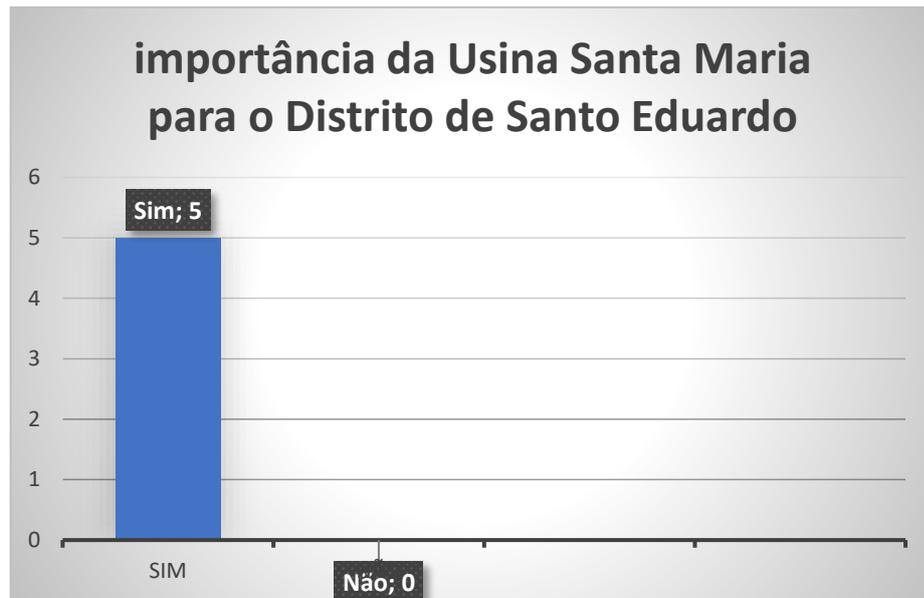


Gráfico 1 Importância da Usina Santa Maria para Santo Eduardo.

Segundo três relatos selecionados:

“Era muito bom Santo Eduardo. Tinha (um) grande movimento. (A gente) trabalhávamos em torno da usina. (E lá) quase não tinha proprietário, era tudo camarada, então, eu vivia em torno da usina, desde que eu saí. Muita gente? muita gente. Ao acabar a Usina, Santo Eduardo diminuiu. A população foi embora em busca de sustento. O local está completamente pacato” (Entrevistado A, 2020).

“Eu morava em Santo Eduardo e ia trabalhar na usina. Aqui o divertimento era Parque, circo, tourada, *butiquinho* e cinemas. Tinha o cinema, que é onde vende passagem de ônibus hoje ali na rua. Aliás, tinha muito cinema, menina. Desmanchou. Ali era um casarão que todo sábado e todo domingo tinha movimento. Santo Eduardo na minha época, desde que eu comecei a me entender por gente, era uma cidade. O povo daqui ia todo trabalhar na usina, fora os comerciantes. Quando fez a usina nova aí tinha um bondinho que apanhava nós aqui e trazia. A usina foi muito boa” (entrevistado B, 2020)

Todos os que responderam a consideraram como um elemento de suma importância na constituição da paisagem cultural agroindustrial do distrito, dizendo que fez parte de suas vidas. Dos interrogados, todos os cinco foram declarativos, apontando a usina como o lugar de oportunidades, em um discurso saudosista.

Observa-se o patrimônio industrial, no caso açucareiro, como um acervo importante de registros de determinado período, local ou de um grupo de pessoas, em sua dimensão tangível e intangível. Como documento arquitetônico, o patrimônio açucareiro que muitas vezes se

encontra suscetível a depredação, favorece o fortalecimento da alta estima da comunidade, o fortalecimento dos laços de afetividade, bem como a preservação da memória. Estas análises nos fazem pensar na necessidade de se trilhar novos caminhos para se desfazer o discurso de que somente um monumento deve ser preservado (ROSA, 2011; MEDEIROS e SURYA, 2010; ROCHA, 2012).

Associado à comunidade, este bem cultural permite a compreensão do território e sua decadência econômica. Podemos por meio destes vestígios interpretar o passado, fazer leituras sobre as dinâmicas espaciais em constantes transformações, impressos nas paisagens.

Vemos, pois, que a paisagem, atrelada a uma base material (no caso a usina e suas derivações) e munida de significados, é vista como uma fonte investigativa, principalmente no que se refere as transformações culturais de cada local (PISÓN, 2000; MESQUITA, 2012).

Neste contexto, a presença de inúmeros elementos, apontados no gráfico 2, reconhecidos e apontados pelos entrevistados, nos levam a pensar que a paisagem, embora seja alterada, mantém aspectos residuais, que remetem e guardam história do período açucareiro.

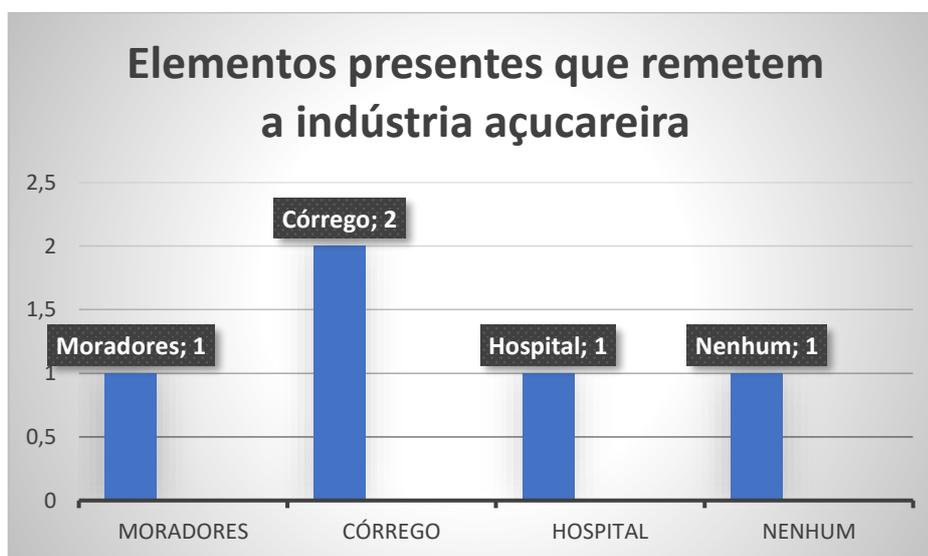


Gráfico 2 Elementos que referenciam o período açucareiro.

Segundo os relatos selecionados, “muitas pessoas que moram em Santo Eduardo são da minha época. Isso faz lembrar a usina. Pessoas que trabalhavam na usina e que moram lá até hoje, quando vou lá e encontro elas, lembro de quanto trabalhei” (Entrevistado B, 2020). O entrevistado A e C mencionam o Córrego Santo Eduardo (afluente do Rio Itabapoana), que nas literaturas aparece como um elemento presente nas dinâmicas da indústria, que atualmente encontra-se poluído devido aos materiais que nele eram despejados. Conforme C “tinha um rio

que as crianças brincavam. Eu mesmo ia muito. Enfeitava o lugar. Hoje resta só lembrança e hoje tá tudo sujo. Já não se faz mais o que fazia nele” (Entrevistado C, 2020). Ainda nas alterações espaciais, o Entrevistado D aponta o Hospital Santo Eduardo como algo que referencia o período açucareiro. Existia uma linha férrea que ligava o distrito à indústria que, com a instalação do hospital, teve de ser desviada. “O desvio do trem lembra a usina. Eram três locomotivas que faziam o caminho, mas com o hospital teve que desviar na hora de passar” (Entrevistado D, 2020).

A identificação destes elementos presentes na paisagem da localidade, com apenas um entrevistado não tendo apontado nenhum elemento ligado à usina, tem papel importante na compreensão da conjuntura precedente, figurando assim o diálogo entre passado e presente, funcionando como rugosidades³⁶. A análise local deve, com isso, retornar-se a uma escala ampla, percebendo ali o que a influência. Este olhar multiescalar encontra-se atrelado a esses elementos, que nos permite entender como a estrutura do país permite alcançar escalas menores, como a localidade de Santo Eduardo, que apresenta em sua paisagem traços (atuais) que reportam períodos pretéritos.

Contudo, a situação da localidade de Santo Eduardo não é mais a mesma. A indústria passou por crise, encerrando suas operações. A atividade econômica segue tentando se manter e tornar possível a não expulsão das pessoas, que muitas das vezes saem em busca de melhores condições para se viver.

Atualmente, o vasto conjunto arquitetônico da agroindústria canavieira está em processo de degradação, como destaca o entrevistado A ao afirmar que “a usina hoje tá praticamente terra sem dono. É de todo mundo. Tá em ruínas” (Entrevistado A, 2020). Dentro das opções apresentadas, A e B sinalizaram a alternativa “ruínas” para definirem a situação atual da usina, complementando com seus discursos. Para o Entrevistado B, “Invadiram lá, o pessoal invadiu lá, fizeram barraco (O senhor visita a unidade: não muito difícil eu ir lá)” (Entrevistado B, 2020). Aquilo tá tudo em ruínas. 2 apontaram a usina em estado de abandono total, afirmando “ter acabado aquilo lá” (Entrevistado C, 2020). Conforme D, “depois que a usina fechou as portas, o povo viu a miséria. Tá tudo abandonado” (Entrevistado D).

Com isso, vemos que as ruínas e os referenciais positivos aos tempos da indústria remarcam a hegemonia da cultura canavieira no distrito, funcionando como simbolismos de um

³⁶ Chamemos de rugosidade ao que fica do passado como forma, espaço construído, paisagem, o que resta do processo de supressão, acumulação, superposição, com que as coisas se substituem e acumulam em todos os lugares. As rugosidades se apresentam como formas isoladas ou como arranjos (SANTOS, 2012, p. 140).

período pretérito, porém com marcas ainda presentes, podendo ser vista por meio de características resistentes ao tempo e as mudanças alocados na paisagem e na vida das pessoas. Conforme apontado no gráfico 4 e na figura 13, a indústria se encontra em estado de ruínas, e mais, em estado de abandono, como foi sinalizado na entrevista. Este novo cenário mostra o patrimônio industrial sucroalcooleiro exercendo uma nova função na localidade, visto que a mesma passou a servir de base para que as pessoas construíssem as suas moradias. Ou seja, a partir do que sobrou, casas foram erguidas.



Figura 13 residências.

Estas reflexões permitem entender que o reconhecimento de determinado bem perpassa a resguarda da memória e seus significados, preservando-o, visto que viabiliza a propagação da mesma, como é o caso da Usina Santa Maria e sua relação com a localidade de Santo Eduardo, visto que tal vínculo encontra-se perceptível através de sua paisagem.

Quando se fala em preservação, é importante destacar que não há evidências de ações públicas destinadas à salvaguarda das memórias dos residentes e da usina. A pesquisa trabalhou com a identificação dos próprios moradores sobre seus referencias, a partir das entrevistas, reconheceram a unidade industrial como patrimônio, cuja representação da mesma foi

importante para os mesmos, como destaca a fala do entrevistado B que afirma “querer voltar no período, pois era bom aquele período” (Entrevistado B, 2020). Para o C, “aquilo (a usina) foi a minha vida. Foi onde vivi a minha vida. Bom era se voltasse. Significou uma vida, a minha vida” (Entrevistado C, 2020).

Chama-se a atenção para que a preservação de um patrimônio esteja vinculada a ideia de que a vida dessas pessoas está referenciada em suas memórias. Segundo Pollak (1989), as memórias coletivas defendidas e impostas por um trabalho especializado compõem o ingrediente importante deste cenário. Assim, a preservação de um patrimônio tem por objetivo servir de lugares de memória, lugares de reflexão, sendo referências e significações para as pessoas que lhes atribuem valores. Nestes moldes, o que torna determinado bem provido de valor patrimonial é a atribuição de valores, sentidos, reconhecimentos e significados que ele apresenta para determinado grupo de pessoas, o que estabelece a justificativa para a sua preservação, nas mais variadas formas (NORA, 1993; TOMAZ, 2010).

Essas memórias sobre um período passível de atenção podem ser revisitadas nos locais em que se encontram as poucas construções ainda presentes, carentes de olhares mais zelosos. Por muito tempo, a usina foi a principal fonte de trabalho e renda da população residente no distrito e no seu entorno, como foi apontado pelos entrevistados.

É possível, pois, estudar essas mudanças (que se sucederam durante trinta anos) e as motivações para que elas ocorressem, transfiguradas nas paisagens culturais do distrito de Santo Eduardo, que apresentou toda a lógica industrial da época, baseado nas perspectivas do usineiro. A partir das suas dimensões, vislumbram-se questões de direcionamentos políticos, econômicos e interesses dos grupos plasmados em seu cenário local.

O patrimônio cultural, assim, pode ser favorável ao desenvolvimento do mesmo e à construção de referenciais que permitam um diálogo intergeracional, promovendo relações para uma melhor compreensão e respeito entre os jovens e os mais idosos.

4 - Conclusões

Ao final deste trabalho compreende-se que a atividade canvieira impulsionou o reordenamento da paisagem do Distrito de Santo Eduardo, que apresentava uma outra configuração da paisagem, a cafeeira, modificada pela açucareira, no século XX.

Sua paisagem apresenta características que atualmente remetem a hegemonia do açúcar e da figura do usineiro, ainda muito presente na vida dos moradores e com vestígios pretéritos deixados nas mesmas.

Essas intervenções levaram para a localidade estabelecimentos característicos do modo de vida urbano, mesclando com os aspectos de uma realidade predominantemente rural. Equipamentos esses que favoreciam a diligência dos moradores. Hoje em dia, muitos destes se encontram com outras funcionalidades, como é o caso do Cine Continental, que hoje em dia é um bar, ou em condição de depredação, como as outras salas de cinema, juntamente a situação da unidade produtiva. Assim, a usina alocava recurso para Santo Eduardo, influenciando fortemente na sua infraestrutura, visto em sua paisagem.

Também foi demonstrado que atualmente em ruínas e com a função de servir de base para que as pessoas construam suas casas, a usina é um elemento integrante da paisagem cultural agroindustrial do Distrito de Santo Eduardo, cuja importância, identificação e valorização da indústria e suas derivações foram ressaltadas na fala dos entrevistados.

O patrimônio construído apresenta-se como esforços acumulados, como investimento de determinada comunidade através do tempo. Deste modo, veem-se as possibilidades do engendramento de políticas públicas que versam a ideia de reutilização do patrimônio, que não é uma categoria estática. O aproveitamento do patrimônio industrial sucroalcooleiro por meio de operações de reabilitação não deve ser deixado de lado, visto que a própria população iniciou espontaneamente e de modo desorganizado o processo, uma vez entendida a nova função da unidade industrial citada no parágrafo anterior. Entretanto, salienta a importância da coexistência de diferentes usos (moradia, comércio, entretenimento) ou revitalização destas áreas como viabilidade para qualquer ação preservacionista de bens cujo valor cultural é inegável.

Por meio destas análises, enxerga-se o resultado das ingerências do homem sobre os espaços, que atribui uma organização e relações sociais em conformidade com os mecanismos de controle estabelecidos, levando a quem viveu a ter sempre um discurso muito positivo referente ao período açucareiro. Assim, outro aspecto relevante a se tratar é a relação que se

estabelecia neste cenário: existe todo um discurso saudosista por parte dos residentes e ex-trabalhadores referentes a unidade industrial. Falam do período com um tom positivo, querendo o seu religamento. Atribuem ao usineiro uma espécie de “herói da localidade”, tanto que lembram dele com muito respeito.

Isto é, havia toda uma assistência social gerada pelo dono da empresa, assistência essa no que tange a educação, saúde, trabalho e lazer. Tudo isso fazia com que as pessoas mantivessem residência no distrito, de forma digna. No entanto, esses mecanismos de controle e normas que se faziam presente e que asseguram a hierarquia, ao mesmo tempo, garantiam uma normalidade na vida dos funcionários e uma certa sensação de segurança. Com o fim das operações da indústria, restou, certamente a expectativa de continuidade que foi se desfazendo e hoje marca este sentimento de perda e de tempos melhores.

Como parte integrante da vida de pessoas que lhes atribuem valor identitário, considera-se que a usina compreende o que se denomina patrimônio. Os entrevistados a identificaram como fundamental para o desenvolvimento local e pessoal. Foi onde criaram seus filhos, formaram família. Viram a empresa nascer e morrer. Assim definida para a análise do trabalho, por meio de relações com o próprio conceito abordado na pesquisa, a unidade industrial açucareira Santa Maria compõe o que chama de bem cultural, resguarda características específicas, que inicialmente se constituíram na forma dos engenhos, que, posteriormente, modernizaram-se. Acaba por permitir o conhecimento ou reconhecimento de um período recente da história, de um trabalho explorado e alienado, narrando a importância da atividade para o contexto local. Funciona como espaços de memória, de resguarda de saberes, vivências.

Associado à comunidade, estudar sobre as estruturas da usina e dos outros espaços a ela ligados permite a valorização de Santo Eduardo e a compreensão de sua decadência econômica. Podemos por meio destes vestígios interpretar o passado, fazer leituras da paisagem, favorecendo o fortalecimento da alta estima da comunidade e os laços de afetividade.

Precisamos, pois, aproveitar as inúmeras possibilidades de preservação de um patrimônio, além das ações de tombamentos, por exemplo, realizadas pela esfera pública. Quero dizer, o reconhecimento de determinado bem perpassa a resguarda de determinada história, preservando-o, visto que viabiliza a propagação da mesma.

Contudo, a compreensão do patrimônio industrial Santa Maria como narrativa de uma paisagem e o contexto da localidade de Santo Eduardo deve ser feita de forma ampla, em uníssona a estrutura, o trabalho, objetos, indivíduos envolvidos e suas falas e a natureza, visto

que as paisagens industriais são também sonoras, visto que as discussões acerca do patrimônio da industrialização nos levam a entender tais estruturas em suas dimensões tangíveis e intangíveis.

Referências Bibliográficas

AB'SABER, Aziz Nacib. **Domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas**. São Paulo: Ateliê Editorial, p. 159, 2003.

ALBUQUERQUE, Marcos Cintra Cavalcanti de. NICOL, Robert Norman Vivian Cajado. **Economia agrícola: o setor primário e a evolução da economia brasileira**. São Paulo: MacGraw Hill, 1987.

ALVES, Jorge Fernandes, 2004, Guimarães. **Patrimônio industrial, educação e investigação – a propósito da Rota do Patrimônio Industrial do Vale do Ave**. Guimarães: Adrave, 2004.

ASSUNÇÃO, Paulo de. **Patrimônio**. Edições Loyola, São Paulo, p. 55, 2003.

BALSAN, Rosane. **Impactos decorrentes da modernização da agricultura brasileira. Campo - Território, Uberlândia**, v. 1, n.1, p. 123-151, 2006.

BARBALHO, A. **Política Cultural**. Coleção Política e Gestão Cultural. Salvador: Secretaria de Cultura do Estado da Bahia, p.27, 2013.

BARBOSA, Pedro Paulo Biazzo de Castro. **A constituição de uma periferia em face da modernização: a produção de açúcar e álcool no Brasil e as transformações na Região Norte Fluminense**. In: MARAFON, Gláucio José & RIBEIRO, Miguel Ângelo (Orgs.). Revisitando o Território Fluminense. Rio de Janeiro: Edições NEGEF, 2003.

BERTRAND, Georges. **PAISAGEM E GEOGRAFIA FÍSICA GLOBAL. ESBOÇO METODOLÓGICO**. Raega - O Espaço Geográfico em Análise, [S.l.], v. 8, dec. 2004. ISSN 2177-2738. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/raega/article/view/3389/2718>. Acesso em: 23 fev. 2021.

BERQUE, Auguste. **Paisagem-Marca, Paisagem-Matriz: elementos da problemática para uma geografia cultural**. In.: CORRÊA, Roberto Lobato, e ROSENDAHL, Zeny. (org). Paisagem, Tempo e Cultura. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.

BOESCH, H. e CAROL, H. – **Princípios do conceito de paisagem**. Rio de Janeiro, Fundação IBGE, Boletim Geográfico ano 27, nº 202, p. 26-29, 1968.

BRASIL. Lei nº. 378, de 13 de janeiro de 1937. Dá nova organização ao Ministério da Educação e Saúde Pública. Rio de Janeiro/Capital Federal, 1937.

BRASIL, Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

CALABRE, Lia. **Políticas Culturais no Brasil: balanço e perspectivas**. In: ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA, 3., 2007. Salvador. Anais. Salvador: ENECULT, 2007.

CAMPAGNOL, Gabriela. **Usinas de Açúcar: habitação e patrimônio Industrial**. Tese (em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade de São Carlos – São Carlos, 2008.

CAMPOS DOS GOYTACAZES. LEI N° 8.487/2013, de 30 de outubro de. **Municipais, Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro, 2013.** Dispõe sobre a reestruturação do COPPAM. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/rj/c/campos-dos-goytacazes/leiordinaria/2013/848/8487/lei-ordinaria-n-8487-2013>. Acesso em: 28 de jun,2020.

CANCLINI, Néstor García. **O patrimônio cultural e a construção imaginária no nacional.** In: Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Brasília: Iphan, n. 23, p. 94-115, 1994.

CARNEIRO, P. R. F. **Dos pântanos à escassez: uso da água e conflito na baixada dos Goytacazes.** São Paulo: Annablume: Rio de Janeiro: COPPE/ UFRJ, 2003.

CARVALHO, Ailton Mota de. **Políticas sociais: afinal do que se trata?** In: Agenda Social. v.1, n.3, p. 73-86, set-dez/2007.

CARVALHO, Ailton Mota de SILVA, Roberto Cezar Saraiva da. **“Formação Econômica da região Norte Fluminense”.** In: Economia e Desenvolvimento da região Norte Fluminense: da cana-de-açúcar aos royalties do petróleo. Campos dos Goytacazes, RJ: WTC Editora. 2004.

CARVALHO, Augusto de. **Apontamentos para a história da Capitania de S. Thomé.** Campos: Silva, Carneiro & Comp.1888.

CASTRO, D. G. **Patrimônio Histórico como marca de qualificação da paisagem de Quissamã: identidade cultural, poder e consumo.** 2005. Dissertação (Geografia)- Universidade do Estado do Rio de Janeiro; 2005. **Geo UERJ.** <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/geouerj/article/view/131930> de jul, 2019.

_____. **Significados do conceito de paisagem: um debate através da epistemologia da Geografia.** 2005. (Apresentação de Trabalho/Congresso). Departamento de Geografia-PUCSP. Disponível em: <https://www.pucsp.br/~diamantino/> Acesso em:25 de jun, 2019.

CAVALCANTI, L. S. Cotidiano. **Mediação pedagógica e formação de conceitos: uma contribuição de Vygotsky ao ensino de Geografia.** Caderno Cedes, Campinas, v.25, n. 66, p. 185-207, 2005.

CEJA MENA, Concepción. **La política social mexicana de cara a La pobreza.** Geo Crítica Scripta Nova, Revista electrónica de geografía y ciencias sociales, Universidad de Barcelona, VOL III, num. 176, p.48-49, noviembre de 2004.

CHAUÍ, Marilena. **Política cultural, cultura política e patrimônio histórico.** In: O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania; DPH. São Paulo: DPH, 1992.

CHOAY, Françoise. **A Alegoria do Patrimônio,** Lisboa: Edições 70. 2006.

CIVANTOS, José M^a. Martín. **Arqueología y recursos naturales: notas para la arqueología del paisaje.** En Medioambiente y arqueología medieval. Editado por José Martín Ciavantos. Granada: Alhulia, p.19-39, 2008.

CLAVAL, Paul. **A geografia cultural.** Florianópolis: UFSC, p.458, 1999.

_____. **A paisagem dos geógrafos.** In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Orgs.). Paisagens, textos e identidade. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2004.

COLOMBIANO, Raquel Moniz. **As espacialidades das políticas culturais: a cidade do Rio de Janeiro nos anos 1990 e 2000.** 2007. 168f. (Dissertação de Mestrado) – Sistema de

bibliotecas FGV. Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/10885/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20Final.doc-pronto_17Maio.pdf?sequence=1. Acesso em: 15 jan, 2019.

CONTI, J. B. **Geografia e Paisagem. Ciência e Natura.** v. 36, p. 239-245, 2014.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano.** São Paulo, Ática, 1989.

CORRÊA, Roberto Lobato; ROZENDAHL, Zeny. **Apresentando leituras sobre paisagem, tempo e cultura.** In: Paisagem, Tempo e Cultura. Eduerj, Rio de Janeiro; 1998.

CORRÊA, Roberto Lobato et al. **Geografia: Conceitos e Temas.** 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

COSGROVE, Denis. **A geografia está em toda parte: Cultura e simbolismo nas paisagens humanas.** In: Paisagem, Tempo e Cultura. Rio de Janeiro: Eduerj, 1998.

COSTA, Luciana de Castro Neves; GASTAL, Susana de Araújo. Paisagem Cultural: Possibilidades e Limites Conceituais. In: **Anais do 1º Colóquio Ibero-Americano Paisagem Cultural, Patrimônio e Projeto: Desafios e Perspectivas.** Belo Horizonte, 2010.

DARDEL, E. **O Homem e a Terra: natureza da realidade geográfica.** São Paulo: Perspectiva. (Originalmente publicado em 1952), 2011.

DELPHIM, Carlos Fernando de Moura. **O Patrimônio Natural do Brasil; In: Patrimônio Cultural e Ambiental – Questões legais e conceituais.** Annablume, Campinas, p. 167-186, 2009.

DI GIOVANNI, G. 2009. **As estruturas elementares das políticas públicas.** Caderno de Pesquisa nº 82, Campinas: NEPP/Unicamp, 2009.

DUARTE, N. **A individualidade para-si: contribuição a uma teoria histórico-social da formação do indivíduo.** Campinas: Autores Associados, 1993.

EMÍDIO, Teresa. **Meio Ambiente e Paisagem.** São Paulo: Senac, 2006.

ESPING-ANDERSEN, Gøsta. **As Três Economias Políticas do Welfare State.** In.; Revista Lua Nova, No.24, p. 85-116, 1991.

FARIA, Teresa Peixoto. **Campos dos Goytacazes nos anos 1870-1880: a modernização brasileira e o “mundo citadino.** Revista do PPGPS / Uenf, Campos dos Goytacazes, v. 2, n. 2, p.40-64, mai 2008.

FEYDIT, Julio. **Subsídios para a história dos Campos dos Goytacazes desde os tempos coloniais até a proclamação da república.** Campos: J. Alvarenga & Cia., 1900.

FIGUEIREDO, V. G. B. **Da tutela dos monumentos à gestão sustentável das paisagens culturais complexas.** 2014. 542 f. Tese (Doutorado em Planejamento Revista Memória em Rede, Pelotas, v.12, n.22, Jan/Jun. 2020 – ISSN- 2177-4129 periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/Memoria 195 Urbano e Regional) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

FERNANDES, A. T. **Conflitualidade e movimentos sociais. Análise Social,** vol. XXVIII (123-124), 1993 (4.º-5.º), p.787-828.

FLEURY, Sônia Teixeira. **VII Congreso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública**. Lisboa, Portugal, 8-11. Oct. 2002. Disponível em: <http://app.ebape.fgv.br/comum/arq/ACFB9C.pdf> Acesso em: 12 de out, 2019.

FLEURY, Sônia Teixeira. **Capitalismo, democracia, cidadania - contradições e insurgências**. Saúde debate, Rio de Janeiro, v. 42, n. spe3, p. 108-124, nov. 2018.

FLEURY Sônia Teixeira, organizadora. **Reforma Sanitária: Em Busca de uma Teoria**. São Paulo: Cortez; 1986.

FLORENCIO, S. R.; BIONDO, Fernanda. **Inventários Participativos Como Instrumentos De Educação Patrimonial e Participação Social**. In: Patrimônios Possíveis: arte, rede e narrativas da memória em contexto Iberoamericano, 2017, Goiania/GO. Patrimônios Possíveis: arte, rede e narrativas da memória em contexto Iberoamericano, p. 50-64, 2017. Disponível em: https://publica.ciar.ufg.br/ebooks/patrimonios-possiveis/05_sonia_rampim.html. Acesso em 12 de out, 2019.

FONSECA, Maria Cecília Londres da. **Da modernização à participação: a política federal de preservação nos anos 70, 80**. Revista do Serviço do patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, v. 24, p. 153-165, 1996.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O Patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. Editora UFRJ, Rio de Janeiro, 2005.

FONTES, Paulo. **I Workshop Mapeamento do Patrimônio Industrial em São Paulo**. 2005. (Outro). Disponível em: <http://www.labjor.unicamp.br/patrimonio/materia.php?id=166> Acesso em: 15 de nov, 2019.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. 22. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1987. Disponível em <http://estudosdiplomaticos.blogspot.com/2009/08/economia-brasileira-no-seculo-xix-1.html> . Acesso em 04 de jun. 2011.

FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e Subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1963.

FURTADO, Manoel Basílio. **Memórias Fluminenses: Itinerário da Freguesia do Senhor Bom Jesus do Itabapoana à Gruta das Minas do Castello**. 2. ed. Campos dos Goytacazes: Essentia, p.119, 2014.

FRANCISCO, Quésia de Souza. **A agroindústria canavieira de Campos-RJ e os Royalties do petróleo a partir da percepção dos atores**. Dissertação apresentada na Universidade Estadual do Norte Fluminense, 2009.

GAMA, Ruy. **Engenho e Tecnologia**. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1983.

GRAZIANO, Francisco Neto. **Questão Agrária e Ecologia: Crítica da Agricultura Moderna**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

HENTZ, C; OLIVEIRA, A. R; BATELLA, W. B. **Modernização agrícola, integração agroindustrial e políticas públicas de desenvolvimento rural no Oeste de Santa Catarina**. Caderno Prudentino de Geografia, v. 1, p. 41-59, 2013.

HOLZER, Werther. **Paisagem, imaginário, identidade: alternativas para o estudo geográfico**. In: Manifestações da cultura no espaço. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo agropecuário de 2006**. Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA). 2007. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/> Acesso: jan. 2020.

IBGE CIDADES – IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **História de Campos dos Goytacazes**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/campos-dos-goytacazes/historico>. Acesso em: 04 mai. 2020.

ICOMOS – International Council on Monuments and Sites. World Heritage Cultural Landscapes. **UNESCO-ICOMOS Documentation Centre**. Setembro 2009. Disponível em http://www.international.icomos.org/centre_documentation/bib/culturallandscapes.pdf. Acesso em: 30 de maio, 2019.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Carta da Paisagem Cultural**. Bagé: Iphan, 2007.

_____. Portaria n. 127, de 30 de abril de 2009, publicada no DOU em 5 de maio de 2009.

KEMPTER, E. D. **O lugar da indústria no patrimônio cultural**. LABOR & ENGENHO, v. 5, p. 107, 2011.

KÜHL, Beatriz Mugayar (2008). **Preservação do Patrimônio Arquitetônico da industrialização: Problemas Teóricos de Restauro**. Cotia, SP: Ateliê Editorial.

KÜHL, Beatriz Mugayar. **Preservação do patrimônio arquitetônico da industrialização: Problemas teóricos de restauro**. 1. ed. Cotia: Ateliê Editorial, 2009.

KÜHL, Beatriz Mugayar. **Seminário Patrimônio: um debate multidisciplinar: Problemas teórico-metodológicos de preservação do patrimônio industrial**. 2010.

LAMEGO, A. R. **O homem e o brejo**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1945.

_____. 1974. **O Homem e a Restinga**. 2ª ed. Editora Lidador, Rio de Janeiro.

LA BLACHE, Paul Vidal De. **Princípios de Geografia Humana**. Lisboa: Ed. Edições Cosmos, 1954.

LIMA, Heitor Ferreira. **História Político-econômico e Industrial do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional. 2º edição. 1976.

LOPES CORDEIRO, José Manuel. **Arqueologia Industrial: Um Mundo A Descobrir, Um Mundo a Defender**. In: I Encontro em Patrimônio Industrial. Campinas: Fundação Biblioteca Nacional – UNICAMP, 2004.

LOPES CORDEIRO, José Manuel. **Desindustrialização e Salvaguarda do Patrimônio Industrial: Problema ou Oportunidade?** Oculum Ensaios, nº 13, Jan/jun 2011.

LUCHIARI, Maria Teresa Duarte Paes. **A (re) significação da paisagem no período contemporâneo**. In: Paisagem, Imaginário e Espaço. Rio de Janeiro: Eduerj, 2001.

MAGALHÃES, Aloísio. **E triunfo? A questão dos bens culturais no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Fundação Roberto Marinho, 1997.

- MAGALHÃES, Cristiane Maria. **A dimensão patrimonial da paisagem: a construção do conceito de paisagem cultural.** II Fórum Regional de Patrimônio Cultural de Poços de Caldas, 2017.
- MAINGÓN, Thais. **Las políticas sociales: discusión teórica, conceptual y metodológica.** Caracas, Venezuela: Cuadernos Del Cendes Nº 19, enero/abril 1992.
- MARSHALL, Tomas. **Humprey (1967) Cidadania, Classe Social e Status.** ZAHAR, Rio de Janeiro.
- MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã.** Tradução de José Carlos Bruni e Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Hucitec, 1984.
- MAXIMIANO, L. A. **Considerações sobre o conceito de paisagem.** Revista Rae'Ga, Curitiba, 2004.
- MEDEIROS, Mércia Carréra de. SURYA, Leandro. **A Importância da educação Patrimonial para a preservação do patrimônio.** ANPUH- XXV Simpósio Nacional de História. Fortaleza, 2009.
- MEINIG, Donal W. **O olho que observa: dez visões da mesma cena.** Espaço e cultura; nº13, 2002.
- MELO, Mario Lacerda de. **O Açúcar e o Homem: Problemas Sociais e Econômicos do Nordeste.** Canavieiro. Recife: IJNPS, 1975.
- MELLO e SILVA, Leonardo. **Patrimônio Industrial: Passado e Presente.** Patrimônio Revista Eletrônica do Iphan, Brasília, v. 4, 2006.
- MENDES, José Amado. **Patrimônio industrial: um bem da comunidade ao alcance da escola.** In: Revista Munda, n. 16. Ed. GAAC, Coimbra, Portugal, 1988.
- MENDES, José Amado - **Industrialização e Patrimônio Industrial: desenvolvimento e cultura.** Actas do VIII Curso de Verão da Ericeira [Em linha]. (2006). Disponível em: [URL:http://www.icea.pt/Actas/21_10h30m_José%20A%20Mendes.pdf](http://www.icea.pt/Actas/21_10h30m_José%20A%20Mendes.pdf). Acesso em 03 de out. 2020.
- MENEGUELLO, Cristina. **Patrimônio Industrial: perspectivas e abordagens.** In: I Encontro em Patrimônio Industrial. Campinas, v. 01, p. 01-09, 2004.
- MENEGUELLO, Cristina. **Patrimônio industrial como tema de pesquisa.** I Seminário Internacional História do Tempo Presente. 2011.
- MESQUITA, Zandor Gomes. **O Patrimônio Industrial como elemento constituinte da Paisagem Cultural de Campos dos Goytacazes.** Dissertação (Políticas sociais) - Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, 2012. Disponível em: <https://uenf.br/posgraduacao/politicas-sociais/wp-content/uploads/sites/11/2015/06/ZANDOR-GOMES-MESQUITA.pdf> Acesso em: 12 de fev, 2019.
- MESQUITA, Zandor Gomes; TEIXEIRA, S. **Usina do Queimado: Patrimônio Industrial integrante da Paisagem Cultural de Campos dos Goytacazes.** In: 1o. Colóquio Ibero-Americano - Paisagem Cultural, Patrimônio e Projeto: Desafio e Perspectivas. V.1. 2010. Belo Horizonte. Anais do 1o. Colóquio Ibero-Americano - Paisagem Cultural, Patrimônio e Projeto: Desafio e Perspectivas. Belo Horizonte, p. 1-15, 2010.

METZGER, Jean Paul. **O que é ecologia de paisagens?** Disponível em: <http://www.biotropica.org.br>. Acesso em: 02 de jan. 2019.

MONBEIG, P. **Novos estudos de geografia humana brasileira**. São Paulo, Difusão Européia do Livro, p 5-25, 1957.

MONTEIRO, Jéssica Oliveira. **As políticas culturais do Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (INEPAC-RJ) sob a ótica do patrimônio natural na região norte fluminense e seu uso turístico**. Dissertação apresentada na Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, 2016. Disponível em: <https://uenf.br/posgraduacao/politicas-sociais/wp-content/uploads/sites/11/2017/05/J%C3%89SSICA-DE-OLIVEIRA-MONTEIRO.pdf> Acesso em: 15 de set, 2019.

NASCIMENTO, Flávia B.; SCIFONI, Simone. **A paisagem cultural como novo paradigma para a proteção do patrimônio cultural: a experiência do Vale do Ribeira-SP**. *Revista CPC*, São Paulo, n. 10, p.29-48 maio/out 2010.

NEVES, Delma Pessanha. **Os fornecedores de cana e o Estado intervencionista**. Niterói-RJ: EDUFF, 1997.

NORA, Pierre. **Entre memória e história: A problemática dos lugares**. Projeto História. [Revista do Programa de Pós-Graduação em História e do Departamento de História PUCSP]. São Paulo, n. 10, dez. 1993.

OLIVEIRA, Alini Nunes. **Cultura Cafeeira no Norte do Paraná e suas Marcas nas Paisagens**. Londrina. Universidade Estadual de Londrina (programa de Mestrado e Doutorado em Geografia), 2020.

OLIVEIRA, Eduardo Romero. **A cultura industrial como herança: questões sobre o reconhecimento de um patrimônio da industrialização -tardia- no Brasil**. OCULUM ENSAIOS (PUCCAMP), v. 14, p. 311-330, 2017.

PAIVA, Marcelo Cardoso. **Políticas Municipais de Preservação: Perspectivas de participação social na proteção do patrimônio cultural**. *Revista Memorare*, Tubarão, SC, v 4, n.1, p. 93-119 jan/abril. 2017.

PARANHOS, Paulo. **São João da Barra: apogeu e crise do porto do açúcar do norte Fluminense**. Dissertação apresentada na Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, 2000.

PEREIRA, CAROLINE NASCIMENTO; SILVEIRA. **Análise Exploratória da Eficiência Produtiva das Usinas de Cana-de-açúcar na Região Centro-Sul do Brasil**. Tese apresentada na Universidade de Campinas Instituto de economia. Ano de obtenção: 2012.

PEREIRA, Danilo Celso. **Paisagem como patrimônio: Entre potencialidades e desafios para a implementação da chancela da Paisagem Cultural Brasileira 2018**. Dissertação. (Mestrado em área preservação) - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Brasília-DF; 2018. Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Danilo_Disserta%C3%A7%C3%A3o%20PEP_Vfinal_corrigena%20\(2\).pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Danilo_Disserta%C3%A7%C3%A3o%20PEP_Vfinal_corrigena%20(2).pdf) .Acesso em:21 de abr, 2019.

PINTO, Antônio Carlos Pereira. **Quem quebrou a casa de meu pai?**. Niterói, RJ, Comunítá: panorama ED, 2004.

PEREIRA PINTO, Jorge Renato. **O Ciclo do Açúcar em Campos**. Campos dos Goytacazes, RJ. Edição do Autor, 1995.

PEREIRA, Renata Baesso; SOTO SUÁREZ, Milene. **Avanços e impasses na preservação do patrimônio agroindustrial cafeeiro em Campinas (SP – Brasil) e Santiago de Cuba. Patrimônio e Memória**. Assis, SP, v. 16, n. 1, p. 182-213, jan./jun. 2020. Disponível em: pem.assis.unesp.br. Acesso em: 17 de jun, 2019.

PISÓN, Eduardo Martínez. **La protección del paisaje. Una Reflexión**. In: Estudios sobre el paisaje; Madrid: Fundación Duques de Sória, 2000.

POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento e silêncio**. In: Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

RIBEIRO, Rafael Winter. **Paisagem cultural e patrimônio**. Rio de Janeiro: IPHAN/COPEDOC, 2007.

ROCHA, Thaíse Sá Freire. **Refletindo sobre memória, identidade e patrimônio: as contribuições do programa de Educação Patrimonial do MAEA-UFJF**. Mariana, p. 1-12, 2012.

RODRIGUES, Igor Paolo Ribeiro Dias. **Território e poder: as elites e a organização do território em Campos dos Goytacazes (RJ)**. / Dissertação apresentada na Universidade Federal Fluminense, 2016. Disponível em: http://www.ppg.uff.br/wp-content/uploads/2017/04/IGOR_Diss.pdf Acesso: 21 de jun, 2020.

ROMERO, Arturo Garcia e Jiménez, Julio Munoz. **El paisaje em el Âmbito de la Geografía**. Cidade do México: Instituto de Geografía. 2002.

ROSA, C. L. **O patrimônio industrial: a construção de uma nova tipologia de patrimônio**. In: XXVI Simpósio Nacional de História, 2011, São Paulo. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História ANPUH, 2011.

ROSANELI, A. F. **Cidades novas do café: história, morfologia e paisagem urbana**. Curitiba: UFPR, 2013.

RODRIGUES DA SILVA, Ronaldo André; LOPES CORDEIRO, José Manuel. **Reflexões acerca do Conceito de Patrimônio Cultural sob a Ótica do Patrimônio Industrial e da Arqueologia Industrial**. FACES DA HISTÓRIA, v. 4, p. 7-29, 2017.

RODRIGUES DA SILVA, Ronaldo André. **O patrimônio industrial, as teorias clássicas da conservação e restauração e considerações às cartas patrimoniais**. In: Jeanine Mafrá Migliorini (org) Arquitetura e urbanismo: compromisso histórico com a multidisciplinariedade. 2 ed. Ponta Grossa-PR; Antena, 2020. p. 115-132. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/344570376_O_Patrimonio_Industrial_as_Teorias_Classicas_da_Conservacao_e_Restauracao_e_Consideracoes_as_Cartas_Patrimoniais. Acesso em: 14 de fev, 2019.

RODRIGUES DA SILVA, Ronaldo André. **O Patrimônio Industrial Brasileiro: Reflexões à Memória e História do Século XX**. In: MIGLIORINI, Jeanine Mafrá. **Sítios Históricos e Centros Urbanos**. Ponta Grossa (Pr): Atena, p. 119-134, 2018.

RUBIM, Antonio Albino Canelas & BARBALHO, Alexandre (orgs.). **Políticas Culturais no Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2007.

RUFINONI, Manoela Rossinetti. **Preservação do patrimônio industrial na cidade de São Paulo: o bairro da Mooca**. Dissertação apresentada na Universidade de São Paulo; 2004.

SANTOS, Cecília Rodrigues dos. **Novas Fronteiras e Novos Pactos para o Patrimônio Cultural**. In: São Paulo em Perspectiva; São Paulo, 2000.

SANTOS, Milton. **Pensando o espaço do homem**. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

_____. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4ed. 2 reimpr. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Cidadania e justiça: política social na ordem brasileira**. 2. ed. Rio de Janeiro, 1987.

SAUER, Carl O. **A morfologia da paisagem**. In: Paisagem, tempo e cultura. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.

SCHIER, Raul Alfredo. **Trajetórias do conceito de paisagem na geografia**. R. RA'E GA, Curitiba, n. 7, p. 79-85, 2003.

SCIFONI, S. **A construção do patrimônio natural**. São Paulo: LABUR, 2008.

SILVEIRA, Emerson Lizandro Dias. **Paisagem: um conceito chave em Geografia**. In: EGAL12º Encontro de Geográfico da América Latina. Montevideo, 2009.

SILVESTRE, Federico Lopez. **Pensar La História del Paisaje**. In: Paisaje e Historia, Abada Editores, Madri, 2009.

SIMIS, A. **A política cultural como política pública**. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas e BARBALHO, Alexandre. (Org.). Políticas culturais no Brasil. Salvador: EDUFBA, v. 1, p. 133-155, 2007.

SOUZA, M. L. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2015.

STUERMER, Cristine Machado. **Reconversão do patrimônio industrial e os valores contemporâneos**. Dissertação apresentada Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2010.

SZTOMPKA, P. **A sociologia da mudança social**. Rio de Janeiro: Boitempo. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, p.578. 2005.

TEIXEIRA, Simonne. **Educación Patrimonial: Alfabetización Cultural para la Ciudadania**. In: Estudios Pedagógicos XXXII, nº2: 133 – 145, Valdivia: 2006.

THIESEN, B. V. **Arqueologia industrial ou arqueologia da industrialização? Mais que uma questão de abrangência**. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, v. 4, p. 1-4, 2006.

TOMAZ, P. C. **A Preservação do patrimônio cultural e sua trajetória no Brasil**. São Paulo/SP, Revista Fenix, 2010.

TRICART J. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Superintendência de Recursos Naturais e Meio ambiente. Diretoria Técnica.** Original publicado em 1965, Rio de Janeiro, p. 97., na França, 1997.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION. **Orientações para a aplicação da Convenção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural.** Paris: Unesco 2013.

VENTURA, T. **Notas sobre política cultural contemporânea.** Revista Rio de Janeiro, 15. Jan-abr. 2005.

VENTURI, Luis Antonio Bittar. **A dimensão territorial da paisagem geográfica.** Anais do VI Congresso Brasileiro de Geógrafos – AGB, Goiânia, 2004.

VICHNEWSKI, Henrique Telles. **As Indústrias Matarazzo No Interior Paulista: Arquitetura Fabril e Patrimônio Industrial (1920-1960).** In: I Encontro em Patrimônio Industrial. Campinas, UNICAMP: Fundação Biblioteca Nacional, 2004.

ZENERATTI, F. L. **Propriedade e latifúndio: introdução ao debate sobre sua origem e perpetuação no Brasil / Property and latifundium: introduction to the debate about its origin and perpetuation in Brazil.** Caderno de Geografia, v. 27, p. 441, 2017.

Levantamento de Referências da Paisagem Cultural do Distrito de Santo Eduardo a partir da Usina Santa Maria

Data de realização: / /2020

Dados sociais:

- 1- Homem () Mulher ()
- 2- Qual o nível de escolaridade:
- 3-
 - 1.Fundamental Incompleto ()
 - 2.Fundamental Completo ()
 - 3.Médio Incompleto ()
 - 4.Médio Completo ()
 - 5.Superior Incompleto ()
 - 6.Superior Completo ()
 - 7.Pós-graduação Incompleta ()
 - 8.Pós-graduação Completa ()
- 4- Renda Familiar:
 - 1.Até Um salário R\$ 1.045,00 ()
 - 2.Até Dois salários R\$ 2.90, 00 ()
 - 3.Até Três salários R\$ 3.35, 00 ()
 - 4.Até Quatro salários R\$ 4.180 , 00 ()
 - 5.Até Cinco salários R\$ 5.225 , 00 ()
 - 6.Acima de seis salários R\$6.270, 00 ()

Vínculo com a Usina e/ou com o distrito:

- 1- Há quanto tempo reside no Distrito de Santo Eduardo (ou em Espírito Santinho)?
- 2- Já trabalhou na Usina:
 - () Sim. Por quanto tempo:
 - () Não
- 3- Qual era a sua função:

Quanto a percepção:

- 1- Você considera que a Usina foi importante para o Distrito de Santo Eduardo?
 - () Sim. Por quê?

Não

2- Existe algum elemento na paisagem do distrito que te faz lembrar o período da Usina?

Sim. Qual?

Não.

3- Qual é o estado atual da Usina Santa Maria:

Abandono total

Abandono parcial

Ruínas

Outros

4- O que a Usina representou para você?
